

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU MESTRADO PROFISSIONAL DE ENSINO DE
SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL - PROFSOCIO/UNEMAT**

FABIANA DE LIMA DIAS

**O ENSINO DE SOCIOLOGIA E A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO:
PERSPECTIVAS DAS PROFESSORAS DA ESCOLA MUNICIPAL ALOÍZIO JACOB
WEBLER NO MUNICÍPIO DE VERA-MT, FRENTE A VALORIZAÇÃO
PROFISSIONAL PARA O FORTALECIMENTO DO ENSINO**

Sinop-MT
2026

FABIANA DE LIMA DIAS

**O ENSINO DE SOCIOLOGIA E A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO:
PERSPECTIVAS DAS PROFESSORAS DA ESCOLA MUNICIPAL ALOÍZIO JACOB
WEBLER NO MUNICÍPIO DE VERA-MT, FRENTE A VALORIZAÇÃO
PROFISSIONAL PARA O FORTALECIMENTO DO ENSINO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional de Ensino de Sociologia em Rede Nacional PROFSOCIO/UNEMAT, como pré-requisito para obter o título de Mestra em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Alves de Arruda.

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMATCatalogação de Publicação na Fonte.
UNEMAT - Unidade padrão

D541e Dias, Fabiana de Lima.

O ensino de Sociologia e a relação trabalho e educação:
perspectivas das professoras da Escola Municipal Aloízio Jacob
Webler no Município de Vera-MT, frente a valorização
profissional para o fortalecimento do ensino / Fabiana de Lima
Dias. - Sinop, 2026.
113f. : il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes
Maldonado", Sociologia/SNP-PROFSOCIO - Sinop - Mestrado
Profissional, Campus Universitário De Sinop.

Orientador: Dr. Roberto Alves de Arruda.

1. Sociologia, Ensino. 2. Relação Trabalho e Educação. 3.
Valorização Profissional, Professores. I. Arruda, Roberto Alves
de, Dr. II. Título.

UNEMAT / MT- SCB

CDU 316(07)

FABIANA DE LIMA DIAS

**O ENSINO DE SOCIOLOGIA E A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO:
PERSPECTIVAS DAS PROFESSORAS DA ESCOLA MUNICIPAL ALOÍZIO JACOB
WEBLER NO MUNICÍPIO DE VERA-MT, FRENTE A VALORIZAÇÃO
PROFISSIONAL PARA O FORTALECIMENTO DO ENSINO**

Intervenção Pedagógica aprovada como requisito para a obtenção do título de mestre em Sociologia pelo Mestrado Profissional em Sociologia da Universidade do Estado de Mato Grosso UNEMAT - MT, pela seguinte Banca Examinadora.

Aprovado em 11 de março de 2026, em banca on-line.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Roberto Alves de Arruda (Orientador) Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem - UNEMAT - MT

Profa. Dr. Luciana Henrique da Silva
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Prof.^a Dra. Sandra Pereira de Carvalho Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem
UNEMAT-MT

Prof. Dr. José de Souza Neto Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem
UNEMAT-MT

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, aos meus ancestrais e familiares, que me fortaleceram diante dos desafios e das exigências ao longo do percurso deste estudo. A pesquisa revelou-se um caminho desafiador, marcado por descobertas e transformações pessoal, acadêmica e profissional.

Agradeço ao longo da trajetória histórica da pesquisa, as pessoas que contribuíram imensamente para o avanço desta investigação, o orientador Profº Dr. Roberto Alves de Arruda, professor da disciplina Teoria das Ciências Sociais Profº Dr. José de Souza Netto e a professora da disciplina, Prática de Ensino e Conteúdo Curriculares, Profª Drª Sandra Pereira de Carvalho.

Gratidão as participantes, verdadeiras fontes de luz e inspiração que, por meio de suas falas, discussões e vivências na educação, contribuíram significativamente para a construção deste estudo.

Por fim, expresso minha gratidão, aos demais professores, colegas de turma, filósofos e sociólogos cujas contribuições teóricas e críticas, possibilitaram reflexões fundamentais sobre a realidade material da investigação.

No ano de 2026 completarei 40 anos de profissão na educação. Uma caminhada marcada por dedicação, amor e entrega. Mas o ano de 2025, foi sem dúvida, o ano mais difícil da minha vida pessoal e profissional. Enfrentei doenças, uma perda súbita de audição, o início de uma depressão e a dor da falta de valorização profissional e humana (Participante Da Intervenção Pedagógica, *Turmalina Negra*, 62 anos).

RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre trabalho e educação, no contexto do sistema educacional capitalista. Diante desse processo complexo, a pesquisa intitula-se: "O Ensino de Sociologia e a Relação Trabalho e Educação: perspectivas das professoras da Escola Municipal Aloízio Jacob Webler no município de Vera-MT, frente à valorização profissional para o fortalecimento do ensino", que propõe uma análise sociológica aprofundada. A investigação problematiza as contradições e os conflitos de interesses inerentes ao sistema educacional capitalista, bem como as condições de trabalho das participantes deste estudo. O objetivo é analisar a interação entre o Ensino de Sociologia e a relação trabalho e educação, sob a ótica das professoras, investigando como a valorização profissional impacta o fortalecimento do ensino e de suas práticas. Em termos metodológicos, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa exploratória e analítica, cujos instrumentos para a coleta de dados foram pesquisa de campo, roda de conversas, questionário, diário de bordo e análise de documentos. As participantes da pesquisa são todas professoras pedagogas e efetivas da rede municipal. Os resultados e discussões, indicam que a desvalorização da profissão, percorre diversas estratégias capitalistas, como por exemplo, a perda de prestígio da sociedade, o adoecimento e o sentimento de culpa, trabalho exaustivo e burocrático, insegurança legislativa e salarial, turmas superlotadas, famílias distantes da escola, e o pensar pedagógico no ano de avaliação externa. Em suma, conclui-se que a valorização profissional é essencial para o fortalecimento do ensino e das práticas reflexivas pedagógicas.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Trabalho e Educação. Profissão Docente.

ABSTRACT

This work analyzes the relationship between work and education within the context of the capitalist educational system. Given this complex process, the research is entitled: "The Teaching of Sociology and the Relationship Between Work and Education: perspectives of teachers at the Aloízio Jacob Webler Municipal School in the municipality of Vera-MT, regarding professional development for the strengthening of teaching," which proposes an in-depth sociological analysis. The investigation problematizes the contradictions and conflicts of interest inherent in the capitalist educational system, as well as the working conditions of the participants in this study. The objective is to analyze the interaction between the teaching of Sociology and the relationship between work and education, from the perspective of the teachers, investigating how professional recognition impacts the strengthening of teaching and its practices. Methodologically, the research adopts a qualitative exploratory and analytical approach, using field research, group discussions, questionnaires, a logbook, and document analysis as data collection instruments. The research participants are all tenured pedagogical teachers in the municipal school system. The results and discussions indicate that the devaluation of the profession is driven by various capitalist strategies, such as loss of prestige in society, illness and feelings of guilt, exhausting and bureaucratic work, legislative and salary insecurity, overcrowded classrooms, families distant from the school, and pedagogical thinking during the year of external evaluation. In short, it is concluded that professional recognition is essential for strengthening teaching and reflective pedagogical practices.

Keywords: Sociology teaching. Work and education. Teaching profession.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Mato Grosso e Imagem do município de Vera – MT	37
Figura 2 – Prédio atual do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vera-MT (SISPUMVE)	38
Figura 3 – Placa de fundação e membros da primeira diretoria do SISPUMVE 2005-2007	39
Figura 4 – Primeira ata da Assembleia Geral Ordinária do SISPUMVE	40
Figura 5 – Manifestações dos professores em novembro de 2024 na Praça 13 de maio, Vera-MT	41
Figura 6 – Narrativas do Livro do Tempo: Eu luto pela educação! divulgadas em grupo de whatsapp como forma de mobilização dos professores.	42
Figura 7 – Mobilização dos professores na 2ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Vera-MT, realizada em 23 de dezembro de 2024	43
Figura 8 – 1º Encontro Sindical, com apoio da Unemat - Campus de Sinop-MT e do SISPUMVE	44
Figura 9 – Demonstrativo de pagamento da matrícula nº 872 (20 horas), referente ao primeiro mês após a aprovação da lei, que evidencia o reenquadramento salarial da professora	48
Figura 10 – Primeira Roda de Conversa em parceria com o SISPUMVE	99
Figura 11 – Relato e discussão das professoras participantes	100
Figura 12 – Opiniões e perspectivas das professoras frente a participação e colaboração do coordenador do PROFSOCIO UNEMAT Sinop-MT	100
Figura 13 – A importância do diálogo como ato político em defesa da valorização profissional	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação da Reestruturação da Progressão da classe da Educação com a Lei nº 1.521/2024	45
Quadro 2 – Caracterização das Participantes da Pesquisa	64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS QUE MOVIMENTAM O DESENVOLVIMENTO DA INTERVENÇÃO	16
1.1 Um breve histórico do potente avanço capitalista	18
1.2 A relação entre trabalho e capital no desenvolvimento do capitalismo	20
1.3 O sindicalismo no Brasil: uma síntese do contexto histórico da luta de classes no país	27
1.4 Um município na região norte de Mato Grosso Amazônico: desafios e luta de classes da educação municipal.....	35
1.5 Trabalho e educação: um olhar sociológico na educação contemporânea.....	46
1.6 O neoliberalismo na reestruturação do trabalho educacional: realidade do professor no Brasil de hoje	53
2 ABORDAGENS METODOLÓGICAS DA PESQUISA	59
2.1 Apresentação da metodologia	59
2.1.1 Conceito de pesquisa	60
2.1.2 Pesquisa de campo.....	61
2.1.3 Roda de conversa.....	61
2.1.4 Questionário impresso	62
2.1.5 Diário de bordo.....	62
2.1.6 Análise de documentos	62
2.1.7 Categorização das participantes da pesquisa.....	63
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES: DA INTERAÇÃO SOCIOLÓGICA FRENTE ÀS PERSPECTIVAS DAS PROFESSORAS EM RELAÇÃO AO TRABALHO E EDUCAÇÃO	67
3.1 Identificação dos desafios enfrentados pelas professoras em relação ao trabalho	67
3.1.1 Desvalorização da profissão.....	67
3.1.2 Acostumada a ser menos.....	69
3.2 A desvalorização profissional no Ensino de Sociologia na educação	70
3.2.1 Perda de prestígio da sociedade a função do profissional da educação	71
3.2.2 Adoecimento e o sentimento de culpa das professoras da educação	73
3.3 Relação trabalho e educação: perspectivas das professoras sobre a reflexão pedagógica	76
3.3.1 Condição de trabalho: trabalho exaustivo e burocrático	76
3.3.2 Condição de trabalho: insegurança legislativa e salarial.....	77

3.3.3 Condição da educação: turmas superlotadas	79
3.3.4 Condição da educação: famílias distantes da escola.....	80
3.3.5 Condição da educação: pensar pedagógico no ano de avaliação externa.....	81
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	89
ORIENTATIVO PARA ESTUDO DE IMPACTO DA PROGRESSÃO DA CARREIRA DO PROFESSOR.....	94
APÊNDICES	103

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação escolar tem se consolidado como um rico campo de investigação, atraindo o interesse de diversas áreas do conhecimento, como a educação, a psicologia, a filosofia, a antropologia e, centralmente para este estudo, o Ensino de Sociologia. Contudo, as dinâmicas sociais, culturais, estruturais e econômicas exercem influência direta sobre o ambiente escolar, consequentemente, o professor enquanto trabalhador.

Inicialmente, apresento a justificativa da escolha do objeto desta pesquisa, abordando as minhas inquietações, desafios e vivências de uma profissional da educação, com mais de 22 anos de atuação na educação do município de Vera-MT. A pesquisa (viagem) é sempre um relato de uma longa viagem (Duarte, 2002).

Para compreender a profundidade desta viagem sociológica, inicio esclarecendo que, ao realizar minha inscrição para a 1ª edição PROFSOCIO/UNEMAT, campus de Sinop-MT, (turma 01/2024), a proposta submetida versou sobre a violência sexual no contexto escolar. Diante do interesse dos membros da banca, fui aprovada no Exame Nacional de Acesso ao ProfSocio, cujas despesas são custeadas por uma Bolsa da modalidade Demanda Social (CAPES/MEC).

As aulas, leituras e participações em eventos como o XIV ENAED e os Seminários – “Ensino de Sociologia em Debate”, foram fundamentais para meu amadurecimento. Tais experiências motivaram a mudança do meu objeto de pesquisa, pois permitiram compreender que o objetivo do mestrado profissional é fomentar a reflexão crítica sobre a realidade social.

Em novembro de 2024, o PROFSOCIO/UNEMAT, propiciou o “Seminário Integrador”, com o palestrante Gaudêncio Frigotto. Durante a palestra, o pesquisador destacou o verdadeiro papel do Ensino de Sociologia nas práticas educativas. Entretanto, três reflexões, foram cruciais para compreender a teoria crítica: "tudo que vemos não é o real, por mais que pareça sê-lo"; "no plano do conhecimento, a realidade permeia o idealismo, o empirismo e a materialidade" e “estão sequestrando o professor do papel de ensinar" (Palestrante, Frigotto, 2024).

Das argumentações do autor, refleti a grande influência do capitalismo na educação, e a relação entre trabalho e educação nesse sistema. O método histórico direciona à investigação a partir do estudo dos acontecimentos da atualidade (Tako e Kameo, 2023). É no processo histórico e nas relações sociais, que nasce uma nova possibilidade de fazer pesquisa. A sociedade é um movimento dinâmico entre sujeitos sociais, a qual surgirá novas mudanças e transformações. Logo, foi o que aconteceu no campo empírico da minha pesquisa.

Depois de ser derrotado na eleição municipal de 2024, o prefeito do município de Vera-MT, surpreendeu os profissionais da educação, encaminhando para a Câmara Municipal, o projeto de Lei nº 030/2024, proposta que prejudicaria a classe da educação. Após várias mobilizações dos profissionais, no dia 23 de dezembro de 2024 o projeto foi aprovado. Presente de natal do prefeito e vereadores a categoria da educação. Trata-se de uma legislação que reestruturou de forma drástica e opressora, o Estatuto e Plano de Carreira dos profissionais da educação.

Diante desse novo cenário, em janeiro de 2025, modifiquei o objeto da minha pesquisa com a aprovação do meu orientador, intitulado "O Ensino de Sociologia e a Relação Trabalho e Educação: perspectivas dos professores da Escola Municipal Aloízio Jacob Webler no município de Vera-MT, frente à valorização profissional para o fortalecimento do ensino".

O objetivo geral da pesquisa, foi analisar a interação entre o ensino de sociologia e a relação trabalho e educação sob a ótica do trabalhador professor, investigando como a valorização profissional impacta o fortalecimento do ensino e das suas práticas. Os objetivos específicos, foram identificar os desafios enfrentados pelos professores ao abordar a relação trabalho e educação no contexto escolar. Compreender como a falta de valorização profissional pode prejudicar o ensino de sociologia e investigar como os professores percebem e articulam a relação de trabalho e educação em suas práticas pedagógicas que interferem na qualidade do ensino, considerando as oportunidades que promovem o fortalecimento da classe.

Dessa forma, a investigação circunscreve as relações presentes no Ensino de Sociologia, frente às categorias trabalho, educação, ensino e sociologia, fundamentadas na teoria crítica, compreendida metodologicamente para analisar e interpretar os fenômenos que se dão em torno das relações de poder, hegemonia, conflito e contradição, categorias do método histórico. O campo empírico são professoras da Escola Municipal Aloízio Jacob Webler, no município de Vera-MT. A escolha surge em virtude de a escola atender o maior número de professores da rede municipal, sendo a maioria, mulheres. O estudo, investigou professoras pedagogas, efetivas, regentes de sala de aula, em exercício ininterrupto, a mais de seis (06) anos na unidade escolar.

A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, fundamentada no método dialético. A problemática foi analisar as contradições e os conflitos de interesses do sistema educacional capitalista, com ênfase na condição das professoras. A modalidade do estudo é a intervenção pedagógica, que percorre o processo metodológico da roda de conversa em parceria com o

Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vera-MT (SISPUMVE) e PROFSOCIO, UNEMAT, campus de Sinop-MT.

Justifico a importância da escolha dessa modalidade, ao relatar a dinâmica interventiva da roda de conversa em minha trajetória de vida, a qual consequentemente, possibilita o estabelecimento de um diálogo interventivo também na vida das participantes da pesquisa.

Minha história começa com uma infância marcada pela presença feminina da minha mãe, irmã, avó paterna, tias e primas. Mulheres que no entardecer dominical, na casa da matriarca, debaixo de uma enorme figueira, bancos de madeira colocados em roda, crianças escutavam atentamente as pessoas mais velhas contarem suas experiências de vida e histórias dos nossos ancestrais. Experiências, que serviram como conselhos e orientações as crianças que ali estavam. Crianças curiosas, que faziam diversas perguntas para entender o que estava sendo dito. (Pesquisadora, 2025).

A história retratada de cada pessoa dessa roda, era compartilhada com emoção e significado. Lugar de fala, onde crianças e adultos, conheciam as alegrias e as dores das pessoas que mais admiravam. Histórias e experiências de muita luta e desespero, mas que possibilitou laços afetivos de escuta sentida entre pares. O tempo passou e acabou levando o hábito da conversa boa. No mundo globalizado, palavras que eram ouvidas, agora tornaram-se palavras digitadas. Palavras que antes não faziam sentido, hoje faz conexão com a dura e cruel realidade social.

Segundo Saviani (2021), a história e a realidade material são categorias centrais do marxismo. Essa análise, possibilita compreender a essência do processo histórico frente a realidade da pesquisa. Vivemos um momento em que os profissionais da educação são constantemente cobrados e desafiados, a ponto de se encontrarem sobrecarregados por múltiplas tarefas.

Com base no objeto deste estudo, foi organizado um levantamento na busca sistemática de literaturas nas bases de dados de teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Boa parte dos estudos na área da sociologia, concentram-se em pesquisar a condição dos professores no sistema capitalista, destacando o aumento das cobranças e a degradação da condição de trabalho. Contudo, avalio como insuficientes as pesquisas que relatam a relação entre trabalho e educação, acerca das vivências desses profissionais frente a dinâmica da intervenção pedagógica em parceria com sindicatos ou outras entidades sociais.

Dessa forma, o objeto desta pesquisa busca compreender a interação do Ensino de Sociologia e a relação trabalho e educação sob a ótica das professoras que são trabalhadoras, investigando o processo da luta de classe e as possíveis contradições, considerando a valorização profissional como concepção essencial para o fortalecimento do ensino e de suas práticas.

Os três capítulos deste trabalho serão apresentados acerca do movimento histórico e da realidade assim compreendida: o primeiro capítulo apresenta as concepções teóricas e históricas que movimentam o desenvolvimento da intervenção. Discute-se um breve histórico do potente avanço capitalista, que interage a relação trabalho e capital. Essas observações, direciona o sindicalismo no mundo e no Brasil, contexto da luta de classes e mobilização da classe da educação. Também, relatamos um breve movimento histórico do campo empírico desta pesquisa, os desafios e a luta da classe da educação municipal. Desse modo, a interação das categorias trabalho e educação, percorre a influência do neoliberalismo na reestruturação do trabalho educacional na realidade atual.

No segundo capítulo, são apresentadas as abordagens metodológicas da pesquisa, nas quais se descrevem e se conceituam os instrumentos das coletas de dados, tais como, a pesquisa de campo; roda de conversa; questionários; diário de bordo; análise de documentos e caracterização das participantes da pesquisa.

No terceiro capítulo, são apresentados os resultados e discussões decorrentes da interação sociológica, frente às perspectivas das professoras sobre a relação entre trabalho e educação no sistema educacional capitalista.

Nas considerações finais, evidencia-se a desvalorização da profissão e as condições de trabalho marcadas por contradições impostas por um sistema dominador. Contudo, a intervenção pedagógica realizada no âmbito da pesquisa sociológica possibilitou compreender as exigências e desafios vivenciados pelas professoras enquanto trabalhadoras no modo de produção capitalista.

Em suma, processo interventivo que possibilitou o diálogo e a participação coletiva como ato político transformador. Assim, o Ensino de Sociologia, permite entender a profunda e complexa relação das categorias aqui discutidas, como instrumento social a serviço do capital que, a cada movimento histórico, contribui para a desvalorização da profissão docente. Logo, a intervenção pedagógica, mostra-se um instrumento metodológico fundamental, não apenas para analisar e interpretar os fenômenos de poder e contradição na realidade material das participantes, mas como processo formativo e sensibilizador.

1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS QUE MOVIMENTAM O DESENVOLVIMENTO DA INTERVENÇÃO

A concepção teórica desta pesquisa, fundamenta-se na teoria crítica que explica o objeto deste estudo. A investigação circunscreve as relações presentes no ensino, na sociologia, e na relação trabalho e educação. Observa a interação entre essas categorias, compreendida metodologicamente para analisar e interpretar os fenômenos sociais que ocorrem em torno das relações de poder, contradição e luta de classe, categorias do método histórico.

Os principais autores que fundamentam e conceituam a pesquisa são: Karl Marx (2005, 2008, 2009, 2011, 2013, 2023), Friedrich Engels (2005, 2010, 2011, 2023) Gaudêncio Frigotto (2001, 2010, 2015), Philippe Perrenoud (2000, 2002), Ricardo Antunes (2003, 2009), István Mészáros (2008), Paulo Freire (1967, 1979, 2002, 2013), Luiz Carlos de Freitas (2018), Henry Giroux (2023), Marilena Chaui (2022), Michael Apple (2024) e Demerval Saviani (2021, 2024).

A pesquisa (viagem) é sempre um relato de uma longa viagem (Duarte, 2002). Percorrer o método histórico é caminhar no processo dialético das categorias história, trabalho e educação. Para Saviani (2021, p. 206), “história é uma das categorias centrais do marxismo. Por isso, essa concepção denomina-se, precisamente, materialismo histórico”, no qual o ser humano é produzido historicamente. Isso justifica a escolha da teoria crítica como embasamento desta investigação.

No século XIX, a categoria trabalho é analisada e interpretada pelo teórico Marx (2008), que segundo o intelectual crítico marxista contemporâneo Frigotto (2010), é a concepção que mais se aproxima da natureza dialética das relações sociais na conjuntura atual, especificamente, as relações trabalho e educação.

Nas análises de Marx:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural [...]. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem (2013, p. 326).

Observamos nas reflexões do autor, a mediação fundante entre o ser humano e a natureza. Atividade em que o sujeito desempenha e interfere na natureza e a transforma, transformando a si mesmo. Conhecer o movimento histórico do trabalho frente a abordagem marxista é fundamental para compreender o processo crítico dessa categoria, na busca de mostrar as relações de poder presentes na sociedade capitalista que moldam o trabalho e a educação.

O trabalho é o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, sendo a necessidade eterna do mundo. O homem e suas relações, possuem caráter ontológico que retira o homem de sua condição meramente biológica Frigotto (2010). Como visto, o trabalho é uma atividade humana fundamental que distingue o ser humano, mediando sua relação com a natureza e transformando-a para a produção de sua existência. Assim, o trabalho é o primeiro ato histórico dos homens, que objetiva satisfazer suas necessidades materiais de reprodução social (Saviani, 2021).

O método histórico, percebe o sujeito que nela se relaciona, logo, “o homem não é um conceito abstrato, a-histórico; pelo contrário, é um conceito concreto” Frigotto (2010, p. 85). O sujeito é produtor de suas práticas sociais e materiais, compreender como o homem é produzido e como se produz pelo trabalho é um apontamento importante para analisar a condição das trabalhadoras professoras desta pesquisa.

Para Marx, a geração e a acumulação de riqueza no capitalismo, tem como centro, o trabalho do proletário, trabalho dos que realizam o intercâmbio orgânico com a natureza. O trabalho é um caráter ontológico, na medida em que tem existência real, histórico concretas, modo de existência do ser social, independente do seu conhecimento (Saviani, 2021).

É imperativo salientar que, a sociedade capitalista inaugura uma relação de compra e venda da força de trabalho, através do trabalho. Categoria que adquire o caráter de trabalho abstrato, tendo como objetivo central a produção da mais-valia (Frigotto e Ciavatta, 2010). No capitalismo, a estrutura social percorre a base da economia e a relação de produção. Perceber e entender os movimentos sociais e a historicidade da dominação capitalista é fundamental na pesquisa.

Dessa forma, analisar a interação entre o Ensino de Sociologia e a relação entre trabalho e educação, é percorrer os fenômenos de poder e contradição diante das constantes demandas no trabalho do proletário, especificamente, as professoras enquanto trabalhadoras. Observar as perspectivas sob a ótica das profissionais em relação a valorização profissional é essencial neste estudo, pois as relações sociais de produção estão interligadas no trabalho educacional.

Portanto, trabalho e educação são categorias intrinsecamente ligadas à reprodução social e à formação humana. É o trabalho que fundamenta e determina a sociedade. As contradições e conflitos de interesses do sistema capitalista que emerge da relação trabalho e educação, analisa o ponto de vista das trabalhadoras em relação à valorização profissional para o fortalecimento do ensino e de suas práticas.

1.1 Um breve histórico do potente avanço capitalista

Refletir sobre as condições históricas que deram origem à profunda crise que hoje atravessa a condição de trabalho é fundamental para investigar o potente avanço do capitalismo a partir da perspectiva da teoria crítica. Discussões e debates enfáticos que abordam os movimentos da luta de classes, interpretando os fenômenos de poder e contradição, processos que contribuem no entendimento da relação trabalho e educação deste estudo.

Para iniciar as reflexões desta viagem, na obra “O Capital”, Althusser contribui avisando os leitores:

[...] os especialistas que trabalham no campo das “ciências humanas” e (no campo menor) das ciências sociais, ou seja, economistas, historiadores, sociólogos, psicossociólogos, psicólogos, historiadores da arte e da literatura, da religião e de outras ideologias, e até mesmo linguistas e psicanalistas, todos esses especialistas devem saber que não podem produzir conhecimentos verdadeiramente científicos em suas especialidades sem reconhecer que a teoria fundada por Marx lhes é indispensável. Essa é a teoria que, a princípio, “abre” ao conhecimento científico o “continente” em que eles trabalham [...], (2013, p.57).

Para compreender profundamente a realidade social atual, as ciências sociais e as ciências humanas, possibilita ao pesquisador que, o mesmo conheça e interprete a teoria de Karl Marx, pois é essencial investigar o processo histórico e o potente avanço do capitalismo, acerca da crise do feudalismo que, colocou na época, o comércio em risco. Com o avanço das cidades naquele momento e da nova classe mercantil, a burguesia, começa as relações feudais, no qual estabelece estruturas da posse da terra e da servidão. Marx e Engels, afirmam: “[...] portanto, que os meios de produção e de troca, sobre cuja base se ergue a burguesia, foram gerados no seio da sociedade feudal [...]” (2005, p. 44).

A princípio, o capitalismo é um sistema econômico que surgiu na Europa nos séculos XVI e XVII. Segundo Marx (2013), o capitalismo é organizado em torno do conceito do capital, da propriedade e do controle dos meios de produção, por sujeitos que empregam trabalhadores para produzir bens e serviços em troca de salário. Sistema social que relaciona trabalhadores, meios de produção e os que possuem ou controlam esses meios.

Diante das novas forças produtivas, as relações sociais acabam entrando em conflito e com o movimento da Revolução Inglesa, a burguesia, impulsionada por interesses econômicos, busca maior poder político. Logo, derruba o sistema feudal absolutista e estrutura suas bases rumo ao capitalismo perverso. No século XVIII, a sociedade capitalista encontrou condições para sua

expansão e diante do intenso desenvolvimento das máquinas, potente avanço da fase industrial, o capitalismo se consolidou. Cria-se então, uma divisão na sociedade, divisão de duas classes antagônicas no seio social da época, sendo elas, os capitalistas e os proletários (Engels, 2010).

Com o movimento da evolução histórica, Marx e Engels, relatam, “a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer, novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado” (2005, p. 40).

No entanto, a Revolução Industrial marcou uma transformação radical com às forças produtivas. A introdução de máquinas, possibilitou naquele momento uma produção em larga escala, na qual surgiu um novo sistema de dominação, que explorava o trabalhador. Nas análises de Marx (2008), cria-se uma nova classe trabalhadora industrial, o proletariado que vendia sua força de trabalho para a burguesia proprietária dos meios de produção.

Surge a divisão estruturada de classes antagônicas no contexto social que, a cada processo vivenciado na história, se aperfeiçoava. Com o crescimento do sistema capitalista, foi necessário a representação da classe trabalhadora. O progresso da classe operária, propiciou a passagem da incapacidade e impotência dos trabalhadores ao processo inicial da união da classe (Engels, 2010).

Antunes afirma que, “os sindicatos representaram, nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, um progresso gigantesco da classe operária, pois propiciaram a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união de classe” (2003, p.14). Conhecer esse processo social é compreender como os movimentos da luta de classe e sua organização sindical constituíram-se no interior do conflito entre o capital e o trabalho.

De fato, a divisão da sociedade integrava-se, criando duas classes fundamentais e antagônicas que formavam a sociedade capitalista. Segundo Antunes, “o maquinismo desenvolveu-se prodigiosamente, tornando-se mesmo uma lei imperativa para os fabricantes capitalistas na concorrência que faziam entre si, em busca de maiores lucros” (2003, p. 10).

Com a transformação social intensificada pela Revolução Industrial, começa a luta de classes, mediante a exploração do trabalho, que consolidava a formação de movimentos operários (Engels, 2010). Nesse contexto, aparecem outras formas de revoluções que se desenvolveram na Europa, impulsionadas por demandas, reformas políticas e expectativas para melhores condições de vida para o trabalhador.

Com as ações revolucionárias, ocorre a crescente consciência de classe. “A consciência é nada mais que o ser consciente” (Marx e Engels, 2005). Assim, ocorre a luta por direitos por parte dos trabalhadores e outros grupos sociais. Na concepção de Marx e Engels, “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (2023, p. 25).

Para compreendermos o processo histórico entre a relação trabalho e capital, a categoria mediação estabelece e apresenta a conexão complexa entre duas esferas da sociedade (Frigotto, 2010). O processo de vida real do ser humano, desenvolve-se a partir das relações sociais, no sentido de produzir sua vida material. A dialética marxista, aborda aspectos fundamentais que desvela a natureza dialética da realidade, no qual o caminho da representação e da interpretação só são possíveis a partir do movimento de reconstrução da totalidade, do movimento simples ao complexo (Chauí, 2022).

Para Marx (2008), das relações, surge o concreto, concreto porque é a concentração de muitas determinações, ou seja, a unidade do diverso. Para o autor, o real é constituído de uma unidade, que não é simples, linear, mas uma unidade determinada pela multiplicidade de instâncias, complexidade de relações e contrariedade de elementos. O concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida. A totalidade sim, possui um fundamento objetivo e de caráter materialista, sendo essas concepções primordiais para entendermos o movimento histórico do ser social, especificamente, a realidade atual do objeto aqui estudado.

Portanto, interpretar o processo da luta de classes, a transformação das estruturas socioeconômicas ao longo do tempo da humanidade é essencial para compreender as contradições e conflitos fluentes nas relações entre sujeito dominante (sistema educacional capitalista) e sujeito dominado (professoras).

1.2 A relação entre trabalho e capital no desenvolvimento do capitalismo

Para a teoria crítica, o princípio da categoria trabalho, declara-se a constituinte da natureza humana. Trabalho na forma ontológica não alienado, constitui o ser humano, para que o mesmo possa se reconhecer em sua atividade, apresentando total domínio sobre o processo produtivo, tendo ao mesmo tempo o acesso ao produto que ele mesmo criou (Marx, 2008). Contudo,

compreender a natureza do ser humano, é entendê-lo na construção social e histórica, sendo o trabalho a categoria central na constituição do ser social.

Desse modo, a relação entre trabalho e capital no desenvolvimento de um sistema opressor, instaura-se diante da potente estruturação do capital através do forte avanço da fase industrial. Sistema dominador que se fortalecia cada vez mais, desmerecendo o operário, pagando um salário humilhante, desumano e desesperador. Marx (2013) em sua obra “O Capital”, argumenta que o salário no sistema capitalista, nunca será justo. Pois uma parte do trabalho é pago ao trabalhador e toda outra parte que não foi paga, acumula-se para o capital, quem detém de toda força de produção.

Tal fenômeno advém da economia e da relação de produção. Dos esforços da classe operária na luta contra a dominação do capital, surgem os sindicatos, com o objetivo de impedir que os salários fossem reduzidos do mínimo necessário para a sobrevivência do trabalhador. Dos conflitos entre o capital e o trabalho, o sociólogo Antunes, conceitua os capitalistas e os proletários, dizendo:

De um lado os capitalistas, que são proprietários dos meios de produção, como as máquinas, matérias-primas e que vivem da exploração da grande massa da população, e, de outro, os proletários, que se encontram privados de toda a propriedade dos meios de produção e que só dispõem de sua força de trabalho, isto é, da sua capacidade de produzir (2003, p. 11).

A concepção abordada pelo marxista brasileiro, mostra a tamanha discrepância que estrutura as relações entre capitalistas (proprietários dos meios de produção) e os proletários (quem vende a força de trabalho intelectual ou física), na sociedade. Diante das relações estruturais dessas duas categorias, naquele momento histórico, o trabalhador almeja sair da condição opressora, assim, surgem os movimentos da classe dominada.

Na concepção de Engels, [...] “a burguesia defende seus interesses com todas as forças que pode mobilizar, por meio da propriedade e por meio do poder estatal que está à sua disposição. A partir do momento em que o operário procura escapar ao atual estado de coisas, o burguês torna-se seu inimigo declarado” (2010, 247). Quando Engels relata que o operário procura escapar ao atual estado de coisas, Marx conceitua a reificação. Categoria que relaciona o capital, o trabalho e a alienação. Essas relações promovem a coisificação ou reificação do mundo. Segundo Marx, (2013, p.198), “[...] são relações semelhantes a coisas entre pessoas e como relações sociais entre coisas [...]”, que significa a transformação dos seres humanos, em seres semelhantes a coisas.

Nesse contexto social, Marx associa o materialismo ao conceito de uma dialética, como por exemplo, a luta entre ideias opostas sobre forças sociais. Assim, os interesses contrários de

capitalistas e trabalhadores, gera tensão na sociedade, na qual acarreta a mudança social. Mudança que segundo o autor, acontecerá na forma de revolução (Marx e Engels, 2023).

Para entendermos a situação atual das professoras enquanto trabalhadoras, torna-se necessário compreender o movimento histórico da luta de classes operárias desde sua origem, evolução e a relevante contribuição do sindicalismo para o trabalhador. Materialidade que envolve diversas contradições e conflitos de interesses que percorrem as relações sociais até hoje, consequentemente, a estrutura do sistema educacional capitalista, que interfere nas condições de trabalho das profissionais da educação.

Marx e Engels (2023), vivenciaram em sua época o surgimento e a evolução histórica dos sindicatos na Europa. Os autores contribuíram com suas análises, conferindo o relevante papel dos sindicatos. Porém, Marx, identifica as limitações da luta de classes em várias concepções, principalmente, na perspectiva de superar a sociedade capitalista.

Na concepção de Engels (2010), é preciso estudar a materialidade objetiva da condição operária. Ou seja, tudo que seja relacionado dentro e fora da fábrica e também os espaços de reprodução social. A categoria proletariado e sua organização na história, também é conceituada pelo autor, que define: “os primeiros proletários surgiram com a indústria, foram seu produto imediato – assim, pois, os *operários industriais*, que se ocupam do trabalho com as matérias-primas [...]” (2010, p.63).

Com a materialidade objetiva da condição operária, imposição do capitalismo industrial da época, o processo e a situação dos diferentes segmentos operários, condicionava o trabalhador. Na obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, Engels, diz:

[...] todo o proletariado industrial participa do movimento operário e como a situação dos vários segmentos operários (precisamente porque todos estão ligados à indústria) apresenta muitos pontos comuns, é preciso analisar primeiro esses pontos para, em seguida, estudar mais aprofundadamente cada segmento em sua particularidade (Engels, 2010, p. 63).

Com o movimento operário frente às suas condições de trabalho, foi difícil suportar a diminuição da remuneração ao rebaixamento em nível extremo, jornada de trabalho exaustiva e humilhante, crianças e mulheres trabalhando sob condições desumanas e outras situações desiguais, no qual nasce o real sentido constitutivo dos sindicatos. Segundo Antunes (2003), o capitalismo se estruturava e os sindicatos tinham como finalidade impedir níveis de salários que

colocassem o desfavorecimento da manutenção e sobrevivência do trabalhador e também de sua família.

Pensar no trabalhador dos tempos modernos ou contemporâneo, é pensá-lo de forma digna enquanto ser “humano”, sensibilizando e conscientizando que esse sujeito, dispõe de sua força de trabalho (Chauí, 2022). Reconhecer seu trabalho é proporcionar melhores condições de vida e “[...] estes nasceram dos esforços da classe operária na sua luta contra o despotismo e a dominação do capital” (Antunes, 2003, p. 12).

Ao analisar o potente movimento opressor e impositivo do sistema capitalista, Marx e Engels desenvolvem suas observações acerca da relação da materialidade histórica e da dialética relacionada ao poder e às condições de trabalho da classe operária. Com essas análises, percebemos a potente influência dos estudos desses filósofos na atualidade, especialmente, nesta pesquisa.

Em nossas análises, na obra “O Manifesto Comunista” de Marx e Engels, dá-se o processo de formação da classe operária, na qual o proletariado atravessa várias fases de desenvolvimento mediante opressão. Dessas ações opressoras, começa a luta dos proletários contra a burguesia, representada por movimentos sociais que, até hoje continuam reivindicando seus direitos enquanto trabalhadores. Nos escritos da obra, o princípio da luta dos trabalhadores, acontece por lutas de forma individual e depois por grupos. Os autores relatam, “[...] no início, a disputa é conduzida pelo indivíduo trabalhador, depois pelos operários de uma fábrica, assim como pelos artífices de uma classe profissional, em uma localidade, contra o indivíduo burguês que os explora diretamente” (Marx e Engels, 2023, p. 37).

As diversas ações dos movimentos operários, contrariam as ações estabelecidas pelo capitalista. Segundo Marx e Engels,

Eles não dirigem seus ataques apenas contra as relações burguesas de produção, mas também contra os próprios instrumentos de produção. Eles destroem mercadorias importadas que competem com seu trabalho. Despedaçam máquinas. Incendeiam fábricas. [...] nesse estágio, os trabalhadores ainda formam uma massa incoerente, espalhada pelo país todo e fracionada pela competição (2023, p. 37).

A reação de rebeldia, protesto individual, intenção de uma nova ordem social, mostra a revolta operária no chão da fábrica em oposição à burguesia. Dessa forma, a base inicial do sindicato foi constituída na Inglaterra. Com o intenso desenvolvimento industrial, a luta operária configura-se na busca de direitos.

Diante desse movimento, surge as uniões sindicais inglesas (trade unions), que manifestaram a defesa e o fortalecimento do trabalhador, na luta contra o capitalismo. Busca fixar salários para a categoria, evitando a concorrência entre operários, utilizando as greves como fundamental arma de poder. Assim, a organização sindical, possibilitava a união de classes e o princípio do progresso contra as ações do primeiro movimento do capitalismo.

É imperativo destacar que, inicialmente, a organização da luta operária, teve o apoio das Associações Livres de Uniões Operárias - trade-unions, que diante da gigantesca revolta dos operários oprimidos e indignados, começou as manifestações. Logo, os movimentos operários apresentavam o esforço coletivo, contínuo e organizado, na tentativa de melhorar as condições de trabalho.

Esse fenômeno social e político aparece para desenvolver condições dignas de trabalho e de vida a quem trabalha. “Os operários devem, portanto, procurar sair dessa situação que os embrutece, criar para si uma existência melhor e mais humana e, para isso, devem lutar contra os interesses da burguesia enquanto tal, que consistem precisamente na exploração dos operários” (Engels, 2010, p. 247).

Um aspecto importante analisado por Engels e Marx (2023), é a união da luta sindical com a luta política, identificada como fator importante de organização da classe, no qual a potencialidade política, pode ser um cenário de disputa da classe operária para conquistar objetivos que favoreçam o trabalhador. Com os iminentes conflitos, ocorre a competição entre os trabalhadores e seus esforços em eliminar tamanha concorrência nas associações. Nas análises de Engels, “essa concorrência entre os trabalhadores, no entanto, é o que existe de pior nas atuais condições de vida do proletariado: constitui a arma mais eficiente da burguesia em sua luta contra ele” (2010, p. 118).

A concorrência era um elemento que, fazia-se presente nas competições entre as ações das associações, muitas vezes influenciando o egoísmo e a fragmentação entre os trabalhadores. Nos estudos de Engels, os processos construídos pelo capitalismo, foram sempre organizados com atitudes cruéis e conflitantes, que caracterizavam a subjugação dominante desse sistema. Em suas análises, “desconheço uma classe tão profundamente imoral, tão incuravelmente corrupta, tão incapaz de avançar para além do seu medular egoísmo como a burguesia inglesa [...]” (Engels, 2010, 307).

Na perspectiva crítica do filósofo, a burguesia inglesa buscava dominar e oprimir aqueles que se opunham às suas ideologias, inclusive, infiltrando-se nas associações. Todavia, era importante a organização entre operários, sobretudo, reconhecendo os sindicatos como representantes da classe trabalhadora, constituído de um poder que deve estabelecer-se, em qualquer condição de governo.

Conforme Marx e Engels,

A burguesia, em seu domínio de classe de apenas um século, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais do que todas as gerações passadas em seu conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferros, o telégrafo elétrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando da terra como por encanto - que século anterior teria suspeitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social? (2005, 44).

Nas análises dos autores, em pouco tempo, o capitalismo foi capaz de transformar a sociedade naquele momento histórico, criando diversas estratégias produtivas e dominadoras, superando qualquer outro período histórico da humanidade, poder revolucionário do capital. Nessas argumentações, observamos nas leituras, a contínua e crescente força dominadora e opressora do sistema capitalista na vida do trabalhador do mundo contemporâneo, especialmente, na educação.

Outro apontamento em relação a luta de classes, está na obra de Marx (2009) “Trabalho Assalariado e Capital & Trabalho, Preço e Lucro”, no qual o autor aprofunda de forma concisa e essencial os elementos salário, preço e lucro, argumentando que as lutas devem estar subordinadas e alinhadas a uma luta que seja política, em circunstância ao bem comum da classe trabalhadora, defendendo a forma organizada de uma abolição do regime de assalariamento. Naquele período, o movimento do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores foi fundamental, pois trouxeram as ideias de Marx para ajudar no posicionamento das novas dimensões da classe operária.

Segundo o sociólogo Antunes:

A classe operária ganhava novas dimensões e avançava na batalha da sua emancipação; em 1866 realizou-se o Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, reunindo representantes operários de todo o mundo. Lá estavam presentes as ideias anarquistas de Bakunin, de Proudhon e as ideias comunistas de Marx e Engels. Neste Congresso, reafirmou-se a importância da criação dos Sindicatos, definida como uma das tarefas primordiais do proletariado (2003, p. 22).

Diante dos movimentos estabelecidos no Congresso, verificamos a reafirmação de Marx, que reconhece o valor da luta sindical enquanto cerne de organização da classe operária. Entretanto, enfatizam o importante papel econômico imediato do sindicalismo, considerando a atuação que impedisse que os salários dos trabalhadores descessem abaixo do valor devido. Lembrando que naquela época, a finalidade do sindicato, era diminuir a desigualdade de condições entre trabalhador e patrão.

Contribuindo com as análises acima mencionadas, Marx observa não apenas elementos de potencial organização na luta sindical, mas a enfática limitação da luta de classe na dimensão econômica. A esse respeito diz, que:

Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. [...] Mas, são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de ao mesmo tempo se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado (2010, p. 103).

Ao mencionar “para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado”, o autor revela a greve como forma da luta de classes, argumentando que é através do despertar da consciência de classe que tudo pode acontecer. Ação onde todos os envolvidos dominados, possam manifestar suas opiniões e ideias, reivindicando melhores condições de trabalho. As greves romperam abertamente com a subordinação diária do operário ao capitalista, frente às relações de produção. Manifestação organizada como forma de resistência, insatisfação diante das ações de opressão, dominação de um sistema que encurrala, diminui, menospreza e marginaliza o trabalhador.

Conforme Antunes:

As greves ensinam os operários a unirem-se, as greves lhes fazem ver que só unidos podem sustentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam aos operários a pensar na luta de toda a classe operária contra toda classe patronal e contra o governo autocrático e policial (2003, p. 33).

Para o autor a greve é um dos instrumentos de mobilização que caracteriza a insatisfação do trabalhador. Em tempos de crescentes cobranças e desafios para a classe trabalhadora da educação, torna-se necessário compreender a realidade desses profissionais. Portanto, a luta deve ser constante, especialmente no município de Vera-MT. Ressaltamos, que o processo histórico fundamentado por Karl Marx e outros filósofos e sociólogos marxistas é essencial neste estudo.

Segundo Saviani (2021), não faltaram esforços para identificar análises marxianas no conjunto das obras em relação à educação.

1. 3 O sindicalismo no Brasil: uma síntese do contexto histórico da luta de classes no país

No contexto histórico do sindicalismo no Brasil, investigamos as contradições das condições que movimentaram a fase da formação operária, partindo do pluralismo as rupturas de um sistema dominador, frente ao corporativismo estatal que durante o Estado Novo Consolida as Leis do Trabalho, reorganiza e reconfigura as relações entre trabalho e trabalhador.

Diante das inúmeras lutas de classes, reconhecemos avanços e regressões no movimento. Sabe-se que o processo ocorre com as mudanças estruturais que constantemente sofrem com as mediações na forma da industrialização, leis, reformas do Estado e precarização do trabalho. Sistema que estabelece uma expansão meticulosa, opressora e dominadora na estrutura da sociedade. Manifestação configurada de forma sensível, flexível e eficaz principalmente no setor público, transformando-se de forma organizada a serviço do capitalismo (Chaui, 2022).

Nessas argumentações, percebemos a importância do Ensino de Sociologia nas reflexões de estudiosos críticos contemporâneos em relação ao movimento sindical no Brasil, dimensões históricas e estruturais que a sociedade vivenciou e vivência. Origem nos movimentos operários em relação às condições da classe na Revolução Industrial, papel econômico e político imediato dos sindicatos, que atravessa períodos de lutas e contradições que infelizmente continuam presentes.

Com a evolução dos sindicatos no contexto histórico do capitalismo, sua atuação ganha notoriedade e as discussões são argumentadas por diversos sociólogos e filósofos marxistas. O sindicalismo no Brasil é marcado por uma trajetória de luta constante pela autonomia, ao mesmo tempo em que apresenta evidências de controle estatal e de processos ideológicos de dominação e, outras formas de ações coercitivas próprias do capitalismo (Antunes, 2003). Compreender a classe operária no Brasil, prioriza conhecer e discutir a base sólida do processo histórico e dialético da industrialização no século XIX para o XX. É através deste movimento que começa a luta de classe, organizando os primeiros sindicatos no país.

Conforme as análises de Antunes:

As primeiras formas de organização foram as Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo, que visavam auxiliar materialmente os operários nos momentos mais difíceis, como nas

greves ou em épocas de dificuldades econômicas. A estas associações mutualistas sucederam as Uniões Operárias, que por sua vez, com o advento da indústria, passaram a se organizar por ramos de atividades, dando origem aos sindicatos (2003, p. 38).

Para o sociólogo, compreender as primeiras formas de organização sindical, é entender a complexa origem dos primeiros movimentos de organização dos trabalhadores e sua trajetória no país. Período em que começam as greves organizadas de forma estratégica para reivindicar melhorias salariais, com o objetivo de mostrar a insatisfação da classe.

É imperativo destacar que, um dos fatos históricos que contribuíram com o início da organização sindical no Brasil, foi a promulgação da Constituição que estabeleceu na época o dispositivo, a liberdade de associação, que apenas no ano de 1906 permitiu a criação da Confederação Operária Brasileira, instituindo e organizando aproximadamente 50 entidades, dos diversos Estados (Antunes, 2003).

Na contínua reivindicação, fica evidente a insatisfação do trabalhador operário, no qual em 1907, o governo estabelece o Decreto-lei nº 1.637, garantindo e ampliando o direito a sindicalização de outras categorias de trabalhadores, desenvolvendo aos poucos, um caráter político como analisava Marx em relação ao movimento operário na Revolução Industrial Europeia. Diante das associações organizadas e das primeiras greves no país, a luta de classes percorria melhores resultados.

Segundo Antunes:

E foi dentro deste quadro que nasceram os sindicatos no Brasil, cujo principal objetivo era conquistar os direitos fundamentais do trabalho. Nos vários Congressos Sindicais e Operários e nas inúmeras manifestações grevistas tornaram-se constantes as reivindicações visando a melhoria salarial, a redução da jornada de trabalho etc. Data de 1906 o Primeiro Congresso Operário Brasileiro que, contando com 43 delegados representando os centros mais dinâmicos, como São Paulo e Rio de Janeiro, lançou as bases para uma organização operária sindical de âmbito nacional, a Confederação Operária Brasileira (C.O.B.), cuja luta era direcionada para as reivindicações básicas, além de uma intensa campanha de solidariedade aos operários de outros países (Antunes, 2003, p. 39).

É relevante observar, a influência da ação imperativa e dominadora do capitalismo, que infelizmente dividiu a sociedade cada vez mais, fortalecendo suas ações opressoras, distinguindo classes e sujeitos na sociedade. Contudo, a cada movimento de luta do trabalhador, os dominantes procuravam controlar tudo à sua volta e isso é assustador. No contexto controlador da classe

dominante, o 1º Congresso Operário Brasileiro no Rio de Janeiro, movimentou dois grupos de operários com pensamentos diferenciados.

[...] participaram as duas tendências até então existentes no movimento operário: a anarco-sindicalista, que negava a importância da luta política, privilegiando exclusivamente a luta dentro da fábrica através da ação direta. Repudiava ainda a constituição de um partido para a classe operária e via nos sindicatos o modelo de organização para a sociedade anarquista. A outra tendência era composta pelo socialismo reformista, que buscava a transformação *gradativa* da sociedade capitalista, lutava pela criação de uma organização partidária dos trabalhadores e, a nível do Estado, utilizava-se da luta parlamentar. Eram, pois, tendências em si bastante distintas, sendo mais forte a presença dos anarco-sindicalistas (Antunes, 2003, p. 39).

Com o movimento da classe trabalhadora reivindicando seus direitos frente às precárias condições de trabalho, consolidou os contratos coletivos como instrumentos de luta e negociação. Na época, muitos desses acordos, tiveram seus efeitos limitados e não cumpridos por parte dos governantes e das classes econômicas que dominavam (Antunes, 2003). Isso mostra as contradições estruturais de um sistema que fragilizava as garantias trabalhistas, no qual a classe precisou se posicionar ainda mais, diante do descaso firmado e das condições de trabalho.

“Junto com as lutas sindicais, crescia a mobilização das massas trabalhadoras e em março de 1935 foi fundada a Aliança Nacional Libertadora, [...] a ANL em poucos meses atingiu 400 000 membros e a dimensão de um amplo movimento de massas” (Antunes, 2003, p. 48). Diante das reivindicações, observamos o crescente posicionamento e indignação da classe dominada a classe dominante e foi a partir desse movimento que o avanço das lutas sindicais aconteceu com maior rigor político.

Das mobilizações das massas trabalhadoras, identificamos que a greve tornou-se um marco essencial do sindicalismo brasileiro, não apenas como um ato de resistência, mas como uma força estratégica de organização, liderança e consciência política da classe trabalhadora. Expressão da capacidade coletiva do enfrentamento, na busca por autonomia diante das constantes tentativas de desmobilização e repressão (Freitas, 2018). Com isso, fortalece uma das principais forças sociais da classe na luta por seus direitos e melhores condições de trabalho. Força e fortalecimento sindical, que representou os interesses da classe, frente ao poder do estado e das elites econômicas e políticas do país.

Importante destacar que, o movimento da Revolução de 1930, marcou a transição da economia e do poder. Momento de divisão da classe dominante e as disputas entre esses grupos, em relação ao poder econômico e político da época. Processo histórico e político controlador, que

transformou a nova fase do sindicalismo no Brasil. Para Freitas (2018), após vários períodos de manifestações por direitos, o trabalhador na Era Vargas (1930-1945), percebe mudanças e novas orientações. Foi nesse governo, que aconteceu a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a promulgação de diversas Leis Trabalhistas.

Outro acontecimento investigado, é o período do Novo Estado, com a Consolidação das Leis do Trabalho. Criada conforme legislou o Decreto lei nº 5.452 no dia 1º de maio de 1943, pelo então presidente da época Getúlio Vargas. Nesse ano, vários trabalhadores comemoraram o feito, lei que unificou e definiu todas a legislação trabalhista. A princípio, garantia formas previdenciária e sindical para trabalhadores urbanos, deixando o trabalhador rural sem direitos trabalhistas. Naquele período, o trabalhador rural era a maioria da população brasileira. Efeitos estruturais de proteção trabalhista que consolidasse sem abordar o trabalhador rural (Antunes, 2009).

Nessas análises, percebemos o avanço dos direitos trabalhistas, mas ao mesmo tempo contradições, a garantia dos direitos de um grupo de trabalhadores e, a não garantia dos direitos de um outro grupo. No entanto, o Estado, intencionado na neutralização do poder reivindicativo do trabalhador, criou naquele momento, um perfil sindical que controlasse a organização operária em benefício ao Estado, o chamado sindicalismo corporativo (Antunes, 2003). Seu objetivo era influenciar e retirar a autonomia de resistência sindical. Evidentemente nesse percurso, o capitalismo interfere de forma organizada suas ações nas dimensões das representações sociais.

O Brasil nas décadas de 60 a 90, percorre vários momentos históricos, na luta de classes em defesa das condições dignas de trabalho e de vida do trabalhador. Período no qual o movimento operário atinge sua fase de maior amplitude. Suas manifestações e greves acontecem com frequência, porém, cresce o número de operários trabalhadores presos e acontece várias outras mudanças no sindicalismo.

Nasce a Central Única dos Trabalhadores - CUT e um novo formato do Comando Geral dos Trabalhadores - CGT. Décadas que marcaram significativamente as transformações dos movimentos sindicais. Momentos de debates e discussões por diversos grupos em relação a uma nova Constituição no Brasil. A união de grupos de estudiosos e políticos que defendiam uma nova Constituição elaborada por representantes do povo e em assembleia nacional. Ampla mobilização social de sindicatos, associações, dentre outros movimentos atuantes (Antunes, 2009).

Nesse contexto, no dia 05 de outubro de 1988, foi promulgado pelo presidente Ulysses Guimarães a Nova Constituição Federal, contendo 250 artigos. Documento que estabelece em seu

preâmbulo a força do povo brasileiro. História memorável para o Brasil, que prova definitivamente, a derrota dos militares. A Carta Magna de 1988, traz avanços significativos para os direitos dos trabalhadores brasileiros, consolida direitos já existentes na Consolidação das Leis do Trabalho e insere novas leis.

Entretanto, novas garantias são proporcionadas ao trabalhador no Brasil. “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social” (Brasil, 1988, art. 7º, caput). Este dispositivo, mostra como as lutas de classes são manifestações transformadoras. Ato político que dá garantias legais a todos os trabalhadores, seja ele urbano ou rural. Após quatro décadas, uma nova lei que resguarda o direito de todos os cidadãos do país.

Outro avanço significativo na Constituição Federal de 1988, é a liberdade da associação sindical. Autonomia organizada sem a interferência do Estado. Unicidade que dispõe ao sindicato a categoria territorial, que cria e oportuniza a negociação coletiva. Direito de greve, instrumento essencial para reivindicar melhores salários, condições de trabalho, dentre outras demandas do trabalhador (Brasil, 1988).

Esse percurso histórico, permite compreender como o sindicalismo no Brasil foi criado. Expansão concreta da luta de classes, marcada por avanços, retrocessos e constantes disputas entre o capital e o trabalho. Atuação de um sistema historicamente dominado, que mostra a contínua luta do trabalhador para garantir e proteger seus direitos, em defesa de condições de vida digna e de qualidade. Logo, o sindicalismo revela-se não apenas como uma forma de mobilização por direitos trabalhistas, mas como um instrumento e um campo de enfrentamento político e social (Antunes, 2009).

Diante do breve contexto histórico da luta dos trabalhadores, não poderíamos deixar de mencionar a luta dos professores. Luta das profissionais que expressam as contradições e os conflitos de interesses na base educacional. Processo marcado por resistências contínuas frente às condições de trabalho, como a desvalorização da profissão, desvalorização salarial, descumprimento das leis, dentre outras demandas que persistem oprimir este trabalhador.

No que se refere à luta deste trabalhador contra o capital, um marco emblemático e histórico que potencializou a dinâmica do sistema capitalista na educação, foi o movimento da Escola Nova. Processo sutil e hegemônico que desenvolveu um novo formato de ensino nas bases educacionais. Na concepção do pesquisador Saviani:

[...] o primeiro momento seria em torno da década de 1930 e o segundo seria na década de 1970, mais exatamente uma referência à reforma do ensino instituída pela Lei n. 5.692

para verificar como ela se enquadra nesse esquema mais amplo de compreensão e como ela interferiu no interior da escola do ponto de vista político, determinando que, interiormente, as escolas cumprissem certas funções políticas (2024, p. 40).

Nas análises do autor, o movimento das reformas educacionais, foi um período em que não foram apenas mudanças pedagógicas ou administrativas no espaço das escolas, mas uma estratégia política ampla, no qual estruturou e alinhou a escola e todos que nela estão, a cumprirem as ordens e necessidades do Estado. Estratégia de um modelo econômico e político, que conduziu o país. A escola deixa de ser apenas um espaço de ensino e passa a ser um instrumento de organização social. Espaço que configura o controle e a formação de sujeitos adequados para determinadas ordens sociais, especialmente, para o mercado de trabalho.

Nesse sentido, as mobilizações na educação começaram nas décadas de 1930 a 1970, no qual foi criada a Associação Brasileira de Educação - ABE, que era constituída por educadores e pioneiros da educação nova. Essas mobilizações direcionaram diversas ações políticas como conferências, palestras, reivindicações, grupos de estudos, greves, movimentos populares dentre outras estratégias em defesa da educação (Saviani, 2024).

Dos diversos movimentos na educação, um fato importante a ser destacado são as reformas das leis organizadas pela classe dominante. Para Saviani (2024), um exemplo claro de transformação e contradição, foi a Lei nº 5.692/71, que direcionava a educação de 1º e 2º graus no Brasil. Essa lei possibilitou diversas mudanças, mas a mudança que mais impactou a educação, foi a reformulação do currículo.

Ao encontrar diversas contrariedades na lei, Saviani (2024), percebeu a flexibilidade do ensino que também diferenciava o aprendizado. Logo, conceituou conforme lacunas na lei, a terminalidade legal, que significa: todo o conteúdo de aprendizagem do 1º grau será dado em oito anos, e a terminalidade real: que será a organização do conteúdo de aprendizagem conforme a condição real da escola. A lei ao ser analisada pelo autor, trazia na prática essa diferença no ensino. Condutas e práticas pedagógicas que não possibilitavam o conteúdo e a aprendizagem para todos os estudantes do país. Abordamos essa lógica histórica, para compreender como o capitalismo segue de todas as formas, reestruturando e legitimando seu poder na educação atual.

Dessa maneira, a contradição está presente em todo agir da classe dominante. Conflito de interesse que não percorre apenas a condição de trabalho das professoras, mas tudo que envolve a escola. Chaui (2022) também analisa a educação como um instrumento social que está a serviço da

ordem e necessidade do Estado. No mundo capitalista, a crise também serve como meio estratégico para instaurar e legitimar os interesses de quem está no poder.

Segundo Saviani, “[...] e surgiu a Escola Nova que tornou possível, ao mesmo tempo, o aprimoramento do ensino destinado às elites e o rebaixamento do nível de ensino destinado às camadas populares [...]” (2024, p. 43). Nas análises do autor, para superar a crise, ocorreu a reforma do ensino com a Escola Nova, instrumento de controle na educação que priorizava uma determinada classe social e rebaixava outra.

Essa dinâmica dominadora, evidencia um sistema que instrumentaliza a educação como uma máquina de produção, e aliena as trabalhadoras. Isso revela o profundo e perverso estrangulamento promovido pelo capitalista na educação. Trabalhador alienado não consegue acessar conhecimentos e informações necessárias para compreender sua realidade. Para Marx (2013), a ignorância é a mãe da indústria. Logo, a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas a produção de sujeitos ignorantes, e com isso, atinge todos os envolvidos em uma determinada sociedade.

Diante de um ensino diferenciado para a maioria da população que é a classe trabalhadora, que são sujeitos assalariados e limitados ao conhecimento, seria mais fácil o controle e a opressão do sistema. Para Saviani, “[...] o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação” (2024, p. 45). Para o autor, é na educação e no ensino, que encontramos as diversas formas de conhecimento. Trata-se de um conhecimento que amplia o saber, desperta a consciência, possibilita a compreensão da realidade e expressa a tomada de consciência crítica, permitindo ao sujeito, em diálogo com seus pares, participando de forma ativa e reflexiva, na realidade social.

Importante destacar que, o trabalho e a educação se entrelaçam na história, na economia e na relação de produção. Segundo Mészáros (2008), o trabalho é atividade vital ontológica que define o que é ser humano em qualquer época e a partir dessa época, dialogar e participar conscientemente na sociedade. Para Marx (2013), o trabalho é uma das formas de superação da alienação produzida pela sociedade capitalista. Saviani e Duarte (2012) relatam que, a elevação do trabalho possibilita um nível que o ser humano possa desenvolver-se de forma omnilateral. Ou seja, os autores destacam que o trabalho oportuniza o ser humano a um nível de consciência que o desenvolve de forma integral e intelectual. Habilidade do saber, que atravessa a fronteira da libertação.

Segundo Freire (2013), a educação deve ser priorizada como práxis humanista contra a alienação, conscientização da realidade, unindo oprimidos contra o capitalismo. O escritor marxista, alinha-se a práxis transformadora e a luta de classes, enfatizando o diálogo como ato político. Assim, não poderíamos deixar de destacar um trecho de sua obra.

É que, para eles, pessoa humana são apenas eles. Os outros, estes são “coisas”. Para eles, há um só direito — o seu direito de viverem em paz, ante o direito de sobreviverem, que talvez nem sequer reconheçam, mas somente admitam aos oprimidos [...] (2013, p. 47).

O pensar sociológico do autor, revela que os dominantes consideram apenas eles os seres humanos com direitos a uma vida digna, negando essa condição aos outros. Ao relatar são “coisas”, indica que esses outros, servem apenas como meio de força de trabalho, prática de exploração dentre outras opressões que vivenciamos nos dias atuais. Diante da realidade contemporânea, podemos contextualizar essa crítica, frente às ações e forças do neoliberalismo na educação. Força que vem se solidificando nas estruturas educacionais e sociais, percebíveis nas inúmeras lutas e denúncias dos trabalhadores.

Importante destacar que, após décadas de lutas e mobilizações pela classe trabalhadora, o povo brasileiro no ano de 2017, ganha de presente a Reforma Trabalhista, formalizada pela Lei nº 13.467 de 13 de julho do respectivo ano. Lei que regula e provoca grandes alterações na Consolidação das Leis do Trabalho e grandes mudanças que contrariam a dignidade humana e social do trabalhador. Frente a esse novo contexto social, a educação passa a seguir novas regras e normas trabalhistas que descaracterizam a valorização profissional.

Nesse sentido, as garantias trabalhistas, historicamente conquistadas por meio de décadas de lutas e manifestações, foram alteradas em um curto espaço de tempo, resultando em prejuízos aos trabalhadores. Contudo, a educação é um dos instrumentos que possibilita o sujeito oprimido a elevar sua consciência e buscar estratégias para superar as condições impostas pelo capitalismo (Freire, 2013).

Portanto, o conhecimento, o diálogo, a participação crítica coletiva, a luta de classe, o ato político de pensar e manifestar a realidade concreta no trabalho, que as profissionais, com o apoio do sindicato, podem encontrar estratégias de mobilização para demonstrar sua insatisfação e indignação. Superar as contradições e as opressões da sociedade capitalista, é essencial e libertador. Segundo Freire (2013), a educação é uma das esferas sociais que promove e provoca esse

movimento. A educação é um instrumento ideológico de reprodução de classes transformável, que possibilita a libertação proletária acerca do diálogo e da ação coletiva.

1.4 Um município na região norte de Mato Grosso Amazônico: desafios e luta de classes da educação municipal

Esta pesquisa aconteceu no município de Vera-MT. Na interação do fundamento histórico desta pesquisa, faremos um breve relato histórico, visto que é relevante conhecer o campo de estudo da pesquisa. Seu início ocorreu através do projeto da colonização da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (S.I.N.O.P), que mais tarde ficou amplamente conhecida como Colonizadora Sinop, hoje, com o nome Grupo Sinop.

Sua fundação foi no ano de 1970, tendo como proprietário da imobiliária, Ênio Pipino, que veio do Estado do Paraná, comprando alguns lotes de terra na região norte do Estado de Mato Grosso. Na época o Brasil era governado pelo general Emílio Garrastazu Médici, seu governo 1969 a 1974 foi o período mais repressivo da ditadura militar, conhecido como “anos de chumbo”, mas também caracterizado pelo ufanismo nacionalista do “milagre econômico” e o slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Nesse contexto de ruptura institucional foram criados a pela Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná os Núcleos de Colonização, uma espécie que caricatura da divisão da Alemanha nazista e que dariam nome aos municípios de Vera-MT, Santa Carmem-MT e Sinop-MT. O primeiro denominado Núcleo Colonial Celeste 1, foi dividido em três partes. A primeira, deu-se o nome de Vera, a segunda parte de Santa Carmem e a terceira parte de Sinop. Como estava realizando um excelente investimento, anos depois, adquiriu mais uma área, chamada de Núcleo Colonial Celeste 2, que mais tarde parte desta área se tornou a cidade de Cláudia. Com a conclusão do projeto, o Núcleo Colonizador Sinop, no médio norte mato-grossense, se consolida.

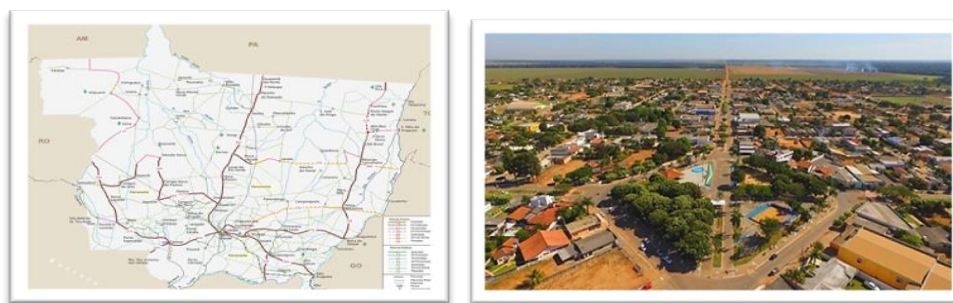
Vera apresenta várias teorias em relação à escolha de seu nome, uma delas a homenagem de Ênio Pipino às filhas, outra a homenagem de algum membro da colonizadora. Vera, e as cidades de Cláudia e Santa Carmem, receberam o nome de mulheres. A esse respeito, Netto, relata que:

Em relação à denominação da cidade, muitas dúvidas existem. Alguns dizem que Vera foi umas das filhas do colonizador Ênio Pipino, mas ele não teve filhos. Outros dizem que Vera era filha do engenheiro que planejou a cidade, mas não foi somente um engenheiro que trabalhou no projeto das cidades da Gleba Celeste. Em geral, acreditasse também que

Vera era alguma sobrinha, filha, esposa, mãe, ou parente de alguém, que tinha cargo importante na colonizadora Sinop. Tais estórias não condizem com o que de fato aconteceu. Na realidade, o nome Vera foi ideia de João Pedro Moreira de Carvalho, que pretendeu fazer uma analogia com o primeiro nome dado ao Brasil, “Ilha de Vera Cruz”, uma vez que Vera também estava sendo construída numa região desconhecida e foi o primeiro marco de colonização nessa região. Junto a isso veio a intenção de homenagear as mulheres trabalhadoras do campo (2000, p. 47).

O nome tinha como objetivo homenagear as mulheres trabalhadoras do campo. Desse princípio inspirador, veio o desejo de homenagear as mulheres, principalmente as mulheres ligadas à terra, foi assim que surgiu o nome Vera, intenção inspiradora de Ênio Pipino. A inauguração do município foi em 27 de julho de 1972, com aproximadamente 26.645,80 km², no qual em 1986, aconteceu a primeira eleição municipal, tendo como prefeito eleito José de Lima Cavalcante, administração 1987-1988 e 07 (sete) vereadores eleitos para o mandato de dois anos (Netto, 2000).

Figura 1 - Localização - Mapa do Mato Grosso e imagem do município de Vera-MT



Fonte: Google 2025

Netto (2000, p.163) relata que, “quando José de Lima Cavalcante assumiu a prefeitura, não havia prédio disponível, verbas estaduais e funcionários. De fato, a prefeitura só existia “no papel”. A prefeitura foi montada no prédio da antiga Escola Estadual Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Localizada na região norte do Estado de Mato Grosso, possui uma área territorial de 26.645,80 km². Conforme Censo do IBGE de 2022, tem aproximadamente 12.800 mil habitantes e está situada a aproximadamente 463 km da capital do estado, Cuiabá.

Vera ao ser criada, precisou prestar serviço aos munícipes, sendo necessário a contratação imediata de pessoas. Em junho de 1991, aconteceu o 1º concurso público. Durante esse período, os servidores sentiram a necessidade de criar um sindicato que pudesse reivindicar seus direitos. Contudo, iniciou a luta dos trabalhadores municipais com as primeiras reuniões para criar o

sindicato da classe. Assim, sua fundação ocorreu em 08 de novembro de dois mil e três (08/11/2003).

Figura 2 - Prédio atual do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vera-MT



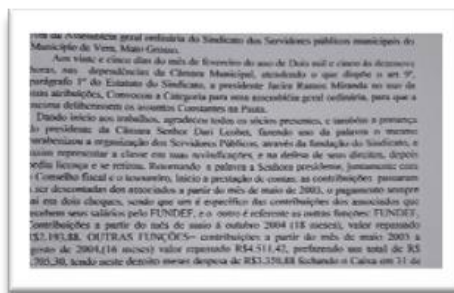
Fonte: Imagem fotografada do celular da autora da pesquisa

O primeiro presidente de honra, foi Osvaldo Arão Miranda (popular Paçoca), comissão pós-construção: Antonio Azevedo, Eriberto Silva, Enio Girardi, Jacira Ramos Miranda, Renato Michel Duminelli e Sandra Regina Duminelli (registro da ata nº 001/2003). Com a intervenção desses profissionais, nasce a força de um sindicato, que buscou unir todos os trabalhadores do serviço público municipal em defesa de seus interesses imediatos e futuros. A princípio, o prédio do sindicato era na casa do presidente.

Os documentos e registros do sindicato, mostram dos anos de 2005 a 2007, foi constituído a primeira diretoria, sendo o presidente: Jacira Ramos Miranda, vice-presidente, Odilon Inácio Antonio, 1ª secretária Marlene Terezinha Krott, 2ª secretária Maria Antelma Santos Bernini, tesoureiro Enio Giradi, diretor de cultura, esporte e lazer Manoel dos Santos, vice diretora, Estela Mari Heemann Barreto. Conselho fiscal, titulares: Sandra Regina Duminelli, Inês Hoffmann da Silva, Zélia Ribeiro Mendes. Suplentes: Rosalina Maria de Sá, Jesus Rosa da Silva e Dr. Carlos Valentin Sevigani.

O sindicato é uma entidade autônoma, filiada ao FETRAM-MT (Federação dos Trabalhadores Municipais de Mato Grosso), CNPJ: 03.855.288/001-02, desvinculado do Estado e sem fins lucrativos, constituído para fins de estudo, defesa e representação do conjunto dos trabalhadores da categoria dos servidores públicos da cidade de Vera-MT. Entidade com a finalidade de desenvolver atividades na busca de soluções para problema da categoria, tendo em

Figura 4 - Primeira ata da Assembleia Geral Ordinária do SISPUMVE.



Fonte: Imagem fotografada do celular da autora da pesquisa

Com o objetivo de unir cada vez mais os trabalhadores municipais, o sindicato consegue estabelecer confiança aos trabalhadores, onde em 2006 a classe da educação começa a se mobilizar, participando como membros da diretoria e comissões da educação. Na garantia dos direitos constitucionais, a luta de classe inicia com várias reuniões e discussões para produzir o Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação Básica do Município de Vera-MT, sendo no ano de 2006 sua criação e aprovação.

Desde o surgimento do sindicato, diversos movimentos de luta vêm acontecendo, no qual o professor tem reivindicado constantemente sua valorização, melhores condições de trabalho, dentre outras demandas da categoria. Em 2010, o movimento ganhou força diante do atual prefeito que não aceitava conversar com o sindicato, muito menos com os profissionais da educação. Diversas discussões e estudos em relação ao piso do magistério foram realizadas pela comissão. Dessa forma, a classe se fortalece e busca da melhor forma, reivindicar seus direitos.

Em 2011, diante das condições enfrentadas pelos profissionais na necessidade de garantir o piso salarial do magistério, dentre outras demandas, os professores aderiram ao estado de greve, denunciando à sociedade local, o desrespeito e a desvalorização do prefeito em relação aos profissionais. Logo, foi deflagrada a primeira greve histórica do serviço público municipal, momento em que o poder executivo se manifestou disposto a dialogar e analisar as propostas apresentadas pelos professores.

A participação do sindicato e da comissão da educação, foi primordial para apresentar propostas e contrapropostas ao prefeito, na intenção de garantir o piso salarial do magistério, melhores condições de trabalho, e plano de carreira valorizando o profissional. No contexto da luta de classe, o professor no ano de 2011, consegue garantir o piso nacional do magistério, o

enquadramento dos demais profissionais e novos coeficientes na progressão funcional. Marco histórico da Lei municipal nº 935/2011.

Treze anos após esse importante movimento e outros avanços na educação, os professores foram surpreendidos, dias após as eleições municipais de 2024, com a derrota do então prefeito, com o PL 030/2024. Projeto de lei elaborado pelo Poder Executivo, para reestruturar o plano de carreira dos profissionais da educação, alegando que a folha de pagamento da Secretaria Municipal de Educação, ultrapassava 130% dos recursos destinados à educação, impactando os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Figura 5 - Manifestações dos professores em novembro de 2024 na Praça 13 de maio, Vera-MT



Fonte: <https://www.instagram.com/sispumve/>

Dessa forma, o sindicato representado pelo presidente Eder Alves Pereira, equipe jurídica e comissão da educação, buscaram imediatamente dialogar com o prefeito. Solicitaram esclarecimentos e apresentaram demandas da categoria, mas não obteve êxito. Logo, pediram a ajuda dos nove vereadores para impedir a aprovação do projeto de lei. Também tiveram o apoio do coordenador local do PROFSOCIO Unemat, campus de Sinop-MT, professor Dr. Roberto Alves de Arruda, que não mediu esforços e declarou sua indignação nas redes sociais, alcançando milhões de visualizações.

Na luta pelos direitos conquistados, a classe realizou diversos protestos e manifestações públicas em defesa da permanência da Lei nº 935/2011. Pediram respeito por terem conquistado

esses direitos, há mais de uma década. Reforçamos, que vários movimentos foram organizados pelos professores, para expressarem sua indignação diante da proposta apresentada pelo prefeito.

Sob a reivindicação do professorado, Chaui nos alerta:

Qual a reivindicação do professorado? A mudança do piso-salarial pois o professor P1, em início de carreira recebe, Cz\$ 1.784,00 mensais! ³ Em 1979, o piso salarial do magistério correspondia a cinco salários-mínimos. [...]. Se inaceitável nos outros campos de trabalho, a hora extra no campo educacional é desastrosa: a jornada de trabalho de um/a professor/a não termina quando conclui sua aula. Nem nela se inicia. A aula foi preparada com antecedência, e dela resultarão trabalhos e provas que deverão ser corrigidos e avaliados. Professores atendem alunos com dificuldade de aprendizagem, participam da vida local através das associações de pais e mestres, realizam atividades extracurriculares de serviço à escola, precisam periodicamente renovar-se em conteúdos e formas pedagógicas, por meio de cursos de extensão e aperfeiçoamento (2018, 319).

Na obra “Em Defesa da Educação Pública, Gratuita e Democrática”, a autora nos mostra como o professor diariamente está em constantes desafios e desafios de décadas. Professorado que luta, trabalha, reivindica, mobiliza e manifesta de tempos em tempos sua indignação. Realidade material do professor frente ao capitalismo. Sistema que exige e exige sempre mais do trabalhador, e o professor continua lutando.

Figura 6 - Narrativas do Livro do Tempo: Eu luto pela educação! divulgadas em grupo de whatsapp como forma de mobilização dos professores.



Fonte: Imagens pessoais do grupo de whatsapp, Professores Rede Pública - Mobilização

Figura 7 – Mobilização dos professores na 2ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Vera-MT, realizada em 23 de dezembro de 2024.



Fonte: Imagens pessoais do grupo de whatsapp, Professores Rede Pública - Mobilização

Com as inúmeras mobilizações, no dia 23 de dezembro de 2024, a Câmara Municipal de Vera-MT em sessão extraordinária, com votação favorável de 05 vereadores, aprovou e criou a Lei nº 1.521/2024, que alterou drasticamente o Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação Básica do Município, Lei nº 953/2011. Alteração desastrosa e irreparável. Marco histórico que evidencia a constante luta, contradição e conflito de interesses frente à desvalorização profissional. Reconhecer a desumanização implica olhar a realidade histórica (Freire, 2013).

Nesse momento, fica evidente como o capitalismo não é apenas um sistema econômico, mas uma estrutura profunda, conflitante de puro interesse. Exclusivamente, na forma contraditória de leis e normas, que apresentam influências capitalistas (Saviani, 2024). Exploram e desvalorizam a classe do professor. Força extrema do dominante ao dominado, que a cada momento histórico, desqualifica e desrespeita o trabalhador.

Em janeiro de 2025, as reivindicações continuaram, e o presidente do sindicato, juntamente com a comissão da educação, receberam a presença e o apoio do coordenador do PROFSOCIO Unemat Sinop, professor Dr. Roberto Alves de Arruda que discutiram ações relevantes em relação ao movimento da luta de classe e a reformulação da lei.

Figura 8 - 1º Encontro Sindical, com apoio da Unemat - Campus de Sinop-MT e do SISPUMVE.



Fonte: Imagem pessoal tirada pela mestrandia Mariza Kreiner

Diante dos debates, discussões e mobilizações no campo empírico da pesquisa, observamos a flexibilidade, lacunas e hermenêuticas jurídicas que influenciam nas legislações nacionais. Um exemplo a ser considerado, é a Constituição Federal de 1988, no artigo 206, parágrafos V e VII, que garante princípios básicos sob a valorização profissional e o piso salarial. Porém, a própria lei, estabelece as competências dos três entes federados, dando total autonomia aos municípios para organizar ou reorganizar suas leis.

Desse modo, a Lei municipal nº 1.521/2024, altera o período de reajuste salarial dos professores, que deixam de receber a atualização no mês de janeiro, conforme Lei nº 11.738/2008, art. 3º, inciso III, que institui e integra o piso salarial profissional nacional do magistério, passando a receber o reajuste apenas no mês de março, por meio da Revisão Geral Anual (RGA).

Outra dinâmica opressora e contraditória na nova lei, foi a reestruturação do quadro dos coeficientes da progressão das classes da valorização profissional. Essa reorganização diminuiu os coeficientes do quadro, reduzindo direitos, vantagens e concessões da carreira que foram conquistadas com muita luta no ano de 2011.

Quadro 1 – Relação da Reestruturação da Progressão da classe da Educação com a Lei nº1.521/2024.

QUADRO DE PROGRESSÃO DA CARREIRA			
PROGRESSÃO DA CLASSE ATÉ 31/12/2024	COEFICIENTES % ATÉ 31/12/2024	PROGRESSÃO DA CLASSE APÓS 31/12/2024	COEFICIENTES % APÓS 31/12/2024
A - MAGISTÉRIO	1,00	A - LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA	1,00
B - GRADUAÇÃO	1,45	B - LICENCIATURA PLENA + PÓS - GRADUAÇÃO	1,15
C - PÓS - GRADUAÇÃO	1,66	C - LICENCIATURA PLENA + MESTRADO	1,35
D - MESTRADO	1,84	D - LICENCIATURA PLENA + DOUTORADO	1,55

Fonte: Dados retirados da Lei nº 953/2011.

Esse quadro evidencia a opressão e o descaso de um sistema que, ao longo dos movimentos históricos, segue reestruturando a carreira dos trabalhadores da educação, sob a justificativa de que trata-se de uma pasta que onera e encarece os cofres públicos. Assim, os profissionais que permanecem na carreira, em sua maioria pertencentes a classe C e com mais de 14 anos de efetivo exercício na função, tiveram as vantagens e concessões adquiridas até 31 de dezembro de 2024, reenquadradas por meio da Vantagem Permanente Enquadramento (VPE).

O VPE é um instrumento com o objetivo de evitar a redução do salário do profissional da educação após a aprovação da lei. Entretanto, os profissionais que concluírem mestrado ou doutorado após a vigência da nova legislação, passam a se enquadrar nas regras estabelecidas por esse novo marco normativo. Isso desmotiva o trabalhador da educação a cursar mestrado ou doutorado. Assim, os novos profissionais da carreira pública da educação de Vera, ingressarão com os valores, e as vantagens da carreira desvalorizadas.

Figura 9 - Demonstrativo de pagamento da matrícula nº 872 (20 horas), referente ao primeiro mês após a aprovação da lei, que evidencia o reenquadramento salarial da professora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

Proj. Ativ.: 295 - FUNDEB 70% - FUNDAMENTAL

Secretaria: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

Departamento: 2 - F U N D E F

Lotação: 0 -

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE SALÁRIO

CNPJ: 00.179.531/0001-93

Mensal: Mensalista

Nascimento: 09/09/1978

PIS/PASEP: 19009303317

Cargo concursado: 169/C/N-8 - PROFESSOR LICENCIATURA PLENA + POS GRAE

Carga horária: 120

Cargo comissionado:

Banco: 748 - Banco Cooperativo Sicredi S.A. - F Agência: 0812

Conta: 42698-9

Código:	872	Nome do Funcionário:	FABIANA DE LIMA DIAS		Admissão:	03/02/2003	CPF:	804.567.661-20
P/D/N	Descrição	Dep	Nr. Parc.	Referência	Proventos	Descontos	Neutro	
1	SALARIO MENSAL		D	30,00	4.131,65			
16	VPE (VANTAGEM PERMANEN ENQUADRAMENTO)		V	1.290,13	1.290,13			
7550	DESC CARTÃO DE TODOS		V	29,70		29,70		
7660	DESC CONV CAIXA ECONOMICA		V	770,21		770,21		
7664	DESC CONV CAIXA ECONOMICA		V	598,70		598,70		
7690	DESC CONV SICREDI		V	915,00		915,00		
7780	SINDICATO DOS SERV MUNICIPAIS		P	1,20		65,06		
8100	PREVIDENCIA		T	14,00		578,43		
8109	PREVIDENCIA SOBRE VPE		T	14,00		160,61		
TOTAIS					5.421,78	3.137,71	0,00	
						Valor Líquido =>	2.284,07	

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Cál. FGTS	FGTS do Mês	Base Cál. IRRF	Faixa IRRF
4.131,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Informações aos servidores:

Sr(a) Servidor(a). Informamos que a partir do mês de julho/2020 a alíquota de contribuição para o Vera Previ será de 14% (quatorze), cfe EC 103/2019 e Lei Municipal 048/2020.

UG: 1

Código: 872

Matrícula: 872

Mês/Ano Referência: 1/2025

Código de Autenticidade: P1ORF-WJXC-6PIRI-G45XW

Fonte: Imagem pessoal tirada pela autora da pesquisa

O demonstrativo evidencia a realidade salarial de uma servidora afetada pelas alterações da lei, bem como o impacto financeiro dos descontos previdenciários, destinados a garantia de uma aposentadoria digna, e dos consignados, assumidos na busca pela casa própria. Outro prejuízo que o servidor público municipal sofrerá, será a reformulação do Vera-Previ, que segundo a Reforma das Leis Trabalhistas de 2017, os mesmos deverão reestruturar a previdência conforme estabelece a nova reforma. Essa reestruturação, certamente trará grandes mudanças que impactaram os direitos conquistados dos servidores.

Em 2025, o município de Vera, por meio do Poder Executivo, em conjunto com a Comissão do Vera-Previ (constituída por representantes do serviço público municipal e sindicato), deu início a um estudo voltado a reformar o Vera-Previ. Esse processo resultou na elaboração de três propostas de reforma, que permanecem em análise até o momento. Importante ressaltar que, a Reforma Trabalhista de 2017, trouxe desvantagens ao trabalhador, consequentemente, as propostas em análise, também apresentam impactos negativos. Porém, a comissão majoritariamente formada por servidores públicos, dedicou-se aos estudos, com o objetivo de minimizar os impactos que,

após a aprovação em assembleia, afetará os trabalhadores. Diante desse novo contexto, a educação municipal, novamente passará por novas transformações que prejudicará ainda mais, o professor.

Em suma, trata-se de um contexto histórico marcado por lutas e mobilizações que evidenciam a incongruência das leis, bem como a fragilidade das políticas públicas e o recorrente descaso com o professor. Diante das forças estruturais de um sistema opressor, na perspectiva de um movimento transformador que o professor, enquanto trabalhador, se vê obrigado a defender incansavelmente seus direitos. Como afirma Marx e Engels (2023, p. 79), “proletários de todos os países, uni-vos!”.

1.5 Trabalho e educação: um olhar sociológico na educação contemporânea

Conforme analisamos nos capítulos anteriores, a base material da sociedade capitalista é composta pelo modo de produção, forças produtivas e relações de produção que estruturam e determinam a base econômica desse sistema. Dimensão estrutural que representa a economia em funcionamento, forma como se produz e se distribui a riqueza (Marx, 2008).

Entretanto, são nas relações de produção entre burguesia e proletariado, governante e governado, que o trabalho se constitui. A classe trabalhadora é quem vive da venda da própria força de trabalho, produz toda a riqueza, mas não detém os meios de produzi-las (Marx, 2013). Logo, o salário do trabalhador, nunca será justo no sistema capitalista (Chauí, 2022).

Para compreendermos a relação trabalho e educação nos dias atuais, é primordial entender o trabalho no sistema capitalista. No campo da educação, o trabalho divide-se em trabalho material e trabalho intelectual, base fundamental na relação do professor trabalhador. Forma de trabalho tendenciosa a serviço do capital, que procura alienar e deformar de modo planejado o sistema educacional, separando o profissional da sua própria atividade, a ponto do trabalhador não se reconhecer na sua própria atividade.

Nesse sentido, as cobranças e os desafios da profissão, são estruturas que potencializam a alienação, e deformam a condição própria da função professor. No Brasil de hoje, esses profissionais, muitas vezes, não se reconhecem na própria atividade, porque estão o tempo todo soterrados de atribuições, resolvendo questões burocráticas, planos e conteúdos específicos descritos nas avaliações externas (Avalia MT e Saeb), dentre outras situações desafiadoras.

Ressaltamos que, o fundamento da vida humana é o trabalho, no qual o ser humano altera a realidade para conseguir sobreviver, e é nesse processo de alteração, que a sociedade foi ganhando novas formas de configurações (Marx, 2013). Assim, a divisão da concepção trabalho material e trabalho intelectual, constitui o professor, que é um trabalhador inserido no modo de produção capitalista, que a cada momento da história, precisa lutar por um trabalho digno.

Entretanto, trata-se de um trabalho que condiciona e aliena o trabalhador diante das condições e situações contraditórias e opressoras presentes no cotidiano escolar. Tal dinâmica configura-se como uma estratégia do sistema capitalista, ao separar o professor de sua própria função, fazendo também que ele perceba no interior da própria comunidade escolar a falta de valorização.

É um profissional que não se desvincula da sua atividade nem mesmo quando está fora do espaço escolar. Segundo Marx (2013), a transformação social nasce da compreensão crítica da realidade material. Logo, a teoria crítica é adotada como um referencial metodológico para analisar os fenômenos relacionados às categorias desta pesquisa, possibilitando revelar, a partir da ótica do professor, os processos de valorização profissional, identificando se essa valorização realmente acontece.

Diante da problemática deste estudo, o filósofo brasileiro Freire (2013), que ancora sua base teórica na fonte de Marx, propõe o diálogo como ato político e educativo capaz de conscientizar e libertar. E é nesse pensar intelectual, que a intervenção desta pesquisa é necessária. O autor propõe a participação e a colaboração dinâmica acolhedora de um diálogo formativo e transformador. Uma escuta sentida e coletiva mediante o compartilhamento de vivências e experiências, que podem romper o trabalho alienado e fugir da condição e situação dominadora.

Marx (2013), aponta como fugir dessa condição capitalista diante do trabalhador, no qual o movimento é a concepção consciente da ideia da transcendência positiva da autoalienação do trabalho. Nesse contexto, a conexão das ideias e argumentações de Marx e Mészáros, contribuem para as análises sociológicas da realidade educacional.

Para fugirmos dessa forma de trabalho, a educação deve ser vista como transcendência positiva da autoalienação do trabalho. Mészáros (2008, p. 60) fala: “[...], mas pelo próprio trabalho, é possível superar a alienação com uma reestruturação radical das nossas condições de existências há muito estabelecidas e, por conseguinte, de “toda a nossa maneira de ser”.

A crítica do autor, analisa a transcendência positiva da autoalienação do trabalho, que representa a superação histórica e social da condição em que o professor se torna estranho a si mesmo e ao produto de sua atividade que é a de transformar o estudante em um ser crítico e reflexivo. É na indignação e no enfrentamento que o professor pode superar a dialética histórica do sistema de ensino. Assim, a intervenção pedagógica Roda de Conversa, promove diálogos e discussões, com a intenção do processo transformador, frente a perspectiva da tomada de consciência humanizadora e libertadora (Freire, 2013).

Compreender o movimento histórico do trabalho a partir da abordagem marxista é fundamental para a análise crítica das categorias que orientam esta pesquisa, pois permite evidenciar as relações de poder, os conflitos e as contradições presentes na sociedade que moldam o trabalho e a educação. Entender os processos sociais e a historicidade dos fenômenos é essencial para situar o papel do professor, enquanto trabalhador e suas demandas por reconhecimento profissional, no contexto das relações sociais de produção, nas quais o trabalho ocupa posição central na formação humana e na reprodução social.

Como afirma Marx,

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural [...]. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem (2013, p. 326).

O autor argumenta, que a atitude primordial do ser humano é o trabalho. Realidade na ação objetiva e na prática do homem que busca seus interesses dentro de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas. Para Frigotto (2010, p. 85), “o conceito de homem não é um conceito abstrato, a-histórico; pelo contrário, é um conceito concreto”. O sujeito é produtor de suas práticas sociais e materiais, compreender como o homem é produzido e como se produz pelo trabalho é um apontamento importante para investigar a realidade do objeto deste estudo.

Importante relatar o potente avanço dessas categorias nas décadas de 70 à 90, no qual o sistema capitalista apresentou indícios de um quadro crítico social e político, evidenciado por fatores de quedas que balançaram a estrutura produtiva do capital em diversos países. Para Antunes, (2009, p.33), “[...] a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, em que se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro [...]”.

Esse processo foi decisivo, para iniciar as estruturas dominadoras e hegemônicas entre as categorias apresentadas. Conexão ofensiva e generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora, e certamente, contra as condições vigentes durante a fase de apogeu do fordismo. Conforme destaca Arruda:

Ao tratar sob o ponto de vista da filosofia crítica o campo do trabalho, identificamos no mundo produtivo contemporâneo uma fenomenologia preliminar denominada de “racionalização da produção e do trabalho”, um processo sociometabólico do capital presente na matriz taylorista-fordista ao longo do século XX (2017, p.22).

Nas análises do autor, a reflexão sociológica sobre a categoria trabalho no mundo contemporâneo, que permite entender como as relações no trabalho são influenciadas por estruturas de poder, economia e ideologia. Diante da crise estrutural do capital no mundo e suas novas tendências, Apple (2024), diz que, a crise relaciona três esferas na vida social, a econômica, a política e a cultural/ideológica. Para o autor, a intersecção dessas três categorias sociais, é que estruturam a crise vivenciada na sociedade, especificamente, na educação atual.

Entretanto, a base material da sociedade é constituída pelo modo de produção capitalista, no qual as relações sociais de produção são determinadas pelo capital. Nessa lógica, a forma como os homens relacionam-se no processo de produção de sua existência, encontra-se diretamente influenciada por governos, leis, dentre outros instrumentos de apropriação dos bens socialmente produzidos. A esse respeito, Frigotto diz que:

O modo de produção da existência engloba as relações sociais de produção que os homens estabelecem, mediatizados ou não pela técnica, para produzirem produtos úteis para seu sustento e reprodução; as leis de acesso, apropriação dos bens produzidos; as ideias, instituições, ideologias que buscam legitimar o modo de os homens se relacionarem na produção de sua existência (2010, p. 74).

Analizamos que a formação econômica e a relação de produção do capitalismo, estrutura as relações sociais do trabalho, que implica um conjunto de forças produtivas que moldam o existir social. Torna-se necessário, compreender a educação como prática social que determina múltiplos espaços da sociedade, intrinsecamente ligada com os interesses econômicos e políticos da classe dominante.

O processo histórico da transformação social, a relação trabalho e educação são mediadas pelas relações de produção e luta de classes, que criam infelizmente, um campo de disputa. Segundo Frigotto (2010, p. 27), “[...] esta disputa dá-se na perspectiva de articular as concepções,

a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classe".

Disputa da lógica capitalista, que evidencia no constante conflito a relação opressora entre trabalho e trabalhador, gestor e servidor. Assim, "o trabalhador é alienado ou perde o controle sobre o produto de seu trabalho (que não lhe pertence) e do processo de produção. Transforma-se em mercadoria a força de trabalho" (Frigotto e Ciavatta, 2010, p.22). Destacamos a análise dos autores, para observarmos do ponto de vista do antagonismo, a persistência do poder, que separa as classes sociais e fortalece a desigualdade.

Nesse contexto, os processos educacionais e os processos sociais são reproduções íntimas. É na intenção dominante do capital que tudo se transforma a seu favor, isso inclui a escola, que internaliza o princípio do trabalho e prepara exclusivamente o estudante para o mercado de trabalho. A inserção desse futuro trabalhador na sociedade é uma manobra capitalista institucionalizada (Chauí, 2022).

A escola como instituição estratégica na reprodução do capital, parte da divisão da sociedade em classes e da divisão do trabalho, ela emerge como um espaço institucional estratégico para a verdadeira e autêntica formação no trabalho (Frigotto, 2010). Ressaltamos, que o espaço institucionalizado da escola apresenta um caráter dinâmico na estruturação do capital, constituindo uma educação sistematizada e articulada que busca internalizar a lógica do capital em forças hegemônicas.

Contudo, a educação institucionalizada nos últimos séculos, permite fornecer o conhecimento ao ser humano específico e necessário à máquina produtiva do capital. Conforme Mészáros (2008, p. 35):

A educação intitucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema de capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma internalizada (isto é, pelos indivíduos devidamente 'educado' e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta.

Com a necessidade de pensar as condições históricas que dão origem à profunda crise que permeia hoje o capitalismo real nas instituições de ensino, é necessária uma reflexão crítica frente a perspectiva do método histórico e dialético. Segundo Frigotto (2010), o método dialético não é o único método, mas, busca superar e compreender a realidade do mundo a partir das grandes

transformações da história e das sociedades humanas, renovando-se e sendo capaz de se reformular ele próprio.

Dessa forma, dialogar com a realidade histórica, possibilita conhecer a força da economia e da política que estão interligadas na educação. Para Antunes (2009), a reforma econômica foi o processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, período do neoliberalismo, privatização do Estado, desregulamentação dos direitos do trabalho e desmontagem do setor produtivo estatal. O trabalho e a educação são categorias que devem ser discutidas continuamente, ao serem enfoques economicistas, que reduzem a educação a um mero fator de produção, a capital humano:

[...] a ideia de capital humano, é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção [...] (Frigotto, 2010, p.44).

É importante ressaltar que, o professor é antes de tudo um trabalhador inserido nas relações de produção, sendo sua atividade laboral intrinsecamente ligada à reprodução social e à formação da força de trabalho. Dessa forma, o diálogo e a escuta das vozes desses profissionais, na perspectiva da valorização profissional, tornam-se fundamentais para identificar e compreender, se de fato, a valorização ocorre, após as lutas por melhores condições de trabalho, salário digno, respeito e reconhecimento social, entre outras demandas históricas da classe.

É imperativo destacar que, as políticas públicas sob valorização profissional e piso salarial na Educação do Brasil, estão legitimadas e regulamentadas a nível nacional por normas estabelecidas na Constituição Da República Federativa do Brasil de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), Lei nº 14.113 de 2020 (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), Lei nº 14.817 de 2024 (Diretrizes para a Valorização dos Profissionais da Educação Escolar Básica Pública), Lei nº 13.005 de 2014 (Plano Nacional de Educação 2014-2024), e Lei nº 953/2011 Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação Básica Municipal.

Essas legislações articulam-se em regime de colaboração entre os entes federados, um fato importante que influencia as práticas educativas, como por exemplo, os critérios das avaliações externas que acabam influenciando nas práticas pedagógicas em ano de avaliação. Focar em habilidades e competências de componentes curriculares específicos, é contraditório no que se

refere às garantias de ensino. Cumprir metas do sistema educacional capitalista, em âmbito nacional e internacional, sobrecarrega o professor, no qual este profissional, não se reconhece em sua atividade (Freitas, 2018).

Ensinar exige entender a educação como forma de intervenção no mundo, para Freire (2002), é atuar sobre a realidade da educação. Ensinar é intervir na realidade da reprodução da ideologia dominante e seu desmascaramento. “Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas [...]” (Freire, 2002, p.38). A educação carrega em si mesma a pressão entre conservar e transformar, não sendo puramente uma coisa ou outra.

Importante dizer que o nosso campo empírico, oferta a primeira etapa da Educação Básica, no qual prioriza aos profissionais, a formação em serviço e a orientação pedagógica, focadas em abordagens da alfabetização. Essa prioridade vem acompanhada de cobranças intensas ao professor, com o objetivo de elevar os indicadores de qualidade, o que, por sua vez, contribui para o aumento do orçamento público destinado à educação municipal. Essa lógica, porém, contraria o verdadeiro papel da educação escolar (Freitas. 2018).

Observamos que diversos conflitos são encontrados nas ações das políticas educacionais, inúmeros são os desafios enfrentados pelos professores da rede municipal, principalmente no que se refere à formação e qualificação profissional. Para Perrenoud, (2000, p.169), “a profissionalização do ofício de professor recruta parceiros entre os poderes organizadores da escola [...]. Para que tal parceria se desenvolva, importa que o debate tenha início nos locais de formação continuada [...]”.

No exercício de qualquer profissão, principalmente nos locais de formação continuada e orientação pedagógica, a figura do profissional reflexivo é condição imprescindível, pelo menos quando a consideramos sob o ângulo da especialização e do conhecimento no trabalho. Durante todo o processo da carreira profissional, a prática reflexiva deve ser um dos objetivos de qualquer professor.

Segundo o sociólogo Perrenoud (2002), práticas reflexivas são formas em que o professor analisa criticamente sua própria prática pedagógica, com o objetivo de melhorar o ensino e a aprendizagem, ou seja, é o ato de pensar sobre o que se faz, enquanto se faz e depois de fazer no agir pedagógico, com a intenção de fazer melhor da próxima vez.

As práticas reflexivas são procedimentos de mudanças no agir pedagógico, que caminha intrinsecamente com o respeito, reconhecimento nas práticas pedagógicas, remuneração digna,

boas condições de trabalho, oportunidades de formação continuada, autonomia pedagógica, reconhecimento social, participação nas decisões educacionais dentre outros aspectos.

Dessa forma, a pesquisa busca compreender, a partir de uma concepção histórica, as experiências, os conflitos e as perspectivas dos professores no contexto educacional atual. Assim, as categorias aqui apresentadas, nos possibilitam interpretar os fenômenos que se dão em torno das relações de poder e contradição no cotidiano escolar.

Em um espaço de diálogo, as relações são construídas e fortalecidas, permitindo a expressão de ideias e opiniões que anseiam humanamente os trabalhadores que buscam a valorização por seu trabalho na sociedade. Para Freire, as relações são atos puramente humanos, assim, “[...] o homem, ser de relações e não só de contatos não apenas está *no* mundo, mas *com* o mundo. Estar *com* o mundo, resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é (1967, p.39).”

Em resumo, percebemos que o trabalho e a educação atravessam diversas contradições sociais em relação a presente influência do sistema capitalista no sistema de ensino. Portanto, o professor e suas práticas pedagógicas revelam um conflito que questiona o verdadeiro sentido da função professorado (Chauí, 2022) que está inserido no sistema capitalista. Dessa forma, o Ensino de Sociologia nos permite compreender que a educação, especialmente a escola, não é um espaço neutro, mas uma esfera social marcada por relações de poder e contradições (Freire, 2002).

1.6 O neoliberalismo na reestruturação do trabalho educacional: realidade do professor no Brasil de hoje

Compreender as condições históricas que dão origem à profunda crise do capitalismo contemporâneo presente nas instituições de ensino, demanda uma análise orientada pelo processo histórico e dialético. Para Frigotto (2010), o método dialético não é o único método, mas, busca superar e compreender a realidade do mundo a partir das grandes transformações da história e das sociedades humanas, renovando-se e sendo capaz de reformular ele próprio.

Com o processo de desenvolvimento no mundo, em especial no Brasil, o movimento apresentou dois grandes momentos históricos na educação. Na década de 60, com a reorganização para atender o modelo fordista de produção, e na década de 90 com o projeto intencional frente às mudanças do novo contexto da globalização neoliberal (Freitas, 2018). A reforma foi o processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação (Antunes, 2009).

As reformas educacionais no Brasil e no mundo, são transformadas significativamente, principalmente para dominar e oprimir o professor que é um trabalhador na sociedade capitalista. Essas reformas vão muito além da atuação do nível escolar, elas estão em toda parte do sistema educacional e social, no qual repercutem mudanças profundas na vida profissional e pessoal do trabalhador. Na explicação de Freitas:

Entre 1930 e 1970, enquanto se difundia a abordagem neoliberal, o mundo experimentou o avanço do Estado de bem-estar social, baseado numa concepção desenvolvimentista de capitalismo que foi uma tentativa de sair da crise do primeiro ciclo do liberalismo clássico, que se esgotou no início do século passado em meio à Primeira Guerra Mundial e à crise de 1929. No entanto, novos problemas econômicos fizeram com que no começo dos anos 1980 o neoliberalismo se tornasse hegemônico nos Estados Unidos (com Reagan) e na Inglaterra (com Thatcher), expandindo-se para outros países (2018. p. 13).

Segundo as observações do autor, durante a década de 70, enquanto se difundia a abordagem neoliberal, o mundo vivenciou a consolidação do Estado de bem-estar social. Esse processo de caráter dominador, organizou-se a partir de um modelo socioeconômico voltado à orientação de políticas fundamentadas no capitalismo. Tal modelo contribuiu para a estruturação de práticas autoritárias, como a militarização das políticas, a judicialização da política, a violência estatal sistematizada, e outras características violentas (Chauí, 2022) de um modelo que consequentemente, atuaria da melhor forma para manter-se no poder.

Para Apple (2024) que discute educação e poder, conceituar a crise no contexto social é complexo, mas pode-se afirmar que ela não é uma ficção, ela pode ser vista em toda parte, na economia, na sociedade, na escola, na família, no governo, etc. Outra problemática econômica que contribuiu para o fortalecimento desse sistema, foi a crise do petróleo e outros fatores econômicos mundiais da época, que de maneira articulada potencializou o neoliberalismo (Freitas, 2018). Assim, surge e fortalece as reformas educacionais no país e em outros países, trazendo mudanças significativas para a classe do professor.

Na década de 90, acontece a reestruturação na educação brasileira, e novas mudanças são organizadas com o objetivo de contextualizar a globalização, forma elaborada do neoliberal (Freitas, 2018). Para o autor, as novas mudanças foram gradativas e profundas, no qual os resultados foram: a intensificação do trabalho, a precarização do trabalho, a mudança no perfil profissional, consequentemente, mais responsabilidade e desgaste físico e mental no trabalho.

Em relação ao sistema neoliberal, Giroux diz que:

[...] temos visto um sistema político e econômico que funciona simplesmente para legitimar o mercado, e, quando isso não funciona, ele atua por meio de formas definitivas de repressão. Trata-se de um sistema que agora age em aparatos educacionais em todo o mundo para normalizar a culpabilização dos outros e retirar seus princípios básicos. Isso representa algo novo [...] (2023, p. 25).

Nas análises do autor, nota-se a estrutura de um sistema político e econômico que prioriza e funciona acerca de instâncias legitimadoras para o mercado. Quando relata “age em aparatos educacionais em todo o mundo para normalizar a culpabilização”, verificamos esse movimento no espaço da escola nos dias atuais. Manobra opressora que condiciona o professor a múltiplas tarefas, tendo como resultado, a saúde mental prejudicada, a ponto do trabalhador, culpar-se e ser culpado por todo o desempenho educacional.

Do ponto de vista da teoria crítica, trabalho e educação são categorias que devem ser discutidas continuamente, até porque são enfoques economicistas no processo de desenvolvimento no mundo, que reduz a educação a um mero fator de produção, o capital humano (Frigotto, 2010). Ressaltamos que, o professor é antes de tudo um trabalhador inserido nas relações de produção, sendo sua atividade laboral intrinsecamente ligada à reprodução social e à formação de novas forças de trabalho produtivas.

Chaui (2022, p. 53), discute que “[...] como salienta Marx, o primeiro a analisar o fenômeno ideológico, a ideologia é a difusão para o todo da sociedade das ideias e dos valores da classe dominante como se tais ideias e valores fossem universais e aceitos como tais por todas as classes”. Nas observações acima, a crítica de Marx é a base teórica dos estudos da autora que compreende a realidade da sociedade na perspectiva do materialismo histórico dialético, que argumenta a difusão para toda a sociedade, a dominante função ideológica do capitalismo, que continua nos dias de hoje, mascarando a divisão social das classes, a dominação política dentre outras condições opressoras.

Contudo, enfatizamos que o aprimoramento dominante no Brasil de hoje, aconteceu desde o momento da regulação fordista ao momento neoliberal, estrutura opressora e autoritária, que oferece a maioria da população brasileira que é a classe trabalhadora assalariada e desigual, o sentimento da culpa, da meritocracia e da produtividade (Chaui, 2022). Para a filósofa brasileira, o neoliberalismo transforma todas as esferas sociais, em especial a educação, organizando esse setor de maneira intencional e planejada segundo a lógica da empresa, tendo como função principal, determinar as relações de produção capitalista.

Atualmente, o sistema educacional brasileiro, desenvolve um perfil ideológico opressor, no qual o professor enfrenta diversas ações impositivas no trabalho. Formas dominadoras que instauram e mantêm um sistema que divide a sociedade em classes (Chauí, 2022), com o intuito de preservar a economia e a relação de produção. Com isso, o movimento ideológico do capitalismo condiciona as relações sociais.

Na concepção de Apple (2024, p. 64), “as ideologias não são conjuntos coerentes de crenças. Provavelmente, é um equívoco pensá-las apenas dessa forma. Elas são mais conjuntos de significados, práticas e relações sociais vividas, muitas vezes inconsistentes [...]”. Pensar as atitudes impostas e contraditórias das normas e regras educacionais no contexto escolar, é perceber esse perfil opressor nas instituições públicas do país.

Entretanto, “[...] os elementos básicos do neoliberalismo se combinam com uma nova forma de autoritarismo econômico e político que, por sua vez, contém todos os elementos de uma política fascista” (Giroux, 2023, p. 21). Embora o neoliberalismo, o autoritarismo e o fascismo sejam categorias distintas, o autor demonstra como essas formas podem se articular de maneira precisa no interior de uma mesma esfera social, neste caso, a educação. Diante dessas análises, podemos dizer que as vivências e as experiências dos professores nas escolas, percorre essa dinâmica capitalista, que reestrutura o trabalho educacional.

O neoliberalismo é uma estrutura econômica e política, na forma do exercício de poder. Logo, a educação é um campo de disputas políticas, culturais e ideológicas, no qual o ensino e o professor são instrumentos das práticas sociais, culturais e políticas (Apple, 2024). Um exemplo prático na educação, é quando o professor inicia o ano letivo escolar, sendo abordado com novas formas de trabalho.

Ao retornar às funções práticas, o professor encontra um novo conjunto lógico e sistêmico de ideias e de condutas contraditórias, como por exemplo, participar de palestras motivacionais e sistematizadas de coaching; ser monitorado por empresas que prestam serviços de mentoria para as avaliações externas e internas; novos planos de ensino coletivo; atualização da plataformização dos planos estratégicos das notas e/ou relatórios, dentre outras condições que sobrecarregam e oprimem o trabalhador.

Observar essa lógica, é analisar o processo histórico da educação no Brasil, que resgata marcos emblemáticos, como o movimento de luta, a dominação, a hegemonia e outras

características do sistema neoliberal, que continua potencializando a complexa organização educacional que sacrifica o professor trabalhador (Chauí, 2022).

É relevante destacar que, o cenário da reforma na educação não é específico do Brasil, pois estas forças políticas ganharam destaque em outros países, pois devem ser consideradas em sua totalidade (Giroux, 2023). O movimento histórico, as relações entre Estado e as burguesias nacionais, a dinâmica de luta de classes, a organização das classes trabalhadoras, as ideologias e as formas de dominação devem ser analisadas constantemente se quisermos mudanças (Saviani e Duarte, 2012).

Segundo Apple (2024), devemos nos questionar de forma crítica, como a docência é construída socialmente nesse modelo socioeconômico. O autor também argumenta, que não basta apenas ter vocação para ser professor, pois é um agente social, que constantemente deve estar em formação. E com isso, reflete de forma crítica e sociológica a valorização e a desvalorização do professor como ator social no mundo atual.

Outra problemática frente a reestruturação na educação, é a reformulação e a contrariedade do currículo e das políticas educacionais que influenciam no reconhecimento ou não, do professor (Saviani, 2024). Profissional que a serviço do capital, depara-se com novas formas de ensino, que enrijece suas práticas pedagógicas. Porém, é no contexto do espaço escolar, que podemos observar os desafios e as cobranças que esses profissionais estão vivendo. Logo, as contradições e tensões apresentadas nas escolas, podem abrir possibilidades de agirmos de forma consciente na educação (Apple, 2024), possivelmente, com o apoio dos sindicatos.

No entanto, o neoliberalismo reestrutura o trabalho de forma instrumental, configura um poderoso instrumento de controle objetivo e subjetivo na sociedade. Contudo, essas reformas sobrecarregam o trabalhador. Movimento controlador, que intensifica a jornada de trabalho. Movimento que precariza o ensino, intensifica o trabalho e reduz a autonomia do profissional. Chauí (2022) relata que, é na lógica do mercado que o professor é uma mercadoria. Trabalhador inserido em um sistema opressor que de forma habilidosa integra-se a serviço do capital.

No entanto, é no agir da prática reflexiva que Perrenoud (2002), argumenta que a formação de professores e a profissionalização da docência precisam ser discutidas frequentemente acerca das competências do professor e a necessidade de reconhecer a docência como profissão qualificada, não apenas como vocação. Portanto, o diálogo e a participação são ações transformadoras na existência humana, prática que manifesta e atravessa através das palavras, as

vivências e experiências existentes no mundo (Freire, 2013). Sendo assim, é no campo da pesquisa interventiva, que podemos escutar as vozes que anseiam esses profissionais.

2 ABORDAGENS METODOLÓGICAS DA PESQUISA

A pesquisa (viagem) é sempre um relato de uma longa viagem (Duarte, 2002). Esta viagem seguiu os caminhos de lugares de escutas, opiniões e falas de professoras que caminham na floresta dos diferentes saberes. No percurso da viagem encontramos alegrias e desafios que devem ser contados. Momento de comunicação, de troca de experiências, diálogo produtivo e de desabafo. Possibilidade que surge no prazer da escuta e na observação do entrosamento das vivências. Aprender com a história, analisar e interpretar os fenômenos que se dão em torno das relações sociais.

De acordo com Tako e Kameo (2023, p. 11) “[...] o método histórico direciona-se à investigação a partir do estudo dos acontecimentos, processos e instituições do passado, procurando explicar a atualidade”. As autoras salientam que a investigação se dá a partir dos acontecimentos. Temos a oportunidade de construir dados ricos em conteúdos e significados. Vamos contar as histórias vivenciadas na profissão das professoras. Encontro de muito diálogo e participação. Puxe um banco e vamos aproveitar a respeito da viagem da pesquisa.

2.1 Apresentação da metodologia

A metodologia da pesquisa foi desenvolvida no contexto amazônico mato-grossense. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa exploratória e analítica, cujos instrumentos para a coleta de dados foram pesquisa de campo, roda de conversas, questionário, diário de bordo e análise de documentos. As participantes da pesquisa são todas professoras pedagogas e efetivas da rede municipal. Do ponto de vista metodológico fundamentamos a pesquisa na teoria crítica para analisarmos e interpretarmos os fenômenos sociais que se dão em torno das relações do trabalho, educação e Ensino de Sociologia sob a ótica das professoras de uma escola pública no município de Vera-MT.

Para Saviani (2021), a história é uma das categorias centrais do marxismo. É nesta abordagem, que refletimos as relações no trabalho e na educação. Olhar sociológico, que o PROFSOCIO propicia na formação continuada de professoras da rede pública da Educação Básica, que ministram componentes da área de Ciências Humanas.

2.1.1 Conceito de pesquisa

Para Duarte (2002, p. 140) “uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados”. Sob esta metáfora discorremos a nossa metodologia de pesquisa. Esta viagem se deu por diversos caminhos, mas sempre com foco no objeto da pesquisa. Nesta viagem relato os caminhos percorridos sobre os olhares da pesquisadora em formação.

Conforme Gil (2002, p. 17), “pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. A pesquisa possibilita explorar através de um conjunto de instrumentos, o conhecimento dos fenômenos que se dão em torno da problemática da pesquisa, que é analisar as contradições e os conflitos de interesses ao sistema educacional capitalista.

A pesquisa tem o caráter qualitativo sob o método dialético que interpreta as relações sociais. Segundo Almeida (2021, p.16) “o método dialético elucida que tudo vive em constante transformação, pois existe um ciclo onde algo novo surge desagregando aquilo que se torna obsoleto e o transforma”. A abordagem qualitativa se revela fundamentalmente para a exploração do objeto em investigação no contexto educacional capitalista.

Para Ghedin e Franco (2011, p. 118), “[...] privilegia-se a dialética da realidade social, a historicidade dos fenômenos, a práxis, as contradições, as relações com a totalidade, a ação dos sujeitos sobre suas circunstâncias [...]”. Ou seja, é no caráter sócio-histórico e dialético que a realidade social acontece. Princípio epistemológico onde o conhecimento é gerado.

Em virtude disso, adotamos uma perspectiva exploratória e analítica que impactam nesse processo reflexivo. A pesquisa qualitativa de caráter interventivo e participativo cuja abordagem crítica das relações presentes no ensino de sociologia, trabalho e educação.

Conforme Bauer e Aarts (2002, p. 57) apresentam os interesses dos/as pesquisadores quanto à sua abordagem de pesquisa. Os autores declaram que,

[...] o principal interesse dos pesquisadores qualitativos é na tipificação da variedade de representações das pessoas no seu mundo vivencial. As maneiras como as pessoas se relacionam com os objetos no seu mundo vivencial, sua relação sujeito-objeto, é observada através de conceitos tais como opiniões, atitudes, sentimento, explicações, estereótipos, crenças, identidades, ideologias, discursos, cosmovisões, hábitos e práticas [...].

Nesse contexto, as análises das concepções de mundo das participantes da pesquisa foram tipificadas, a fim de representar melhor as categorias de sujeito-objeto. Ghedin e Franco (2011) explicam que todo conhecimento é fusão de sujeito e objeto, sujeito datado, situado na história, no qual suas crenças e convicções constroem conhecimento através da pesquisa.

2.1.2 Pesquisa de campo

Sob essa abordagem, utilizamos a pesquisa de campo como instrumento de co-vivência na coleta de dados. Segundo Gil (2002, p. 53):

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagens e fotografias.

De maneira instrumentadora optamos o estudo de campo para agregar na coleta de dados diretamente com as participantes. Neste caso, foi encaminhado um ofício ao presidente Eder Alves Pereira do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vera-MT (SISPUMVE) que cedesse o espaço do sindicato para os encontros das rodas de conversa. Logo, ele não mediu esforços, autorizou os encontros e organizou o coffee Break. Após o local para os encontros, contactamos as participantes pelo *Whatsapp*, pois nos conhecemos desde o ano 2000. Além disso, foi encaminhado um ofício à diretora da escola (em anexo).

2.1.3 Roda de conversa

Na perspectiva da interação de grupo usamos a roda de conversa. Segundo Moura e Lima (2014, p. 100), “[...] às rodas de conversas, quando utilizadas como instrumento de pesquisa, uma conversa em um ambiente propício para o diálogo, em que todos possam se sentir à vontade para partilhar e escutar, de modo que o falado, o conversado seja relevante para o grupo [...]”.

A roda de conversa foi conduzida por um roteiro de questões que possibilitou a interação das falas e opiniões no grupo entrevistado (roda de conversa). Essa abordagem apresenta melhores interações entre as participantes e a pesquisadora de forma mais acessível e dialogável. Segundo

Gaskell (2002), essa metodologia incentiva os participantes a falar e a reagir à fala de outra pessoa que está inserida no grupo. Os encontros foram realizados em dois dias (29/10/25 e 10/11/2025), das 19h às 22h. O horário foi escolhido devido a disponibilidade das participantes que trabalham 20h e outras 40h semanais. Assim, todas puderam estar presentes no encontro.

2.1.4 Questionário impresso

Outro instrumento aplicado na coleta de dados foi o questionário impresso. As participantes levaram o questionário impresso para responderem em casa e entregaram no encontro seguinte, todas as questões foram devidamente respondidas. A escolha pelas questões impressas foi porque as participantes têm maiores afinidades com instrumento palpável devido às suas idades e apresentar dados pessoais, conforme mostra o quadro I.

O questionário, segundo Gil (2009), é um instrumento de investigação com questões objetivas para obter informações riquíssimas para a pesquisa. Esse instrumento permitiu observar as descobertas no curso da viagem (modelo apêndice).

2.1.5 Diário de bordo

O diário de bordo foi utilizado para os registros da pesquisadora. Instrumento que possibilitou anotar as principais falas, experiências e opiniões das participantes. Diante da conversa produtiva e com algumas questões, o registro foi fundamental. Segundo Gil (2008), o modo mais confiável de reproduzir com precisão as respostas é registrá-las. Outro instrumento utilizado foi o gravador de voz (aparelho celular da pesquisadora). Formas que contribuíram na coleta de dados, análise e discussões da pesquisa.

2.1.6 Análise de documentos

Em nossa viagem, trilhamos o caminho de alguns documentos do Sindicato SISPUMVE, sendo o acesso do acervo: certidões de cartório, livro ata, livro de ocorrência, estatuto, escritura pública de re-ratificação e lei nº 733/2006 (súmula de doação), para analisar e compreender o movimento histórico da força sindical no município. Para o autor Fonseca (2002, p.32 *apud*

Gerhardt; Silveira, 2009, p. 37) “[...] a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, [...]”.

2.1.7 Categorização das participantes da pesquisa

O grupo de participantes é composto por professoras efetivas e regentes de sala, com regimes de 20h e 40h e atuação ininterrupta de seis anos na Escola Municipal Aloízio Jacob Webler, localizada no município de Vera-MT. A seleção da amostragem decorre da relevância da instituição, que representa a maior unidade de ensino do município em estrutura e contingente docente.

De acordo com o Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico, o município tem 12.800 mil habitantes (IBGE, 2022). Em virtude do tamanho da cidade, usamos nomes de cristais naturais para nomear as participantes, a fim de evitar quaisquer represálias ou perseguições futuras. Todas elas assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e ficaram com uma cópia. A seguir, apresentamos um breve perfil das professoras.

Quadro 2 – Caracterização das Participantes da Pesquisa.

DADOS DA PESQUISA								
PARTICIPANTES	IDADE	COR / RAÇA	FORMAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO	CARGA HORÁRIA	FILIADO AO SINDICATO ?	PARTICIPOU DE MOVIMENTOS DA LUTA DE CLASSE?	PRETENDE CURSAR MESTRADO OU DOUTORADO ?
Quartzo Branco	45	Branca	Pedagogia	8 ANOS	20 H	Sim	Sim	Sim
Turmalina Negra	62	Branca	Pedagogia	35 ANOS	20 H	Sim	Sim	Não
Ametista	35	Parda	Pedagogia	8 ANOS	40 H	Sim	Sim	Sim
Olho de Tigre	55	Parda	Pedagogia	32 ANOS	40 H	Sim	Sim	Não
Selenita	62	Branca	Pedagogia	25 ANOS	40 H	Sim	Sim	Não
Quartzo Verde	58	Branca	Pedagogia	37 ANOS	20 H	Sim	Sim	Não
Obsidiana	55	Preta	Pedagogia	19 ANOS	40 H	Sim	Sim	Sim
Citrino	37	Parda	Pedagogia	14 ANOS	40 H	Sim	Sim	Não
Pedra de Fogo	63	Parda	Pedagogia	28 ANOS	20 H	Sim	Sim	Sim

Fonte: Dados retirados do questionário, 2025

De acordo com o quadro, a participante, *Quartzo Branco*, tem 45 anos, branca, formada em Pedagogia com especialização em Educação Infantil. Seu tempo de atuação na educação é de 8 anos. Trabalha como professora efetiva 20 horas na rede municipal. Ela é sindicalizada há mais de 4 anos, participa ativamente dos movimentos da luta de classe e pretende cursar mestrado para enriquecer seu conhecimento.

Atuando na educação há 35 anos, *Turmalina Negra*, tem 62 anos, branca, formada em Pedagogia, tem especialização na Educação Inclusiva. Professora efetiva 20 horas na educação municipal e professora aposentada 30 horas da rede estadual. Desde o início da profissão, trabalha com estudantes que necessitam de maior apoio e atenção. Foi a profissional que construiu o projeto sala AEE em 2006, na Escola Estadual Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Vera-MT. Sindicalizada há 20 anos, participou de diversas reivindicações da categoria e não pretende cursar mestrado ou doutorado.

A profissional *Ametista*, tem 36 anos, é parda, Pedagoga em exercício há 8 anos, com especialização na Alfabetização. Concursada 40 horas desde 2018 na rede municipal. Atua como professora regente de sala (4º ano e 5º ano). Sindicalizada desde quando ingressou na educação. Foi presidente do novo FUNDEB até fevereiro de 2025. Gosta de participar das comissões e conselhos da educação municipal. Participa dos movimentos da categoria e pretende cursar mestrado na área da Educação Especial.

Cristal Olho de Tigre, 55 anos, parda, Pedagoga e Psicopedagoga e Didática do Ensino Superior. Atua na educação há 32 anos. Concursada 40 horas na rede municipal de Vera, desde 2010. Nesse percurso, atuou como diretora por dois (02) mandatos na Escola Municipal Aloízio Jacob Webler. É sindicalizada desde 2011. Participa ativamente das manifestações e conselhos da educação em defesa da valorização dos professores. Não pretende cursar mestrado e nem doutorado, em virtude de querer se aposentar.

Participante *Selenita*, 62 anos, branca, começou na educação como zeladora e cozinheira. Aproveitou as oportunidades da vida e no ano 2000 cursou magistério no município de Lucas do Rio Verde-MT. Efetivou-se em 2003 como professora 40 horas na rede municipal, Vera-MT. Em 2010 se formou em Pedagogia e tem pós-graduação em Educação Infantil. Está na educação há 25 anos. É sindicalizada há 10 anos e participa dos movimentos da luta de classe. Não pretende cursar mestrado ou doutorado, porque deseja se aposentar.

Quartzo Verde, tem 58 anos, branca, pedagoga e Psicopedagogia. Seu tempo de serviço na educação é de 37 anos. Em 1998 efetivou-se 40 horas como professora da rede municipal. Foi diretora e coordenadora da antiga Escola Municipal Dom Bosco (1999 - 2005). Atualmente (20 horas em exercício e 20 horas aposentada). É sindicalizada desde a criação do sindicato em 2003. Participa das manifestações da categoria e não pretende cursar mestrado ou doutorado, pois aguarda sua outra aposentadoria.

Formada em pedagogia, pós-graduada em Educação Especial, Educação Infantil e Informática na matemática, *Obsidiana*, tem 55 anos e declara-se preta. Trabalha na educação há 19 anos. Efetivou-se 40 horas no ano de 2009 na rede municipal. Atualmente desempenha suas funções (20 horas na sala do AEE e 20 horas na Sala de Informática). É vice-presidente do sindicato e participa da comissão de estudos da educação, que discute e debate a valorização dos profissionais. Professora que está sempre a disposição em defesa da categoria, pretende cursar mestrado.

Nascida em Vera-MT, a participante *Citrino*, tem 37 anos, parda, pedagoga, pós-graduada em Ensino Lúdico, Educação Infantil e Psicopedagogia. Atua na educação municipal de Vera, há 14 anos, ano que efetivou-se com a carga horária de 40 horas. Nos anos de 2023 e 2024, foi coordenadora escolar da Escola Municipal Aloízio Jacob Webler, porém no final do ano passado entregou seu cargo, este que é nomeado por prefeitos desde 2023. Sua decisão deu-se em virtude dos acontecimentos, não compactuando com as ideias do prefeito em relação à alteração do plano de carreira do professor (registro da participante). Em 2025, atua em dois (02) 5º anos, como professora regente de sala. É sindicalizada desde sua posse na educação. Participa dos movimentos de luta e não pretende cursar mestrado ou doutorado.

Professora envolvida nas causas sociais e religiosas, *Pedra do Fogo*, tem 63 anos, parda, formada em pedagogia, com especialização em Educação Especial. Professora efetiva desde o ano de 1997 em Vera-MT. Nos dias atuais, é professora 20 horas na sala do AEE e professora 20 horas aposentada da rede municipal. É sindicalizada desde a criação do sindicato em 2003, inclusive, fazendo parte da diretoria. Sempre está à frente das manifestações e reuniões da categoria. É mestranda da 2ª turma do mestrado profissional PROFSOCIO Unemat, campus de Sinop-MT.

Diante do olhar sociológico, constatamos que as nove (09) participantes são mulheres, formadas em pedagogia com especialização. Isso mostra como o campo da pedagogia é uma área onde muitas mulheres, mães, irmãs, tias e avós, escolhem trabalhar na educação, contribuindo com

o universo das crianças. Nesse sentido, analisamos, que sete (07) têm idade acima dos 40 anos, seis (06), atuam na educação há mais de 18 anos, no qual 01 declara-se preta, 04 afirmam ser brancas e 04 nomeiam-se pardas.

No que se refere a Pós-graduação *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado), 03 apresentam interesse, 01 é mestranda da 2ª turma, PROFSOCIO Unemat-Sinop-MT com idade acima dos 60 anos, mostrando que a idade não é o limite para adquirir conhecimento. Quatro (04) das participantes não pretendem cursar, pois alegam que o novo plano de carreira municipal não incentiva a formação continuada, através da redução dos coeficientes da classe (mestrado e doutorado) que foram alterados por lei 1.524/2024 e também desejam se aposentar, já que em 2026 a Previdência Municipal (Vera-Previ) terá alterações. Desta forma, a participante de 37 anos, não almeja cursar mestrado ou doutorado. Todas são sindicalizadas e participam ativamente dos movimentos de luta da categoria.

Em suma, apresentamos o quadro do perfil das participantes, a fim de que tais participantes contribuíssem no desvelamento do objeto de pesquisa. Dados registrados no questionário, diário de bordo e coletados também por aplicativo do *Whatsapp* pela pesquisadora. Por fim, a viagem foi inesquecível, pois os caminhos percorridos foram suficientes para a mensuração plausível do objeto em análise.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES: DA INTERAÇÃO SOCIOLÓGICA FRENTE ÀS PERSPECTIVAS DAS PROFESSORAS EM RELAÇÃO AO TRABALHO E EDUCAÇÃO

Neste capítulo, apresentamos os resultados e as discussões da coleta de dados no ano de 2025, das profissionais da educação do município de Vera, Mato Grosso, a fim de alcançarmos os objetivos que transformamos em subtítulos.

3.1 Identificação dos desafios enfrentados pelas professoras em relação ao trabalho

Como já citado no capítulo anterior, a roda de conversa foi uma estratégia de coleta de dados como uma intervenção pedagógica. Durante os encontros foi possível constatar diversos desafios apresentados pelas professoras. A princípio atribuímos uma abordagem de início de conversa intitulada: “É preciso dialogar na Educação: um ato político da luta de classes em defesa da valorização profissional”.

3.1.1 Desvalorização da profissão

A mediadora perguntou a respeito da valorização profissional: o que significa ser uma professora valorizada? E você acredita que professor valorizado, fortalece o ensino? A primeira participante a interagir foi a professora Quartzo Verde que respondeu!

Ser valorizado abrange vários aspectos. Desde o seu recebimento na escola pelas pessoas, o modo como as pessoas te tratam na escola, como você é respeitado, né? E sem dúvida nenhuma, abrange o nosso bolso também. A valorização, ela tem que refletir na nossa conta bancária, sem dúvida nenhuma. Então, assim, eu penso que valorização é tudo pro professor. E é claro que fortalece o ensino. Quando o professor é valorizado, quando o professor é respeitado, quando ele se sente amado e bem tratado, é claro que isso vai refletir no seu trabalho. É claro que o professor, ele vai, sempre desenvolver um bom trabalho porque somos bons profissionais. O professor valorizado, vai com certeza, fazer o seu trabalho mais feliz, né? É isso que eu penso (Participante, *Quartzo Verde*, 58 anos).

Em relação a fala da participante apresenta diversos desafios, inclusive a respeito emocional quanto ao tratamento pessoal, pois discorre na sua memória afetiva a respeito do recebimento na escola. Além da questão do cuidado pessoal, ela traz outro fato que é a valorização salarial. Dessa forma, a participante relata que quanto maior for qualidade no trabalho mais produtivo será. Em relação a essa discussão, Perrenoud (2002) diz que os sujeitos tecem vínculos com as práticas reflexivas pessoais que são construídas ao longo dos anos. Nessa tecelagem da vida diária da

trabalhadora constitui uma correlação do mundo do trabalho com a valorização da profissão. Quando a professora cita, somos bons profissionais, percebemos a dimensão da profissionalização do ofício de professor (Perrenoud, 2002). Ser professor é percorrer a formação continuada, o desenvolvimento profissional contínuo, que visa o aprimoramento e a atualização. Para a trabalhadora que há 37 anos se capacita, o respeito é fonte inspiradora da profissão.

A professora Olho de Tigre disse no seu depoimento:

Sou a presidente do conselho municipal e ontem nós falamos na reunião os elogios que estamos recebendo por esse conselho ser atuante. Nós percebemos que está havendo algumas mudanças, situações que estão sendo resolvidas lentamente, mas estão. E nós levantamos a questão da valorização profissional. Sou grata por 2025, mas, atualmente o professor não é respeitado, valorizado. A secretaria de educação não abre concurso, mas o número de contratados está absurdo. Parece até questão pessoal, indicam quem quer e contamina o ambiente de trabalho. Não dá pra falar nada porque toda hora é mudança. A sociedade está desacreditada. Professor é o problema, o problemático. É tanta coisa pra fazer. Assisti uma entrevista que o professor adquire 09 problemas na profissão. (Participante, *Olho de Tigre*, 55 anos).

Diante da conversa, a entrevistada relata o quanto a instabilidade prejudica o ambiente do trabalho, ou seja, as mudanças repentinas e a falta de estabilidade dos profissionais afetam as condições de trabalho. No entanto, no ano de 2022 houve concurso, porém alguns pediram exoneração um ano após assumir. Isso reflete o quanto o plano de carreira não favorece a permanência dos profissionais na educação. E com a reestruturação do plano em 23 de dezembro de 2024, torna-se ainda mais desafiador ser profissional valorizado.

Segundo Chauí (2018) a jornada de trabalho dos profissionais da educação não termina em sala. A professora Olho de Tigre revela nas seguintes palavras “é tanta coisa pra fazer”, que justifica a compreensão do mundo do trabalho ter mudado, pois a professora tem 32 anos de atuação na educação e descreve a nova realidade ao longo desses anos. Outro fator são as múltiplas tarefas na atuação diária. Apesar dos bons conselhos recebidos, ela reconhece que pessoas indicadas contaminam o trabalho.

Quando argumenta que não dá pra falar nada porque toda hora é mudanças, percebemos a grande influência do neoliberalismo nas estruturas do sistema educacional. A proposta do neoliberalismo agrega um conjunto de múltiplas tarefas de forma planejada, a fim de que os professores (Freitas, 2018) sejam sufocados na sua função pedagógica. Para Olho de Tigre, o professor é o problema, o problemático, também mostra mais uma forma articulada do sistema

neoliberal. Estratégia opressora que coloca outros profissionais e a comunidade contra os professores, principalmente quando se mobilizam em busca de seus direitos.

Perceber a comunidade contra as professoras que reivindicam seus direitos, é analisar de forma crítica a importância da educação na vida do sujeito oprimido (Freire, 2013). Instrumento social que possibilita esse sujeito, elevar sua consciência e buscar estratégias para superar as condições impostas pelo capitalismo. Reconhecer a educação como ato libertador é transformador.

Portanto, categorizamos a desvalorização da profissão, a fim de mostrar nos depoimentos das participantes as contradições enfrentadas no cotidiano da vida pessoal e profissional das professoras. As discussões contribuíram com o objeto de pesquisa. Assim, nessa viagem, encontramos viajantes que enfrentam desafios a cada passo de sua trajetória entre diferentes saberes.

3.1.2 Acostumada a ser menos

Em seguida, a professora Pedra de Fogo pediu para relatar uma situação que vivencia na Unemat campus de Sinop-MT, no mestrado profissional PROFSOCIO:

Posso relatar uma situação? Acostumada a ser menos, esse ano fui para a universidade fazer mestrado, lugar que tem só doutores. Fui tão bem recebida e respeitada que até estranhei. Lá você se sente com o devido respeito. Acostumada a receber só cobranças e ser desvalorizada que estranhei. Nossa, isso sim é valorização! Aqui na Vera somos tratados como pessoas sem nenhum respeito, o que fizeram com a gente é lamentável (Participante, *Pedra de Fogo*, 63 anos).

O estranhamento da participante foi quanto ao tratamento nos diversos espaços educativos: na escola e na universidade. Na escola ela está “acostumada a ser menos”. Esse diálogo é caracterizado pelo ato de não ser ouvida. No entanto, na universidade Pedra de Fogo foi bem recebida e acolhida que reconheceu a devida valorização. Porém, o “ser menos” refere-se à desvalorização da profissão na Educação Básica. Ou seja, é na relação entre pares e no ofício ser professora, que as transformações acontecem ininterruptamente na educação.

Segundo a participante, o respeito e o afeto experienciados na Universidade Pública, enquanto campo educacional transformador de sujeitos, constituem elementos básicos nas estruturas de valorização profissional para o fortalecimento do ensino. Desse modo, superar as contradições e as opressões instauradas nos diferentes contextos sociais é libertador. A educação é

constituída por classes transformáveis (Freire, 2013) que através do diálogo, da participação crítica coletiva, constituída por saberes, respeito e sensibilidade humana transforma o mundo.

Aproveitando a discussão, Obsidiana comentou uma situação que vivenciou na escola, dias antes do encontro da Intervenção Pedagógica.

Essa semana aconteceu algo triste na escola. Quando eu vi aquela aluna recebendo aquele prêmio, pelo trabalho maravilhoso que foi feito na sala de aula, na aula de ciências. Não fizeram uma matéria e não teve valorização nenhuma daquela aluna, nem da professora que fez o trabalho, muito menos da professora regente de sala. Eu me senti assim, que nem a *Pedra de Fogo* falou, um nada, uma ninguém. O momento de a escola mostrar o que seu aluno tá fazendo, aquilo que o professor tá buscando para apresentar, mesmo ele não sendo enxergado, que a gente não é enxergado, infelizmente aqui na nossa cidade, por ninguém, principalmente por quem deveria nos enxergar. Porque um dia eu falei: Nós não temos que só cuidar, cuidar, de aluno, nós também temos que ter um olhar para nós, porque nós somos seres humanos (Participante, *Obsidiana*, 55 anos).

A professora, apresenta o sentimento de tristeza e desvalorização. Além disso, fala que não foi feita uma matéria de publicação para a comunidade escolar conhecer o maravilhoso trabalho desenvolvido em sala de aula por professoras e estudantes. Obsidiana, enxerga-se um nada, um ninguém.

Segundo Chauí (2022), o neoliberalismo se movimenta da melhor forma, nas estruturas da educação. Esse perfil ideológico requer um conjunto lógico de condutas emblemáticas de hegemonia que potencializa o apagamento das professoras. Divulgar e elogiar professoras manifestantes que buscam seus direitos, não interessa para os sujeitos que estão à frente do sistema capitalista e isso é preocupante para o fortalecimento do ensino. Apple (2024), que discute educação e poder, argumenta que a crise no contexto social é complexa, contudo, não é uma ficção, a crise está em toda parte, na escola, na família, na sociedade etc.

Em síntese, essas histórias representam situações e sentimentos que vem tornando-se comuns nos contextos das vivências dos profissionais da educação, pois a escola deve ser o primeiro espaço de pertencimento e reconhecimento profissional. Portanto, percebemos ações que decorrem da invisibilidade do trabalho das professoras e a desvalorização da carreira.

3.2 A desvalorização profissional no Ensino de Sociologia na educação

O Ensino de Sociologia possibilita compreender as vivências do cotidiano como expressões das estruturas sociais. Permite analisar a realidade como resultado de diversas influências, como o

trabalho, a educação, o ensino, dentre outros aspectos que se inter-relacionam e moldam as experiências das sujeitas que nela vivem.

Para Freire (1967), em um espaço de diálogo, as relações acontecem. Assim, as falas e as opiniões que anseiam humanamente as trabalhadoras são relatadas. Contudo, são esses relatos que analisam se as profissionais são valorizadas no trabalho e na sociedade. Portanto, esta análise busca compreender os fenômenos que moldam as relações de poder e dominação na realidade material das professoras da Educação Básica, observando como a desvalorização profissional afeta negativamente o Ensino de Sociologia.

3.2.1 Perda de prestígio da sociedade a função do profissional da educação

Na intensa participação dos diferentes saberes, o diálogo é um ato político e educativo capaz de conscientizar e libertar (Freire, 2002). Nesse pensamento dialogável, as respostas das participantes re integram diversos fatores vivenciados no chão da escola. As respostas se deram sobre as seguintes questões: Consideram-se valorizadas pelos gestores escolar e municipal? Sentem-se reconhecidas pela comunidade escolar? De que maneiras essa valorização se manifesta e como a escola contribui para o bem-estar de todos?

Em seguida, Quartzó Branco relatou sua vivência social.

O ano de 2024, não existe. Depois de 12 anos voltamos pra luta, na luta de novo. O que fizeram com a gente é muito frustrante. Trabalhamos, fizemos movimentação com o sindicato, mobilização e não deu resultado. Tivemos pouco apoio da sociedade. Fomos pra rua, no centro e ninguém no comércio veio bater palma, e dizer que legal, é isso aí. Infelizmente, eu vejo que com esse plano novo que inventaram, com a intenção de prejudicar a gente, não vejo o professor de Vera sendo valorizado. Eu vejo o professor de Vera sendo desvalorizado. Começando por quem devia nos valorizar. Quem deveria pular na frente e nos defender, que é a Secretaria de Educação. Elas são as primeiras a não nos valorizar (Participante, *Quartzó Branco*, 45 anos).

O depoimento da professora relata a experiência da realidade material da desvalorização da profissão, fenômeno compreendido por Saviani (2021), que analisa o movimento do processo de enfraquecimento do caráter da profissão, estrutura que objetiva a precarização da carreira. Quando argumenta sua frustração, após participar das manifestações e reivindicações sem resultados, dialogamos com a crítica de Frigotto (2015), que faz uma reflexão aos impactos das políticas neoliberais, que de forma intencional enfraquecem a profissão.

Quartzo Branco mostra sua tristeza quando observa a falta de apoio da população e do comércio. Isso evidencia a crise do reconhecimento social das professoras em busca exclusivamente dos seus direitos. Ser professora nos dias atuais, indica a perda do prestígio da profissão. Quando mencionada a desvalorização, constatamos o descompasso da relação professora e reconhecimento da sociedade local.

A crítica a Secretaria Municipal de Educação, revela contradições e conflitos de interesses entre professoras e o poder mantenedor. Nas argumentações de Giroux (2023), o neoliberalismo apropria-se de elementos básicos de poder que, combina uma nova forma de reestruturação educacional, nesse caso, a secretaria que deveria apoiar e defender seus profissionais, não defende e julga a postura das trabalhadoras que estão defendendo seus direitos. Isso mostra, a profunda e influente relação dos interesses políticos, frente a disputa entre dominante (SME) e dominado (Professoras).

O nosso trabalho é cansativo, é gigante. Nós estamos na sala de aula com 30 crianças. Minha sala tá cheia. Passo 4 horas naquela sala com criança até doente, liga pro pai não atende. Cheguei a pegar piolho e chikungunya. Fiquei muito mal. O médico me deu atestado. E nas reuniões de conselho o que mais falam é que o professor só sabe pegar atestado, por isso a folha tá cheia. Eles não sabem da realidade na sala. É cobrança para todo lado. Eu sou ser humano. (Participante, *Obsidiana*, 55 anos).

Ao analisar e interpretar a fala da Obsidiana, observamos categorias centrais do Ensino de Sociologia e a trabalhadora. Ou seja, seu desgaste emocional e físico, pois o tempo e a quantidade de estudantes na sala de aula evidenciam a precarização e as condições reais da professora. O excesso de estudantes em sala, doentes e falta de apoio da família, mostra a intensa realidade da profissional, que precisou de ajuda médica. Isso indica a precarização e a intensificação do seu trabalho.

Apple (2023) reflete que a educação tem sido impactada por políticas que aumentam o controle e reduz a autonomia do profissional. Para o autor, a educação é um campo de disputas políticas, culturais e ideológicas. Demandar múltiplas tarefas, sobrecarregar, cobrar, exigir e culpar as professoras é um exercício de poder no sistema neoliberal. Formas que estabelecem altas demandas e desvalorização que prejudicam a rotina das trabalhadoras.

No mesmo pensamento, Obsidiana de 55 anos, atua há 19 anos na educação municipal, a falta de prestígio pelas professoras se constitui pelas relações de poder entre os gestores e a rede de educação.

Nas reuniões da comissão de estudo com a prefeitura, todas as vezes era jogado na nossa cara uma pasta, e eles diziam, vocês só pegam atestado. Até que um dia eu falei assim: meu amigo, essa pasta aí é só do professor ou é da educação? Não, essa pasta é da educação. Então, vocês tinham que separar uma só dos professores e uma só dos outros profissionais da educação, pra gente ver quantos atestados o professor tem. Porque parece que nós pegamos todos os atestados do mundo. É mesmo que tinha todos os professores! Tem muito por quê? Porque a nossa pasta é uma das maiores pastas do município (Participante, *Obsidiana*, 55 anos).

O depoimento revela um processo negativo nas relações de poder do governante (representantes da prefeitura) com as governadas (comissão de professoras). Na fala, vocês só pegam atestados, generalizam e operam de forma depreciativa a violência psicológica no ambiente laboral. Interpretamos a perda de prestígio no discurso proferido pelo poder governante, associando as professoras a imagem de trabalhadoras que faltam muito no trabalho. Além disso, o grupo é tratado como se fossem os culpados das despesas pelo adoecimento dos profissionais da educação. Culpar e cobrar os profissionais da educação, não é uma atitude exclusiva do Brasil, mas uma força política hegemônica que ganha destaque em outros países (Giroux, 2023).

Por fim, sob a análise de Engels (2010) frente às relações de poder do governante ao governado, o governante defende seus interesses com todas as forças que podem mobilizar e que estejam à sua disposição. Poder que induz e articula a culpabilização as professoras trabalhadoras. Processo histórico que revela conflitos e contradições. Nesse sentido, analisamos nos relatos a presente reprodução das violências capitalistas.

3.2.2 Adoecimento e o sentimento de culpa das professoras da educação

Nos diferentes saberes dialogados na intervenção, questionamos como a escola promove ações que incentivem o bem-estar de todos os envolvidos e a valorização profissional e se elas, sentem-se reconhecidas pela comunidade escolar. Nesse pensamento reflexivo, as respostas das professoras abrangem diversos aspectos experienciados no espaço da escola.

Nesse momento, Selenita relata suas práticas sociológicas em relação ao ensino na educação escolar:

O professor assume tudo, até as dores, as doenças, as dificuldades, as ansiedades, as depressões daquelas crianças que estão ali. Agora, tudo é nossa culpa. É culpa da escola, da professora. Infelizmente nossa sociedade não tá nem aí pra nós. Então, quando eu precisar, vou ao médico. Inclusive estou afastada. Estou com início de depressão e a gestão não tá nem aí. O único recado que recebi foi que eu mandasse logo o atestado porque tem prazo (Participante, *Selenita*, 62 anos).

A intensificação das demandas pedagógicas, superlotação das salas, ausência das famílias, burocracias, descasos, cobranças e falta de apoio institucional no trabalho, são relatos das profissionais sobre o adoecimento na função professora, em especial Vera-MT. São fenômenos que não devem ser compreendidos de forma individual ou isolada, mas como expressão das condições de trabalho no mundo contemporâneo.

Engels (2010) abordou de forma crítica a materialidade das condições de trabalho dos operários no século XIX. Essa materialidade objetiva percorre a história e a atual situação das professoras na sociedade capitalista que reproduz o modo de exploração da mão de obra. As relações de reprodução e a exploração são evidenciadas nas falas das participantes no acúmulo de função da prática do ensino, que desencadeia o adoecimento e o sentimento de culpabilização.

Nesse contexto, verificamos diversas formas de adoecimento. Resultado de um sistema educacional capitalista que exige mais das trabalhadoras. O sentimento de culpa que é construída e reforçada pelas instituições e também por discursos hegemônicos que naturalizam a sobrecarga do trabalho, responsabilizando as professoras pelo próprio sofrimento. Ou seja, o problema do adoecimento é tratado como falha da própria pessoa que adoece.

Pensar nas participantes é pensá-las de forma digna enquanto ser humano. Antunes (2003) diz que, para melhores condições de vida, precisamos de fato, dos esforços da classe trabalhadora na luta contra a dominação do capital. Quando Selenita, 62 anos, menciona “estou com início de depressão e a gestão não tá nem aí”, a fala mostra o descaso de um sistema que de forma planejada desvaloriza a profissional a ponto de adoecê-la e nem se importar.

O trabalho intelectual dificulta que a professora se desvincule de sua atividade profissional mesmo fora do ambiente de trabalho, uma vez que a mente constitui um dos instrumentos fundamentais para o exercício de sua função. A existência de um ambiente de trabalho acolhedor, que respeite a condição e a realidade da professora é essencial para minimizar as tensões das relações de trabalho.

A esse respeito, a classe precisa mobilizar-se contra a relação de poder, a fim de obter melhores condições de trabalho. Segundo Marx e Engels (2023), no início a disputa é conduzida pelo indivíduo trabalhador, depois por uma classe profissional, contra o indivíduo burguês que os explora diretamente. Analisar os fenômenos relatados pelas participantes na lente da teoria crítica é compreender nas estruturas da educação municipal o modo de exploração psíquica das trabalhadoras.

Diante das reflexões, o adoecimento e sentimento de culpa, Quartzo Branco, dialoga com o grupo sobre o seguinte questionamento:

A culpa sempre é do professor. Mas e a família nunca vai ser cobrada? É só o professor que tem que pagar todos os erros. Aluno que não comparece na aula, os atrasos dos alunos, as notas baixas, a falta de vontade, a culpa é da professora? A culpa é sempre do professor? É desanimador! O gestor acredita que ganhamos muito e por isso precisamos resolver tudo (Participante, *Quartzo Branco*, 45 anos).

O depoimento reflete um sentimento que vem tornando-se comum na educação. Responsabilização atribuída à trabalhadora por questões que são em sua maioria, estruturais e coletivas. Quando fala “a culpa é sempre do professor?”, esse questionamento destaca o movimento da culpabilização, categoria que vem apropriando-se como a “cereja do bolo capitalista”. Problemática social que estrutura as instituições de ensino. Não basta culpar a professora pelo desempenho escolar do estudante, mas também pela frequência, comportamento, falta de motivação, dentre outros fatores.

A educação por ser um campo de disputas políticas, culturais e ideológicas (Apple, 2024), exigirá da trabalhadora um desempenho produtivo, sem se importar com sua condição física e mental. Frigotto (2010), analisa que a institucionalização da escola apresenta um caráter dinâmico da estruturação do capital. Ao observarmos as diversas situações atribuídas às professoras, verificamos como é desafiador ser profissional na educação nos dias atuais.

O autor (2024), contextualiza de forma crítica essa realidade nas instituições, argumentando que o sistema educacional capitalista, está sequestrando o professor do papel de ensinar. Esse relato não interfere apenas no trabalho material e no trabalho intelectual, mas na totalidade da trabalhadora que conhece, interpreta e transforma a realidade social.

Sob as lentes da teoria crítica, o discurso da Quartzo Branco revela a desigualdade de poder nas relações institucionais, na qual encontra-se em uma posição constante de cobranças e desafios. Quando diz, “é desanimador”, descrevemos um processo social de desânimo subjetivo. Fenômeno sociológico e educacional, que reflete a perda progressiva de sentido e desvalorização. Trabalho alienante que diariamente acontece no espaço escolar (Mészáros, 2008).

Portanto, a desvalorização profissional revela um fenômeno estrutural que expressa a perda de prestígio social, o adoecimento físico e mental e a recorrente culpa. A culpabilização é manifestada de forma individual e coletiva, pelo fracasso escolar, responsabilidade das professoras. Contudo, esses fenômenos, não são isolados, o sistema capitalista articula nas reformas neoliberais

processos que sobrecarregam as trabalhadoras, com o objetivo de fragilizar a identidade das profissionais, comprometendo o seu trabalho.

3.3 Relação trabalho e educação: perspectivas das professoras sobre a reflexão pedagógica

O diálogo como ato político e educativo dos diferentes saberes (Freire, 2002), possibilita a interação das ideias e opiniões das participantes. Olhar sociológico que permite a busca detalhada da valorização profissional nas práticas pedagógicas. As práticas reflexivas são formas em que as professoras analisam de maneira crítica sua própria prática pedagógica (Perrenoud, 2002). Na sequência, apresentamos a relação das professoras quanto ao trabalho e educação na promoção do fortalecimento da classe trabalhadora.

3.3.1 Condição de trabalho: trabalho exaustivo e burocrático

No pensar sociológico, questionamos quais condições de trabalho as participantes consideram primordial para garantir o ensino de qualidade e se a valorização profissional impacta nas condições do cotidiano escolar. Obsidiana, 55 anos, que trabalha na educação há 19 anos, 40 horas semanais, fala sob a exaustiva condição de trabalho. Ela relata sobre a exaustão e insalubridade na função trabalhista:

Quero falar da condição de trabalho exaustiva, se fosse 30 horas, seria ótimo. Acho que seria melhor, ia ser mais produtivo. Será que na educação se pode ganhar por insalubridade? Quando os responsáveis do aluno não buscam a criança doente na escola, eu fico até 4 horas no espaço. Já peguei piolho, coceira, gripe, e outras coisas. Quem fica doente sou eu, porque tenho contato direto. A gestão não tá nem aí e ainda falam que não merecemos ser valorizados (Participante, *Obsidiana*, 55 anos).

No discurso, há evidências da condição exaustiva do trabalho, marcada pela intensificação dos anos de profissão (Frigotto, 2010) e também a excessiva carga horária de trabalho. Ao mencionar a possibilidade de a jornada de trabalho ser 30 horas, revela a perspectiva de que a redução da carga horária, pode favorecer o bem-estar, a produtividade e a prática pedagógica. Reconhecer o trabalho de um profissional é proporcionar melhores condições de vida (Antunes, 2003). Como resultado, a qualidade do ensino e a satisfação profissional. Obsidiana, questiona se os profissionais da educação podem receber o adicional de insalubridade, tendo em vista, as condições de perigosidade do espaço educacional.

Quartzo Branco que está na educação a sete (07) anos, desabafa na roda de conversa, acerca da cadeia exaustiva de diversas cobranças que vem enfrentando no ano de 2025. Ela expressa sua angústia da seguinte forma:

É uma cadeia burocrática de cobranças, não tem diálogo, só cobrança! Não tem como se animar, gostaria que fosse diferente. Não vejo a hora de um feriado, para descansar a mente (Participante, *Quartzo Branco*, 45 anos).

O depoimento da professora, apresenta uma experiência subjetiva de exaustão mental, em virtude de diversas atividades burocráticas que vem desenvolvendo na profissão. Desde o momento da regulação fordista ao momento neoliberal, a estrutura dominante promove cobranças absurdas em prol da produtividade (Chauí, 2022). O esgotamento mental no trabalho é marcado pela cobrança exagerada do sistema de plataformação.

Por fim, o sistema educacional tornou-se uma estrutura de cobranças exaustivas e burocráticas que impactam diretamente a vida das professoras. Diante dos depoimentos apresentados, Obsidiana e Quartzo Branco revelam a sobrecarga da jornada de trabalho. Assim, comprometem sua saúde emocional e física diante dos obstáculos enfrentados no espaço educacional.

Citrino, nascida no município de Vera, atua na educação há 14 anos, diz que os gestores municipais não atuam para favorecer a educação, mas as cobranças são feitas. Ela fala sobre as cobranças.

Já me senti valorizada, hoje me sinto desvalorizada. Olha, não tem como fortalecer o ensino. A atitude dos gestores é lamentável. É uma cobrança atrás da outra não dá pra falar nada, mas eu falo. Infelizmente em pleno ano de 2025, me sinto desvalorizada e pra piorar a luta não teve resultado (Participante, *Citrino*, 37 anos).

Enfim, as cobranças e o controle sobre o trabalho pedagógico burocrático afetam a vida das professoras. Neste viés, Mészáros (2008) reitera que a dominação estrutural é uma subordinação hierárquica implacavelmente imposta no sistema educacional. O autor afere que nesse processo as profissionais são desconstituídas das suas identidades, autonomia e respeito.

3.3.2 Condição de trabalho: insegurança legislativa e salarial

Outro fator que afeta as condições de trabalho é a insegurança legislativa que impacta diretamente nas carreiras profissionais e nas mudanças no plano de classe, especialmente, os

salários. Na roda de conversa, Selenita atua na educação há 25 anos, revela sobre as mudanças nas leis municipais referente à carreira dos profissionais da educação para o ano de 2025. Ela diz:

Acredito que para desempenhar um bom trabalho, precisamos nos atualizar constantemente. E, agora, sentar e discutir como essa nova lei traz um bom futuro. É uma insegurança por parte dessas leis. Agora até isso precisamos nos preocupar. A gente tem que dialogar mais, nos reunir. [...] A partir da entrada deste projeto que o gestor enviou para a Câmara Municipal, nos preocupamos muito sobre o que poderia acontecer com nossa carreira, a qual muito lutamos com enorme amor e esforço para nos formar e aperfeiçoar e sermos ótimos professores. Fato que infelizmente o projeto foi aprovado pelo legislativo que nada entende sobre o que é ser professor e das lutas que vivenciamos diariamente em nossas salas de aula lotadas com até 28 alunos, cada turma tem seus dois até quatro alunos atípicos na mesma turma, situações muito difíceis de se lidar. Estas atitudes do gestor e legislativo nada parceiros nos causaram enorme desmotivação pela carreira profissional, além de gerar stress para cada adicional que obtivemos é necessário entrar com ação judicial, através do sindicato, para requerer as diferenças que não são acrescentadas nos vencimentos mensais, esperar meses até receber o que é de direito. Ainda tem a questão do VPE, criado a partir da luta pelo nosso salário mais justo, esse complementa o salário base, foi nos colocado essa sigla misteriosa que não transmite confiança e que poderá nos prejudicar mais uma vez no futuro. Portanto, as ações sofridas pela nossa classe no último ano, são frustrantes e desanimadoras, desgastam a nossa saúde e nos levam a pensar seriamente se vale a pena seguir carreira de professor e alguns pensam em desistir (Participante, *Selenita*, 62 anos).

A insegurança no plano de carreira municipal prejudica a qualificação das professoras, pois o próprio município aprovou uma lei nº 1.521/2024 que alterou todas as conquistas desde 2011. Dessa forma, a Selenita não tem interesse na qualificação e capacitação profissional em relação ao mestrado. Reconhece a necessidade de atualizar continuamente, mas as transformações legais na esfera municipal desmotivam o aperfeiçoamento para a qualificação na educação básica.

Antunes (2003), argumenta que a influência da ação imperativa e dominadora do capitalismo, divide a sociedade cada vez mais. A princípio, a luta da categoria começou com a falta de diálogo. Os profissionais em outubro de 2024 apenas foram informados que a Câmara Municipal teria recebido do Poder Executivo o PL 030/2024, com a argumentação de várias irregularidades na lei nº 953/2011 (PCCS 'S). Neste contexto, o sindicato tem como objetivo ser um instrumento para a classe operária mobilizar-se contra o capital (Marx, 2013), priorizando o ato político na busca da transformação revolucionária.

No depoimento acima evidenciamos ações imperativas de um governo municipal que não ouviu a classe trabalhadora para implementar novas leis à categoria. Decisões políticas sem diálogo com a categoria da educação, consideramos um ato opressor, que resulta na insegurança jurídica e

insegurança salarial. Isso fortalece ações dominadoras (Antunes, 2003), indícios na distinção de classes entre os sujeitos sociais.

A participante Obsidiana, 55 anos, relata a importância da presença do sindicato na vida profissional das trabalhadoras. “Não é fácil ser professora em um município que desvaloriza a nossa profissão. Sou a vice-presidente do SISPUMVE. Com o apoio do sindicato não é fácil lidar com esses prefeitos e secretários, imagina se não tivéssemos uma instituição que lutasse por nós! O que seria de nós profissionais da educação?”. Nas argumentações da participante, analisamos e reconhecemos a importância do sindicato como ato político e transformador (Marx, 2008), na vida do trabalhador. O autor reconhece o valor da luta sindical enquanto cerne de organização da classe operária, enfatizando o importante papel econômico e político imediato do sindicalismo.

Portanto, as análises apresentadas, mostram que as condições de trabalho em relação à insegurança legislativa impactam na carreira profissional das professoras. Mudanças normativas, que fragilizam direitos conquistados e produzem um cenário de instabilidade profissional. Condição que afeta a organização do trabalho e a perspectiva da estabilidade profissional digna. Processo histórico das lutas de classe marcada por lacunas e contradições (Marx e Engels, 2005).

3.3.3 Condição da educação: turmas superlotadas

Nos diferentes relatos, a condição da educação foi dialogada entre as participantes. Diante das experiências no espaço escolar, a categoria turma superlotada foi abordada na roda de conversa. Nesse sentido, observamos os impactos que essas condições podem acarretar no fortalecimento do ensino. Selenita, que está a vários anos na educação fala sobre sua realidade na sala de aula:

Fato que infelizmente o projeto foi aprovado pelo legislativo que nada entende sobre o que é ser professor e das lutas que vivenciamos diariamente em nossas salas de aula lotadas com até 28 alunos, cada turma tem seus dois até quatro alunos atípicos na mesma turma, situações muito difíceis de se lidar (Participante, *Selenita*, 62 anos).

Ao manifestar sua insatisfação com a aprovação da lei nº 1.521/2024 pelo legislativo, a professora expressa sua indignação e evidencia a falta de conhecimento dos parlamentares acerca da realidade vivenciada pelos profissionais da educação. Ao afirmar que os parlamentares “nada entende sobre o que é ser professor”, a fala mostra uma ruptura entre os sujeitos que aprovam as políticas educacionais e os sujeitos que vivenciam na prática os seus efeitos.

Quando menciona “nossas salas de aula lotadas com até 28 alunos”, associada a um número relevante de alunos atípicos na mesma turma, revela a intensificação do trabalho das professoras, na qual mostra a ampla responsabilidade das profissionais. A inclusão aparece não como cumprimento do direito garantido do estudante, mas como imposição de mais um estudante matriculado no sistema de ensino.

Cabe destacar que, a Constituição Federal de 1988 determina a aplicação dos recursos e das receitas de impostos e transferências constitucionais dos estados e municípios para a educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, regula a distribuição do atendimento da demanda das matrículas públicas entre os estados e seus municípios. Considerando que a distribuição dos recursos educacionais, baseiam-se no número de matrículas em cada ente federado, o relato da professora permite compreender as razões do elevado número de estudantes por sala de aula.

Cabe destacar que, a Secretaria Municipal de Educação de Vera, integra-se ao Sistema Estadual de Ensino, conforme as normas estabelecidas no Parecer nº 001/2022 do CEE-MT. Contudo, o número de estudantes em sala de aula com estudantes atípicos precisa ser revisto e a formação continuada deve ser respeitada. Analisamos a composição das turmas relatada pela participante, como estratégia para garantir maiores recursos financeiros, Lei nº 14.113/2020 - novo FUNDEB.

Diante desse movimento, o capital humano (Frigotto, 2010) é relacionado à quantidade potencializadora da capacidade de trabalho e produção limitada do conhecimento. A professora é antes de tudo uma trabalhadora inserida nas relações de produção, na qual sua atividade laboral é articulada à reprodução social e à formação da força de trabalho do sistema capitalista.

Em suma, observamos nos relatos, que a condição da educação com salas superlotadas, são uma das características da desvalorização profissional. Quando a profissional é valorizada, trabalha motivada e fortalece o ensino. Assim, o agir pedagógico melhora o ensino e a aprendizagem (Perrenoud, 2002).

3.3.4 Condição da educação: famílias distantes da escola

Outra condição da educação dialogada na roda de conversa, foi às famílias estarem distantes da escola. Nas diferentes relações que acontecem na escola, Turmalina Negra, professora aposentada da rede estadual de MT e professora efetiva 20 horas da rede municipal, diz que:

[...] o problema na educação de Vera começou quando adotaram o relatório e tiraram as notas. A maioria dos pais nem lê, nem aparece na escola. Os que precisam correm longe (Participante, *Turmalina Negra*, 62 anos).

Observamos de forma crítica o depoimento da professora. Quando menciona que o problema do distanciamento das famílias com a escola, começou com a mudança no sistema de avaliação, essa percepção desconstitui o sujeito (pais) quanto ao acompanhamento dos filhos na escola. Porém, um dos fatores implícito e decisivo nesta relação é o tempo tomado pelo trabalho que os pais se submetem para garantir o sustento da família.

No século XIX Marx (2005) já dizia que, ao vender sua força de trabalho, a classe trabalhadora subordina-se às demandas exacerbadas da burguesia proprietária dos meios de produção, como condição para a própria sobrevivência. Dessa forma, os pais ficam impossibilitados de acompanhar o desempenho escolar de seus filhos.

Entretanto, o sistema educacional capitalista tem se organizado a partir de relações de dominação estrutural e subordinação hierárquica, o que contribui simultaneamente, para o seu distanciamento em relação aos seus pares (Mészáros, 2008). Nas diferentes formas estruturais do capitalismo na educação, percebemos que o distanciamento das famílias é uma das categorias que enfraquece o trabalho das professoras.

O autor afirma que a educação não deve ser tratada como negócio, mas como um processo de emancipação humana. Nessa perspectiva, romper a lógica do capital implica também buscar a participação da família na vida escolar do estudante, independentemente de sua condição social. Por fim, torna-se necessário reconhecer e romper as diferentes formas de reprodução do capital presentes no campo educacional.

3.3.5 Condição da educação: pensar pedagógico no ano de avaliação externa

Com o surgimento do neoliberalismo, todas as esferas sociais transformaram-se, em especial a educação (Chauí, 2022). No depoimento, Obsidiana, com mais de 15 anos de experiência na educação do município de Vera, explicita as tensões estruturais que perpassam a organização da escola em que atua, a qual atende todos os estudantes dos 5º anos. Ela descreve que:

Nem nos momentos de destaque dos alunos, não somos valorizados. Não divulgam pra sociedade, não faz uma matéria no site, destacando o trabalho do professor ou do aluno. Mas sabem vir fazer mentoria do SAEB. Na escola parece que só existe SAEB, fazem

uma lavagem cerebral. Se dá errado é o professor, e quando dá certo ninguém vê. Precisamos da visita dos parlamentares (Participante, *Obsidiana*, 55 anos).

Nas lentes da teoria crítica, o relato é compreendido pela racionalidade instrumental que percorre o sistema educacional brasileiro (Freitas, 2018). Apropriar a escola a um espaço de resultados é uma das dinâmicas do capital. Nesse contexto, as práticas pedagógicas em ano de avaliação externa ficam focadas nos componentes curriculares que são abordados nas turmas avaliadas do SAEB, como por exemplo em 2025, os 5º anos.

Observamos na fala da professora que outros momentos de conquistas dos estudantes, juntamente com os esforços das professoras, realizados na escola, tornam-se invisibilizados pelo sistema escolar, consequentemente pela sociedade local. Durante o ano letivo que a avaliação externa (SAEB) é aplicada, todos os esforços no espaço da escola, concentram-se exclusivamente para os resultados.

Essas relações acontecem em virtude de alguns critérios das políticas dos repasses financeiros da Educação Básica no país. Cabe destacar que, a Lei nº 14.113/2020, novo FUNDEB, constitui parte das receitas vinculadas para a educação. Além disso, um dos principais pontos da lei, é a avaliação periódica, a cada 02 anos. Assim, o INEP realiza a avaliação dos efeitos redistributivos, da maioria dos indicadores educacionais e da ampliação do atendimento (II Encontro das Redes Municipais do Sintep-MT por Macrorregiões do Estado).

Vale lembrar que, o orçamento público vincula-se de forma constitucional a impostos das esferas do governo federal, estadual e municipal. Diante da composição do novo FUNDEB por entes federados, diversos planos estratégicos são articulados para garantir repasses financeiros para os municípios. Importante mencionar que todos os anos, todos os estudantes da escola são avaliados pela avaliação externa, Avalia MT, sendo os resultados utilizados para compor o ICMS educação. Indicador que mensura a qualidade do ensino no município, influenciando na distribuição de recursos.

Como forma de dominação e repressão, temos visto um sistema político e econômico que percorre as esferas sociais, simplesmente para legitimar o mercado (Giroux, 2023). Os desafios e as cobranças excessivas vivenciadas pelas professoras, devem ser compreendidos como expressão de um sistema opressor que, por meio dos aparatos educacionais, atua na normalização da culpabilização das profissionais. Colocar a sociedade em oposição às professoras constitui a uma estratégia central de desvalorização e deslegitimação de sua imagem social (Frigotto, 2010).

Outro diálogo apresentado na roda de conversa refere-se ao depoimento de Selenita que, posicionou-se em defesa dos direitos de sua turma do 4º ano. No momento da interação, ela relata que:

Para os gestores, parece que na escola só tem 5º ano. O ano todo só se fala no SAEB. Parece que os outros alunos não estão na escola. Inclusive enfrentei uma situação chata pela minha aluna e foi sobre merenda. Eu briguei mesmo, minha aluna também tem direito. Parece que só existe a turma dos 5º anos naquela escola. Quando cheguei na sala meus alunos me aplaudiram, isso aí profe (Participante, *Selenita*, 62 anos).

Quando a participante diz, “parece que só existe a turma dos 5º anos naquela escola”, analisamos como o sistema educacional capitalista consegue centralizar o pensar pedagógico, reduzir a lógica do desempenho das outras turmas e culpabilizar as professoras. Relevante dizer, que antes de tudo, as professoras são trabalhadoras inseridas nas relações de produção do sistema capitalista (Chauí, 2022).

Selenita descreve “meus alunos me aplaudiram, isso aí profe”, condiz com as argumentações de Freire (2002), destacando que ensinar é intervir na realidade da reprodução da ideologia dominante e seu desmascaramento. Ou seja, a formação para a defesa das garantias legais de todo e qualquer estudante consiste em ensiná-lo a posicionar-se diante de uma realidade que o reduz na sociedade.

É relevante destacar que, em 2025, os estudantes dos 5º anos foram submetidos às avaliações externas SAEB e Avalia MT, o que repercutiu diretamente na organização da escola, ampliando as exigências institucionais sobre o trabalho pedagógico. Segundo Saviani (2024), a educação vem sendo reestruturada desde o movimento da Escola Nova, no qual a escola deixa de ser apenas um espaço de ensino e passa a ser um instrumento de organização social. Espaço de controle e formação de sujeitos adequados para determinadas ordens sociais.

Compreender a realidade do século XXI na perspectiva da teoria crítica é essencial para analisar e interpretar os fenômenos em torno das relações de poder e contradição no campo educacional. Para Chauí (2022), a função ideológica do capitalismo é continuar mascarando a divisão social das classes. A dominação política e ideológica são categorias infiltradas na educação, forma estrutural do capital vivo, que muitas vezes não percebemos. Pensar as condições históricas que permeiam hoje o capitalismo real nas instituições de ensino (Frigotto, 2010), parte da reflexão crítica e densa do método histórico.

Nas análises e discussões das professoras enquanto trabalhadoras, constatamos a profunda e complexa relação entre trabalho e educação no modo de produção capitalista. Diante da crise estrutural do capital no mundo e suas novas tendências (Apple, 2024) que, a educação é e sempre será um instrumento ideológico de reprodução de classes transformáveis que possibilitará a libertação proletária acerca do diálogo, da participação e ação política coletiva (Freire, 2013).

Por fim, a viagem foi inesquecível, pois os caminhos percorridos responderam à pergunta central do objeto analisado. Conflitos de interesses do sistema educacional capitalista que, condiciona e reduz as professoras trabalhadoras. Neste capítulo, constatamos que as relações presentes de poder e dominação, desvalorizam as profissionais. Assim, o contexto institucionalizado da escola apresenta um caráter dinâmico e estrutural dominador. Instrumento social sistematizado que internaliza a lógica do capital em forças hegemônicas (Frigotto e Ciavatta, 2010).

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange às condições objetivas para a realização da pesquisa e da intervenção pedagógica, emergiu o desafio metodológico: a vigilância epistemológica, ou seja, a capacidade de separar o papel de "professora" do papel de "pesquisadora". Esse exercício foi necessário para estabelecer um distanciamento reflexivo em relação ao objeto de estudo e à própria identidade docente. O 'estranhamento' foi fundamental para que as subjetividades inerentes à prática cotidiana não nublassem a observação, permitindo que os fenômenos fossem analisados com rigor científico, evitando conclusões apriorísticas.

Para sustentar esse rigor, procedeu-se à construção de um arcabouço metodológico composto por múltiplos instrumentos de coleta de dados, detalhados anteriormente. Tais ferramentas ofereceram o suporte necessário para uma análise fundamentada sobre o ensino de Sociologia, especificamente na interseção entre trabalho e educação. O intuito final é que este diagnóstico contribua para o debate sobre a valorização do magistério e o fortalecimento do estatuto epistemológico da disciplina no currículo escolar.

A partir das análises sociológicas sobre as contradições e os conflitos de interesses que estruturam o sistema educacional sob a égide do capital, esta pesquisa investigou a percepção das docentes acerca da díade trabalho-educação. Levando em conta as precarizações e as condições objetivas de trabalho das participantes, buscou-se desvelar como essas profissionais, em sua condição de trabalhadoras da educação, interpretam as tensões entre a prática pedagógica e as exigências do mercado. Tal compreensão é fundamental para situar o debate sobre a valorização profissional não apenas como uma pauta corporativa, mas como um elemento indissociável do fortalecimento do ensino de Sociologia e da emancipação social.

A investigação, ancorada nos pressupostos da Teoria Crítica, permitiu desvelar a complexa teia de interações entre a práxis pedagógica da Sociologia e o binômio trabalho-educação. Nesse cenário, o ensino de Sociologia deixa de ser um mero componente curricular para assumir uma função estratégica na emancipação intelectual e na formação política das docentes participantes. Sob esse prisma metodológico, a análise da realidade social dessas trabalhadoras evidenciou as contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista e os mecanismos de dominação que tensionam o cotidiano escolar, revelando os obstáculos impostos à autonomia docente e à efetiva valorização do ensino. Sob essa ótica, as evidências colhidas na materialidade da pesquisa, em diálogo com o aporte teórico, corroboram a tese de que o espaço escolar e seus sujeitos são

frequentemente instrumentalizados como instâncias a serviço da reprodução do capital (Chauí, 2022). Esse campo de forças é atravessado por profundas contradições e movimentos de resistência, que emergem com vigor na luta pela valorização do trabalho docente. A aplicação do método histórico-dialético permite desvelar um processo dinâmico, condicionado por tensões estruturais de poder; estas, por sua vez, materializam-se no cotidiano escolar através do embate de classes e das novas configurações impostas pela reestruturação produtiva do trabalho pedagógico.

Nesse cenário, a intervenção pedagógica, materializada na roda de conversa em articulação com a entidade sindical, constitui-se como um dispositivo metodológico de alta potência heurística. A estratégia revelou que a historicidade da educação municipal é forjada pela organização coletiva das trabalhadoras, cujas lutas por condições dignas de trabalho repercutem diretamente na qualidade da práxis educativa. Assim, a intervenção transcende a mera função de coleta de dados ou técnica de pesquisa; ela se consolida como uma prática formativa e contra hegemônica. Ao promover o encontro e a palavra, configura-se como uma ação dialógica e libertadora (Freire, 2013), essencial para o enfrentamento das contradições impostas pelo mundo do trabalho contemporâneo.

A análise dos dados, pautada na escuta sociológica das docentes, revela que a desvalorização do magistério não é um fenômeno isolado, mas um desdobramento de múltiplas estratégias de precarização inerentes à lógica capitalista. Os resultados apontam para um cenário de proletarianização do trabalho docente, caracterizado pela perda de prestígio social, pelo adoecimento psíquico e pela internalização de um sentimento de culpa diante das falhas estruturais. Somam-se a isso a exaustão burocrática, a precarização salarial e a instabilidade jurídica. Por fim, a realidade das turmas superlotadas e o distanciamento familiar convergem para um ensino pautado pela performatividade, no qual o fazer pedagógico é colonizado pela lógica das avaliações externas e de larga escala.

As categorias analíticas mobilizadas nesta pesquisa desvelam a complexa e contraditória dinâmica do capital no território educativo, evidenciando um fenômeno que exige vigilância e investigação constantes. Depreende-se que a desvalorização do magistério extrapola a dimensão da precarização laboral: ela incide severamente sobre o estatuto epistemológico da docência e sobre a capacidade de sustentação de práticas reflexivas. Ao erodir a autonomia e a valorização das trabalhadoras, o sistema acaba por promover um esvaziamento do sentido da instituição escolar,

fragilizando sua função primordial enquanto espaço de emancipação e formação humana, social e política.

Nesse sentido, a valorização profissional revela-se um pilar essencial para o fortalecimento do ensino e das práticas reflexivas. Esta pesquisa não ambiciona esgotar os debates sobre a díade trabalho e educação, mas sim contribuir para o adensamento da compreensão sobre o Ensino de Sociologia. Para tanto, fundamenta-se nas disputas acadêmicas e políticas que, historicamente, materializam a luta por dignidade profissional e a resistência docente ante as imposições do modo de produção capitalista. Almeja-se que este estudo fomente novas investigações comprometidas em desvelar as contradições da realidade educacional, reiterando a defesa dos direitos da categoria e a consolidação de uma escola pública democrática.

A este respeito, o papel do sociólogo como trabalhador, tem na realidade social a tarefa de transcender a interpretação para a intervenção objetiva, visando a transformação dos espaços de poder para o campo pragmática das lutas pela educação, democracia e emancipação dos sujeitos. A valorização aqui defendida transcende a questão salarial; ela abarca a autonomia intelectual do professor de Sociologia, frequentemente alvo de políticas de esvaziamento curricular que tentam reduzir o pensamento crítico a competências técnicas mercadológicas. Ao resistir às pressões da lógica produtivista, o docente reafirma a função social da escola como espaço de desnaturalização das desigualdades.

Compreender a educação como campo de disputa, é compreender o ensino da Sociologia sob a ótica da luta de classes, que permite enxergar a sala de aula como um campo de disputa por hegemonia. Portanto, o fortalecimento desta disciplina é, em última análise, o fortalecimento de um projeto de sociedade que prioriza a emancipação humana em detrimento da mera formação de mão de obra para o capital.

A crítica de Apple (2024) torna-se ainda mais urgente diante das reformas curriculares contemporâneas, que buscam transformar o professor em um mero aplicador de conteúdos predefinidos. Ao rejeitar o rótulo de 'vocação' como justificativa para o sacrifício e a falta de direitos, reafirmamos que a docência é trabalho, e como tal, exige condições materiais e autonomia intelectual para existir. Problematicar a construção da docência no interior de um modelo socioeconômico excludente, é questionar se a profissão pode ser reduzida à mera noção de 'vocação'. No cenário brasileiro, essa provocação torna-se ainda mais urgente diante das diretrizes da BNCC e da implementação do Novo Ensino Médio.

Tais reformas, ao fragmentarem o conhecimento e reduzirem a carga horária das Ciências Sociais, operam uma lógica de esvaziamento do pensamento crítico, transformando o professor de Sociologia em um mero facilitador de 'competências e habilidades' voltadas ao mercado. A resistência aqui defendida contrapõe-se à precarização do trabalho docente e ao tecnicismo burocrático, reafirmando que a educação não é um produto, mas um processo de emancipação.

Portanto, esta pesquisa não se encerra em si mesma. Ela se pretende um convite à insurgência contra a lógica que mercantiliza o saber. O diálogo aqui proposto entre a teoria acadêmica e a realidade do cotidiano escolar é o que permite transformar o Ensino de Sociologia em um instrumento de leitura crítica do mundo e de transformação social (Mészáros, 2008).

Que estas páginas sirvam, pois, como suporte para o diálogo contínuo entre a academia e o chão da escola, na construção de uma práxis que subverta a lógica do capital.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ítalo D'Artagnan. **Metodologia do trabalho científico**. [recursos eletrônicos/Ítalo D'Artagnan Almeida. - Recife: Ed. UFPE, 2021. (Coleção Geografia).

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **O que é sindicalismo**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

APPLE, Michael W. **Educação e Poder**. Tradução de Levindo Pereira – Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

ARRUDA, Roberto. **Trabalho, subjetividade e formação humana em tempos de reestruturação do capitalismo** / organizador Roberto Arruda - Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 224 p. – (Trabalho, subjetividade e políticas públicas; v.1).

BAUER, Martin W, GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Entrevistas individuais e grupais. In: Gaskell. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. [editado por Tom Bottomore] Edição digital, Editora Zahar. 2013.

BRASIL. [(Constituição 1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: [constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-normaatuizada-pl.pdf](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional**. LDB 9394/96. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1996. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 17 mar. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 28 dez. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14113.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024. Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 17 jan. 2024. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/Lei/L14817.htm. Acesso em 05 de jan. de 2025.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Mato Grosso). Deliberação nº 001/CEE/MT, 06 de dezembro de 2021. Aprova a Resolução Normativa nº 001/2022 do Conselho Estadual de Educação. **Diário Oficial do Estado** em 03/02/2022. Pág. 40-49.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, mar./ 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PmPzwqMxQsvQwH5bkrhrDKm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 dez. 2025.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra** / Friedrich Engels; tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. - [Edição revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução de Kátia de Mello e Silva; **revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. - 25ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 1ª ed. - Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 2013.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação**: novas direita, velhas ideias. 1 ed. São Paulo Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Experiência do Trabalho e a Educação Básica** / Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta (orgs.) - 3ª ed. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social capitalista - 9ª ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Contexto e Sentido Ontológico, Epistemológico e Político da Inversão da Relação Educação e Trabalho para Trabalho e Educação. **Revista Contemporânea de Educação**, v.10 n. 20, p. 228-248, dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20500/rce.v10i20.2729>. Acesso em: 25 mar. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Teoria e Educação no Labirinto do Capital** / Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta (orgs.) - Petrópolis. RJ: Vozes, 2001.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GIROUX, Henry. **Educação, cultura e lutas pela democracia**: escritos contemporâneos sobre o maquinário neoliberal. Organizadores: Gustavo de Oliveira Figueiredo, Vera Helena Ferraz de Siqueira, Andréa Costa da Silva: tradução Gustavo de Oliveira Figueiredo, - Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2023.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOOGLE. Mapa do Mato Grosso. Disponível em: [encurtador.com.br/hmKR0](https://www.google.com.br/maps/@-15.78,-53.47,15z). Acesso em: 1 dez. 2025.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Allan G. Johnson; tradução. Ruy Jungmann; consultoria, Renato Lessa. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1997.

MARILENA, Chaui. **A ideologia da competência**. Organizador André Rocha. 1. ed., 5. reimp. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2022.

MARILENA, Chaui. **Em defesa da educação pública, gratuita e democrática**. Organização Homero Santiago. - 1 ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2018.

MARX, Karl, 1818-1883. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. Campinas, São Paulo: Boitempo, (Livro Digital), 2013.

MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes; - 2 ed.; São Paulo; Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Trabalho **Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro**. Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. – ed. Boitempo; 4ª reimpressão, junho de 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. [tradução Maria Lucia Como] . 8. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas, SP: Navegando 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação além do capital**. 2ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2008.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A Reinvenção da Roda- Roda de Conversa: um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n.1, p. 98-106, jan.jun.2014 (Artigo).

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: UFG, 2011.

PERRENOUD, Phillipe. **A Prática Reflexiva no Ofício de Professor**: profissionalização e razão pedagógicas / Philippe Perrenoud; trad. Cláudia Schilling. - Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PERRENOUD, Phillipe. **Dez Novas Competências para Ensinar**. tra. Patrícia Chittoni Ramos. - Porto Alegre: Artmed, 2000. Perrenoud, Ph. (2000).

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Conhecimento escolar e lutas de classes**: a pedagogia histórico-crítica contra a Barbárie. – 1. Ed. – Campinas SP: Autores Associados, 2021.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Pedagogia Histórico Crítica e Luta de Classes na Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia** / Dermeval Saviani. – 45. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2024.

TAKO, Karine Vaccaro. KAMEO, Simone Yuriko. **Metodologia da pesquisa científica**: dos conceitos teóricos à construção do projeto de pesquisa. [livro eletrônico]. Organização: Karine Vaccaro Tako e Simone Yuriko Kameo. Campina Grande. Editora Amppla, 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERA. Lei n. 953, de 18 de maio de 2011. **Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação Básica do Município de Vera-MT**. Vera, Mato Grosso, 18 mai. 2011.

<https://leis.org/oetkv>

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMATCatalogação de Publicação na Fonte.
UNEMAT - Unidade padrão

D541o Dias, Fabiana de Lima.
ORIENTATIVO PARA ESTUDO DE IMPACTO DA PROGRESSÃO DA CARREIRA DO PROFESSOR. É preciso dialogar na educação. Um ato político da luta de classes em defesa da valorização profissional. / Fabiana de Lima Dias. - Cáceres, 2026.
11f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado", Sociologia/SNP-PROFESOCIO - Sinop - Mestrado Profissional, Campus Universitário De Sinop.
Orientador: Prof. Dr. Roberto Alves de Arruda.

1. Ensino. 2. Sociologia. 3. Relação Trabalho e Educação. I. Arruda, Prof. Dr. Roberto Alves de. II. Título.

UNEMAT / MTSCH CDU 37.091.12:005.963

ORIENTATIVO PARA ESTUDO DE IMPACTO DA PROGRESSÃO DA CARREIRA DO PROFESSOR

A intervenção pedagógica desta pesquisa, percorreu um espaço de diálogo reflexivo e crítico acerca da valorização profissional, destacando a condição de trabalho e a condição da educação das participantes deste estudo. A realidade material do trabalho e da educação do campo investigado, possibilitou refletir de forma sociológica a condição atual do sistema educacional de ensino do município de Vera-MT. Diante da crítica e transformação educacional e social, construímos um documento orientativo, para analisar o impacto da progressão da carreira do professor da rede municipal de ensino.

1 - Dados da Identificação:

Mestranda: Fabiana de Lima Dias

Orientador: Profº Dr. Roberto Alves de Arruda

Mestrado Profissional: PROFSOCIO, Unemat, Sinop-MT

2 – Introdução

Este orientativo tem por finalidade orientar o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vera-MT – SISPUMVE, quanto a realização de um estudo técnico financeiro, por meio da elaboração de uma **planilha comparativa** que, demonstre os valores reduzidos dos **coeficientes de progressão da carreira do professor**, após a Lei Municipal nº1.521/2024, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação Básica do Município de Vera-MT.

3 – Justificativa

Considerando que as recentes alterações na legislação municipal impactaram diretamente a estrutura da carreira do professor, especialmente no que se refere aos **coeficientes de progressão entre classes**, faz-se necessária uma análise objetiva e quantificável das perdas salariais acumuladas ao longo do tempo.

Dessa forma, a construção de uma planilha comparativa permitirá:

1. Visualizar de forma clara as diferenças entre a legislação anterior e a legislação vigente;

2. Evidenciar as perdas financeiras individuais e coletivas;
3. Subsidiar debates, negociações, e eventuais medidas jurídicas;
4. Criar a dinâmica interventiva roda de conversa, para escutar e discutir com a categoria propostas em defesa da valorização profissional;
5. Encaminhar as escolas municipais uma cópia da planilha comparativa, assegurando o acesso dos profissionais aos dados apresentados;
6. Fortalecer a atuação sindical na defesa da valorização profissional dos trabalhadores da educação.

3 – Finalidade Do Estudo

A intenção do estudo, percorre o movimento da realidade dos professores da rede municipal de ensino do município de Vera-MT. Assim, recomendamos ao Presidente do SISPUMVE, Eder Alves Pereira, a elaboração de um estudo, em conjunto com o jurídico do sindicato e Comissão da Educação, com a finalidade de **realizar a comparação dos coeficientes de progressão** previstos na lei anterior e na legislação vigente. Considerando o tempo de serviço e a jornada de trabalho. Dessa maneira, recomenda-se a realização de um estudo claro e objetivo, que evidencie as alterações decorrentes das perdas ou reduções identificadas.

4 – Sugestão De Planilha Comparativa

Para que os profissionais possam analisar de forma crítica e reflexiva a planilha comparativa, sugerimos que poderá conter as seguintes informações:

1. Classe/Nível da carreira;
2. Coeficiente anterior;
3. Coeficiente vigente;
4. Diferença percentual entre os coeficientes;
5. Valor salarial correspondente antes da alteração;
6. Valor salarial correspondente após a alteração;
7. Perda mensal estimada;
8. Perda anual estimada;
9. Projeção de perda ao longo da carreira.

5 – Metodologia

Para analisar e interpretar a planilha comparativa, o orientativo considera um estudo de abordagem quantitativa, na qual as tabelas ou planilhas, possam conter os coeficientes de ambas as leis. Análise que possibilitará a compreensão de cálculos reais aos trabalhadores. Contudo, espera-se que as planilhas sejam apresentadas e discutidas com a categoria.

Considerações Finais:

Consideramos o estudo uma forma de mobilização e luta da categoria. Análise crítica e quantificável das perdas da carreira dos profissionais da educação. Assim, o orientativo é um instrumento fundamental para dar visibilidade concreta aos impactos da mudança legislativa, fortalecendo a luta coletiva pela valorização da profissão e pela recomposição de direitos historicamente conquistados.

**“Proletários de todos os países, uni-vos!”
(Marx e Engels)**

1 PLANEJAMENTO DA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Tema: É preciso dialogar na Educação: um ato político da luta de classes em defesa da valorização profissional.

Tipo de Intervenção: Roda de Conversa

Data: 31/10/2025 e 10/11/2025

Seleção: Escola Municipal Aloízio Jacob Webler, Vera-MT

Público Alvo: nove (09) professoras efetivas que executam suas funções há, aproximadamente, seis (06) anos ininterruptos na respectiva unidade escolar.

Espaço: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vera-MT - SISPUMVE

Endereço: Avenida Padre Antônio nº 1.810

Horário: 19:00 h às 22:00 h

Duração: 4 horas

Mediadora: Mestranda Prof.^a Fabiana de Lima

Atividade complementar: Questionário

Certificado: Participação Interativa (Coordenação PROFSOCIO, Unemat-MT)

OBJETIVO GERAL:

- Analisar a interação entre o Ensino de Sociologia e a relação trabalho e educação, sob a ótica das professoras participantes, promovendo um espaço de diálogo reflexivo e crítico acerca da valorização profissional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar os desafios enfrentados pelas professoras ao abordar a relação trabalho e educação no contexto escolar;
- Compreender como a falta de valorização profissional pode prejudicar o Ensino de Sociologia;
- Investigar como os professores percebem e articulam a relação trabalho e educação em suas práticas pedagógicas que interferem na qualidade do ensino, considerando as oportunidades que promovem o fortalecimento da classe.

METODOLOGIA

A metodologia de intervenção será implementada por meio de uma Roda de Conversa, uma técnica que facilita a coleta de dados de natureza qualitativa. O grupo focal será composto por aproximadamente nove (09) professoras efetivas, que trabalham há mais de seis (06) anos ininterruptos na Escola Municipal Aloízio Jacob Webler. A intenção da intervenção pedagógica é estabelecer um espaço de diálogo reflexivo e crítico acerca da valorização profissional e das condições de trabalho.

Neste contexto, a temática de fundo, "É preciso dialogar na Educação: um ato político da luta de classes em prol da valorização profissional", norteará a atividade. O encontro possibilitará a troca de experiências entre os participantes, a expressão dos anseios e perspectivas das trabalhadoras, no qual promoverá a escuta coletiva e sentida, observando e analisando cada posicionamento e ideia defendida pelos envolvidos. Espaço aberto de diálogo, participativo e colaborativo, na qual valoriza o compartilhamento de saberes e experiências.

O estudo percorre a pesquisa qualitativa na qual explora os desafios e anseios dos profissionais acerca da Lei nº 1.521/2024 que altera a Lei Municipal 953/2011 Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação Básica do Município de Vera-MT. Dessa forma, a intervenção possibilita analisar as perspectivas dos participantes frente a valorização profissional para o fortalecimento do ensino, dimensão humana e social que possibilita identificar elementos que fortalecem o ensino público no Brasil.

2 ROTEIRO DE CONDUÇÃO DA RODA DE CONVERSA

Primeiro Encontro

- Dia: 31/10/2025
- Abertura e apresentação
- Mediadora/pesquisadora:
 - ❖ Fazer uma breve apresentação desejando boas-vindas aos participantes.

- ❖ Explicar o objetivo da roda de conversa (apresentando o tema e a finalidade dos dados da pesquisa).
- Agradecer o orientador, coordenador local Unemat Sinop-MT e coordenador da Nacional PROFSOCIO Prof. Dr. Roberto Alves de Arruda, justificando sua ausência, sendo que o mesmo encontra-se em Cuiabá-MT.
- Definir algumas regras simples de participação.
 - ❖ Sigilo das falas, não interromper a fala do colega e garantir que todos falem.
 - ❖ Entregar aos participantes, o termo de consentimento livre esclarecido para que todos assinem, ficando com uma via.
 - ❖ Relatar aos participantes que será utilizado um *diário de bordo* para registrar as principais discussões e opiniões na roda de conversa
- Registro Para a Pesquisa:
 - ❖ Relatar aos participantes que o mediador utilizará um *diário de bordo*, para registrar as principais falas, discussões e opiniões dos professores envolvidos.
 - ❖ Lista de presença = confirmação na roda de conversa para a certificação.
 - ❖ Celular = tirar fotos e gravação do ambiente (com consentimento)
- Momento Do Diálogo coletivo, crítico-reflexivo:
 - ❖ Através de rodízio, pedir que um participante leia a pergunta que será entregue em um papel pelo mediador.
 - ❖ 1ª pergunta: O que para você, significa ser um professor valorizado? E você acredita que professor valorizado, fortalece o ensino?
 - ❖ 2ª pergunta: Você considera-se valorizado na educação? E acredita que o gestor municipal valoriza os professores?
 - ❖ 3ª pergunta: Você se sente reconhecido pela comunidade escolar? De que forma esse reconhecimento se manifesta?
 - ❖ 4ª pergunta: Quais são os principais desafios e cobranças em relação a valorização profissional e condições de trabalho?
 - ❖ 5ª pergunta: Como você avalia a sobrecarga de trabalho e as exigências burocráticas impostas diariamente?
 - ❖ 6ª pergunta: Como você descreve o clima de colaboração e apoio pedagógico da unidade escolar?

❖ 7ª pergunta: Com relação a segurança e saúde no trabalho (física e mental), quais suas maiores preocupações?

- Discussão do grupo focal em relação às perguntas
- Será entregue uma atividade complementar (questionário), na qual o participante deverá responder as questões e no próximo encontro, discutir com os colegas e mediador seus anseios e opiniões em relação às perguntas apresentadas no documento.
- Dinâmica de Encerramento: Pedir que cada participante escreva em um papel no formato de coração, uma palavra que defina a valorização do professor, em seguida colocar na caixa da “Esperança”.
- Agradeço a participação de todos, convidando-os para um Coffee Break.

Segundo Encontro

- Dia: 10/11/2025
- Mediadora/pesquisadora agradecer a presença de todos os participantes:
- Apresentação do orientador, coordenador local Unemat Sinop-MT e coordenador da Nacional PROFSOCIO Prof. Dr. Roberto Alves de Arruda.
- Momento da fala do Prof. Dr. Roberto Alves.
- Interação e discussão dos participantes frente às opiniões e desafios em relação às perguntas apresentadas no questionário.
- Diálogo reflexivo e crítico entre os envolvidos acerca da pergunta nº 11.
- Diálogo e contribuição do Prof. Dr. Roberto Alves de Arruda em relação às falas e dúvidas dos participantes, acerca da alteração da estabilidade salarial da Lei Municipal nº 953/2011.
- Encerramento: agradecer a participação de todos.
- Coffee Break.
- Modelo do convite:



3 QUESTIONÁRIO DA RODA DE CONVERSA

Nome: _____

Idade: _____ Cor/raça: _____

Formação acadêmica: _____

Tempo que atua como professor(a) na educação: _____

Professor efetivo desde que ano na rede municipal de Vera-MT: _____

Professor efetivo desde que ano na Escola Aloízio Jacob Weblar: _____

Carga horária de trabalho: _____

Turma que trabalha: _____

Componente curricular que leciona: _____

É sindicalizado: () Sim () Não

Há quanto tempo você é sindicalizado: _____

Já participou de algum movimento de luta de classe: () Sim () Não

Pretende cursar Mestrado ou Doutorado: () Sim () Não

1. Quais fatores influenciam sua concepção de valorização?
2. Quais condições de trabalho você considera primordial para garantir um ensino de qualidade?
3. A escola que você trabalha promove ações que incentivem o bem-estar de todos os envolvidos e a valorização profissional? Quais?
4. Quais medidas são necessárias, para garantir o reconhecimento e o respeito profissional do trabalhador professor?
5. Como a valorização profissional impacta a qualidade do ensino que você oferece?
6. O reconhecimento do professor influencia sua motivação em sala de aula? Comente:
7. Como a formação em serviço é organizada na sua escola? Comente.
8. Qual capacitação você considera melhor para contribuir com suas práticas reflexivas?
9. A formação continuada é incentivada na escola que você atua ou gestor municipal?
10. Como você avalia as políticas públicas voltadas para a valorização do professor? E na sua opinião, o que poderia ser feito para melhorá-las?
11. Com a Lei nº 1.521/2024 que altera a Lei Municipal 953/2011 Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação Básica do Município de Vera-MT, a estabilidade salarial teve alterações? Comente.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FOTOS DOS ENCONTROS DA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA RODA DE CONVERSA

Figura 10 – Primeira Roda de Conversa em parceria com o SISPUMVE



Fonte: Foto do 1º Encontro no Espaço do SISPUMVE, imagem via celular

Figura 11 – Relato e discussão das professoras participantes



Fonte: Foto do 1º Encontro no Espaço do SISPUMVE, imagem via celular

Figura 12 – Opiniões e perspectivas das professoras frente a participação e colaboração do coordenador do PROFSOCIO UNEMAT Sinop-MT



Fonte: Foto do 2º Encontro no Espaço do SISPUMVE, imagem via celular

Figura 13 – A importância do diálogo como ato político em defesa da valorização profissional



Fonte: Foto do 2º Encontro no Espaço do SISPUMVE, imagem via celular

APÊNDICE B – OFÍCIO DE COMUNICAÇÃO AO RESPONSÁVEL DA ESCOLA MUNICIPAL ALOÍZIO JACOB WEBLER, VERA-MT



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



OFÍCIO: 002/2025

Sinop-MT, 29 de outubro de 2025.

Ao Responsável Da Escola Municipal Aloizio Jacob Webler, Vera-MT
Gestora Escolar: Mara Prante Silva

Prezada Senhora,

Considerando a relevante participação do Sindicato na vida profissional do trabalhador professor, manifestando-se de diversas formas de reivindicações e anseios coletivos, é que apresento a pesquisa intitulada **“O Ensino De Sociologia e a Relação Trabalho e Educação: Perspectivas Dos Professores Da Escola Municipal Aloizio Jacob Webler Do Município De Vera-MT, Frente a Valorização Profissional Para o Fortalecimento Do Ensino”**, sobre a minha responsabilidade, **comunico**, que realizarei uma Roda de Conversa, com o tema - É preciso dialogar na Educação: um ato político da luta de classes em prol da valorização profissional, cujo o objetivo é promover um espaço de diálogo reflexivo e crítico acerca da valorização profissional e condição de trabalho, do professor efetivo, com mais de 06 anos de experiência na respectiva unidade escolar.

Esta comunicação, visa garantir a transparência e seriedade com relação ao trabalho desenvolvido.

Sem mais para o momento, aproveito para externar minha consideração e apreço.

Atenciosamente,

Mara Prante Silva
29/10/25

Documento assinado digitalmente
FABIANA DE LIMA DIAS
passei 28/10/2025 09:03:33-0:00
verifique em <https://validar.in.gov.br>

Mestranda Fabiana de Lima Dias
Responsável pela Pesquisa



Av. Tancredo Neves – 1055 - Cavallhada
CEP 78.200-000, Cáceres/MT
Tel: (65) 3221-0067
E-mail: cep@unemat.br



APÊNDICE C – OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO E APOIO DO SISPUMVE VERA-MT



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



OFÍCIO: 001/2025

Sinop-MT, 29 de outubro de 2025.

Ao Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vera-MT
Eder Alves Pereira

Prezado Senhor,

Considerando a relevante participação do Sindicato na vida profissional do trabalhador professor, manifestando-se de diversas formas de reivindicações e anseios coletivos, é que apresento a pesquisa intitulada **“O Ensino De Sociologia e a Relação Trabalho e Educação: Perspectivas Dos Professores Da Escola Municipal Aloizio Jacob Webler Do Município De Vera-MT, Frente a Valorização Profissional Para o Fortalecimento Do Ensino”**, sobre a minha responsabilidade solicitando, deste presidente, o espaço do SISPUMVE, nos dias 31/10 e 07/11, a partir das 19 horas, para realizar uma Roda de Conversa, com o tema - **É preciso dialogar na Educação: um ato político da luta de classes em prol da valorização profissional**, cujo o objetivo é promover um espaço de diálogo reflexivo e crítico acerca da valorização profissional e condição de trabalho, do professor efetivo, com mais de 06 anos de experiência na respectiva unidade escolar.

Sem mais para o momento, aproveito para externar minha consideração e apreço ao senhor presidente.

Atenciosamente,

DFH
RECEBIDO
29/10/25
SISPUMVE

DOCUMENTO VERIFICADO DIGITALMENTE
FABIANA DE LIMA DIAS
DATA: 29/10/2025 07:14:17 E 0356
VERIFICAR EM: <https://unemat.br/verificar>

Mestranda Fabiana de Lima Dias
Responsável pela Pesquisa

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Av. Tancredo Neves – 1095 - Cavalhada
CEP 78.200-000, Cáceres/MT
Tel: (65) 3221-0067
E-mail: cep@unemat.br



APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – (TCLE)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após ler as informações sobre a pesquisa, alvo dessa solicitação, no caso de conceder a autorização, assine ao final deste documento, em que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra da pesquisadora responsável. Em caso de dúvida, pode procurar o Coordenador do PROFSOCIO Unemat, Sinop -MT, Professor Dr. Roberto Alves de Arruda, pelo telefone (66) 99989 - 7131, ou a pesquisadora Fabiana de Lima Dias, pelo telefone (66) 99604-7256.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título da Pesquisa: O Ensino de Sociologia e a Relação Trabalho e Educação: perspectivas dos professores da Escola Municipal Aloízio Jacob Weblar do município de Vera-MT, frente a valorização profissional para o fortalecimento do ensino

Responsável pela pesquisa:

Profa. Fabiana de Lima Dias
Endereço: Rua Argentina, nº 1.737, Esperança 2
CEP – 78.880-000, Vera-MT
Telefone para contato: (66) 99604-7256
e-mail: lima.dias@unemat.br

Forma de acompanhamento na modalidade intervenção pedagógica

A intervenção será conduzida em 02 (dois) momentos, no espaço do SISPUMVE, nos dias 31/10 e 07/11, a partir das 19h, mediante Roda de Conversa, com o tema: É preciso dialogar na Educação: um ato político da luta de classes em prol da valorização profissional, cujo objetivo é promover um espaço de diálogo reflexivo e crítico acerca da valorização profissional e condição de trabalho, do professor efetivo, com mais de 06 anos de experiência na Escola Municipal Aloízio Jacob Weblar. Processo contínuo na qual a pesquisadora estará em busca de estabelecer uma relação de escuta sentida e trocas entre os sujeitos pesquisados.

Contudo, a ética como parâmetro primordial para procedimentos de diálogo, questionário e análise das discussões. Assim, será garantido no decorrer da pesquisa, o acesso aos dados coletados aos participantes nela envolvidos, demonstrando transparência e seriedade com relação ao trabalho desenvolvido.

Esclarecimentos

Considerando as opiniões e falas dos professores efetivos, que serão os participantes da pesquisa, respeitando sua subjetividade e convicção de ideias, o nosso interesse é



Universidade do Estado de Mato Grosso

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Av. Tancredo Neves – 1095 - Cavallhada
CEP 78.200-000, Cáceres/MT
Tel: (65) 3221-0067
E-mail: cep@unemat.br





ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



compreender as ações que contribuem para o Ensino de Sociologia e a inserção nos dados públicos investigados.

Estando assim de acordo, assinam o presente Consentimento para uso dos dados e imagens das partes envolvidas.

Pelo presente termo, eu _____, professor (a) efetivo (a) da Educação Municipal de Vera-MT, lotado (a) na Escola Municipal Aloizio Jacob Weber, autorizo a pesquisadora mestranda Fabiana de Lima Dias, responsável pela Pesquisa: **"O Ensino de Sociologia e a Relação Trabalho e Educação: perspectivas dos professores da Escola Municipal Aloizio Jacob Weblar do município de Vera-MT, frente a valorização profissional para o fortalecimento do ensino"**, a fazer uso dos dados e imagens por mim gerados para os estudos da referida pesquisa.

Atenciosamente,

Vera-MT, ____ de _____ de _____.

DADOS DO PARTICIPANTE	
Nome:	
Telefone para contato:	
E-mail:	
CPF ou RG:	

Participante

Documento assinado digitalmente
FABIANA DE LIMA DIAS
 DATA: 02/03/2025 22:16:42-03:00
 VERIFIQUE EM: <https://validar.mt.gov.br/>

Mestranda Fabiana de Lima Dias
Responsável pela Pesquisa



Av. Tancredo Neves – 1095 - Cavallhada
CEP 78.200-000, Cáceres/MT
Tel: (65) 3221-0067
E-mail: cep@unemat.br



APÊNDICE E – MODELO DA 1ª LISTA DE PRESENÇA DAS PARTICIPANTES



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



Data: 31/10/2025 às 19 horas

Local: SISPUVE – VERA-MT

LISTA DE PRESENÇA PARA CERTIFICAÇÃO

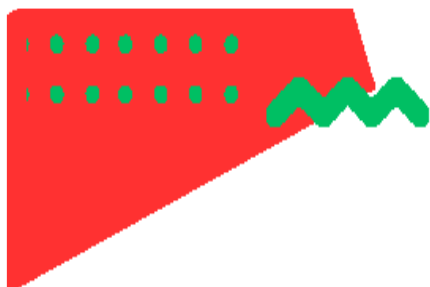
NOME COMPLETO	FUNÇÃO	ASSINATURA
1. Vanessa de Silva Costa	Professora	
2. Joyce Aparecida S.C. Santos	Professora	
3. Eliete Aparecida da Silva	Professora	
4. Mariana de Souza	Professora	
5. Luciana Aparecida de Souza	Professora	
6. Andréia Aparecida de Souza	Professora	
7. Elaine Rodrigues de Souza	Professora	
8. Adriane Aparecida de Souza	Professora	
9. Maria Aparecida de Souza	Professora	
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		



Av. Tancredo Neves – 1085 - Cuiabá
CEP 78.200-000, Cuiabá/MT
Tel: (65) 3221-0067
E-mail: cep@unemat.br



**APÊNDICE F – MODELO DE CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO DA
INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA RODA DE CONVERSA**



CERTIFICADO

Este é concedido a

Vanesa da Silva Costa

pela participação nos dias 31/10 e 10/11 de 2025 da Intervenção Pedagógica referente à Pesquisa do Programa de
Mestrado Profissional de Ensino de Sociologia - PROFSOCIO UNEMAT, com carga horária de 30 horas.

**PROF.DR. ROBERTO ALVES DE
ARRUDA**

Coordenador do PROFSOCIO UNEMAT

PROFA. FABIANA DE LIMA DIAS

*Mestranda Pesquisadora do
PROFSOCIO UNEMAT*



APÊNDICE G – OFÍCIO 001/2026 PARA O PRESIDENTE DO SISPUMVE DE VERA-MT



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO



OFÍCIO: 001/2026

Sinop-MT, 05 de fevereiro de 2026.

**Ao Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vera-MT
Eder Alves Pereira**

Prezado Senhor,

Considerando a relevante participação do Sindicato na vida profissional dos professores da rede municipal de ensino, apresento um **Orientativo Para Estudo De Impacto Da Progressão Da Carreira Do Professor**. Este documento resulta das mobilizações coletivas diante da Lei nº 1.521/2024, responsável por alterar o Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Profissionais da Educação Básica do Município, bem como da experiência coletiva da intervenção pedagógica, realizada por meio de roda de conversa. Tal intervenção, possibilitou a escuta dos anseios e das perspectivas das professoras participantes da pesquisa intitulada, “O Ensino de Sociologia e a Relação Trabalho e Educação: perspectivas das professoras da Escola Municipal Aloízio Jacob Webler no município de Vera-MT, frente à valorização profissional para o fortalecimento do ensino”, contando com o apoio do sindicato.

Na condição de representante legítimo dos servidores públicos deste município, coloco-me à disposição para participar de reuniões que se façam necessárias, com o objetivo de colaborar na construção de soluções para a questão ora discutida.

Sem mais para o momento, renovo meus protestos de consideração e apreço ao Senhor Presidente, pelo apoio e comprometimento na jornada de luta em defesa dos trabalhadores da educação.

Atenciosamente,

Mestranda Fabiana de Lima Dias

UNEMAT
Universidade do Estado de Mato Grosso
- PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO -

Av. Tancredo Neves – 1095 - Cavallhada
CEP 78.200-000, Cáceres/MT
Tel: (65) 3221-0067
E-mail: cep@unemat.br

